

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Marcelo Pereira Matos

**A SENSIBILIDADE DO LUGAR:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA APLICAÇÃO DA
PERCEPÇÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE EMERGÊNCIA A
DERRAMES DE ÓLEO**

Orientadora: Prof^a Dr^a Solange Terezinha de Lima Guimarães

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço – para obtenção do título de Doutor em Geografia

Rio Claro (SP)
2010

910h.781 Matos, Marcelo Pereira
M433s A sensibilidade do lugar : uma proposta metodológica para aplicação da percepção ambiental nos planos de emergência a derrames de óleo / Marcelo Pereira Matos. - Rio Claro : [s.n.], 2010
170 f. : il., figs., forms., tabs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Solange Terezinha de Lima Guimarães

1. Geografia humana - Aspectos ambientais - Brasil. 2. Sensibilidade ambiental. 3. Planos de emergência. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO PEREIRA MATOS

A SENSIBILIDADE DO LUGAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA APLICAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE EMERGÊNCIA A DERRAMES DE ÓLEO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Terezinha de Lima Guimarães
IGCE/UNESP/Rio Claro - SP

Prof^a. Dr^a. Susana Mara Miranda Pacheco
IG/UERJ/Rio de Janeiro - RJ

Prof. Dr. Gabriel Henrique da Silva
CCT/UENF/Campos dos Goytacazes

Prof. Dr. Afonso Rodrigues de Aquino
IPEN/CNEN/São Paulo - SP

Prof^a. Dr^a. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
IGCE/UNESP/Rio Claro - SP

Rio Claro, 22 de Outubro de 2010

AGRADECIMENTOS

Ao valioso apoio da Prof^a Dr^a Solange Terezinha de Lima Guimarães, orientadora que desde sempre apostou e acreditou neste tema. Sempre presente, soube motivar, consolar, e se apresentar durante todo o momento como uma verdadeira amiga.

Este trabalho é dedicado àqueles que estão desde sempre me ajudando durante toda minha vida: os meus pais Edirceu Soares Matos e Maria Zulmira Pereira Matos, pela paciência, pelo incentivo e por tudo de importante que fizeram ao longo da minha vida de estudante;

Aos companheiros do Laboratório Tecgraf (PUC-RJ), especialmente a Marcelo Tilio Monteiro de Carvalho, Lúcia Botelho Moraes, Theresa Marcelle Ferreira Costa e Claudia Aparecida Sipião Cardoso, que possibilitaram e entenderam algumas ausências durante o trabalho.

Ao Setor de SMS Corporativo da Petrobras, em especial ao Rohny Antunes da Cunha e a Fabiana Gomes da Silva, pela valiosa ajuda na aquisição de informações e transmissão de conhecimentos que ajudaram e muito na elaboração desta tese.

Estes agradecimentos não estariam completos se não incluíssem as primeiras pessoas que apostaram e me incentivaram em minha trajetória pessoal. Portanto, por esta contribuição inicial e indiscutivelmente fundamental, agradeço:

- À Prof^a Dr^a Susana Mara Miranda Pacheco, do Departamento de Geografia da UERJ, minha primeira orientadora, a quem eu tenho como

referencial de profissionalismo e dedicação àquilo que faz. Agradeço pelo incentivo constante ao longo destes anos e amizade inigualável;

- Aos amigos Andrea Ribeiro Mendes, Cristiane Gomes Carneiro, Cláudio Antônio da Silva, Fernanda de Sousa Pousa e Letícia Rosalina Marques Moisés Lanzellotti, que desde sempre estão fiéis ao meu lado nesta trajetória e me proporcionam sempre momentos de muita felicidade;

- Ao amigo David dos Reis Pousa Neto, pelo companheirismo na primeira incursão à ilha e pela busca de explicações pelo não aparecimento explícito do nome da ilha no romance de Joaquim Manuel de Macedo;

- Aos amigos Daniele Santos Solito e Demetrius Arraes Nunes pela amizade e pela ajuda preciosa no idioma inglês. Além da minha irmã Márcia Matos Silva, pela ajuda no idioma francês;

- A todos os amigos do caminho, especialmente aos Aldeãos do Sol e aos amigos da Medicina do Beija-Flor: Mauro Buhler e Ana Paula Swalf, pela dedicação, sensibilidade e companheirismo;

Para finalizar, agradeço aos habitantes da Ilha de Paquetá, que contribuíram enormemente para o desenvolvimento da pesquisa com seus conhecimentos e emoções sobre a ilha dos amores, da qual também fiquei enfeitiçado.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Lista de Quadros | 5 |
| Lista de Tabelas | 5 |
| Lista de Figuras | 6 |
| Lista de Mapas | 7 |
| Resumo | 8 |
| Abstract | 9 |
| Sumário | 10 |
| Introdução | 12 |
| I – Os Percursos de uma Investigação | 23 |
| II – Sensibilidade Ambiental | 40 |
| III – Percepção Ambiental | 60 |
| IV – Ilha de Paquetá | 94 |
| V – A Sensibilidade do Local e a Sensibilidade do Lugar | 135 |
| Considerações Finais | 151 |
| Referências Bibliográficas | 157 |
| Apêndices | 166 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-------|
| Quadro 1: Os Indicadores e seus Parâmetros | p.36 |
| Quadro 2: Resumo do Perfil dos Entrevistados | p.96 |
| Quadro 3: Condição de Vulnerabilidade da Ilha na Visão dos Habitantes | p.137 |
| Quadro 4: Média dos Resultados Obtidos no Campo 33 | p.140 |
| Quadro 5: Comportamento dos Indicadores nas Praias de Paquetá | p.141 |
| Quadro 6: A Prioridade de Proteção na Visão dos Habitantes | p.143 |
| Quadro 7: Indicadores de Sensibilidade considerados na Carta SAO | p.143 |
| Quadro 8: Indicadores de Sensibilidade considerados na nossa proposta | p.144 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|--------|
| Tabela 1 – Distribuição dos Habitantes por Idade e Sexo | p. 98 |
| Tabela 2 – Grau de Escolaridade dos Habitantes | p. 99 |
| Tabela 3 – Origem dos Habitantes | p. 100 |
| Tabela 4 – Tipo de Moradia dos Habitantes | p. 100 |
| Tabela 5 – Atividades de Lazer dos Habitantes | p. 120 |
| Tabela 6 - Lugares Preferidos pelos Habitantes | p.120 |
| Tabela 7 – Praia que os Habitantes Menos Gostam | p. 127 |
| Tabela 8 – Lugares de Paquetá que os Habitantes não Gostam | p. 127 |
| Tabela 9 – Avaliação de Paquetá em Relação aos Demais Bairros da Cidade na Visão dos seus Habitantes | p. 129 |
| Tabela 10 – Condição Administrativa de Paquetá na Visão dos seus Habitantes | p. 130 |
| Tabela 11 – Principal Problema da Ilha na Visão de Seus Habitantes | p. 132 |
| Tabela 12 – Primeira Palavra que Aparece na Mente dos Habitantes Quando Falamos de Paquetá | p. 133 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|--------|
| Figura 1: Localização da Ilha de Paquetá na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (RJ) | p. 28 |
| Figura 2: Exemplo de uma folha de mapa de sensibilidade ambiental costeira a derrame de óleo, gerada pelo sistema MAPS | p. 56 |
| Figura 3: Acesso ao mapa de sensibilidade pelo InfoPAE | p. 57 |
| Figura 4: Esquema Teórico do Processo Perceptivo | p. 68 |
| Figura 5: A mercantilização da paisagem de Paquetá | p. 109 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|--------|
| FOTO 1: Derrame de óleo na Baía de Guanabara | p. 50 |
| FOTO 2: Richard Long no Central Park | p. 76 |
| FOTO 3: Richard Long em "A line in the Bolivia", 1981 | p. 76 |
| FOTO 4: antiga estação de barcas em Paquetá. s/d | p. 105 |
| FOTO 5: antiga residência de D. João em Paquetá. s/d | p. 107 |
| FOTO 6: A beleza natural da ilha de Paquetá | p. 109 |
| FOTO 7: A baía de guanabara vista da ilha de Paquetá | p. 110 |
| FOTO 8: Charrete – típico meio de transporte da ilha, pois não há permissão do tráfego de automóveis | p. 111 |
| FOTO 9: Barca que realiza diariamente o trajeto Praça XV – Paquetá, com duração de 70 minutos de viagem | p. 112 |
| FOTO 10: Desembarque de veranistas na ilha em um domingo de verão | p. 113 |
| FOTO 11: Embarque na Estação de Barcas da Praça XV, no Centro do Rio, em direção a Paquetá | p. 113 |
| FOTO 12: Resíduos sólidos encontrados na Praia dos Coqueiros | p. 115 |
| FOTO 13: Poluição costeira na simbólica Praia da Moreninha | p. 116 |
| FOTO 14: Banhistas tomam banho de mar ao lado da saída de esgoto | p. 116 |

| | |
|--|--------|
| na Praia de São Roque | |
| FOTO 15: Atividade pesqueira na ilha | p. 117 |
| FOTO 16: Muitas casas na ilha encontram-se em total estado de abandono | p. 118 |
| FOTO 17: Apesar do abandono, placas advertem quanto aos direitos de propriedade | p. 118 |
| FOTO 18: Pelada na Praia da Moreninha em dia de domingo, principal atividade de lazer na ilha | p. 121 |
| FOTO 19: Coreto na Praça de São Roque, onde são realizadas as festas de São Roque e São João, que sempre acontecem tradicionalmente na ilha de Paquetá | p. 121 |
| FOTO 20: Pedalinhos e barracas na Praia José Bonifácio, também conhecida como praia dos pedalinhos, um dos principais locais de lazer da ilha | p. 122 |
| FOTO 21: Ilha, próxima à Paquetá, que abriga as instalações da Petrobras | p. 136 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|--------|
| Mapa 1: Sensibilidade do Lugar – Ilha de Paquetá | p. 142 |
| Mapa 2: Sensibilidade do Lugar – Parte Norte de Paquetá | p. 146 |
| Mapa 3: Sensibilidade do Lugar – Parte Sul de Paquetá | p. 147 |

RESUMO

O gerenciamento costeiro tem sido um tema largamente debatido tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera do poder público, no momento em que é possível verificar um claro estímulo para políticas de gestão participativa de locais estratégicos para a sociedade em sua totalidade. Dentre os chamados locais estratégicos, destacamos o ecossistema costeiro como um dos seus principais representantes, uma vez que é alvo de interesses dos mais diversos atores sociais, que buscam usufruir/explorar/administrar seus recursos naturais. Com tantos olhares, decisões e práticas, que envolvem o ambiente costeiro a todo o instante, transmutando-o em um verdadeiro caleidoscópio de interesses conflitantes, tornam-se necessárias, cada vez mais, pesquisas que demonstrem claramente tais interesses. A lógica representada por interesses empresariais não necessariamente é a mesma representada pelos interesses do poder público, muito menos da comunidade local. Nossa pesquisa apresenta uma proposta metodológica que busca revelar a lógica existente na visão dos habitantes da zona costeira, a partir da percepção, interpretação e valoração destes em relação ao ambiente em que vivem. Com essa proposta, procuraremos demonstrar de forma mais explícita os diferentes valores que os próprios habitantes atribuem a diversas partes do ambiente costeiro, muitas vezes utilizado como principal fonte de sustento e sobrevivência. Como estudo de caso, elegemos a comunidade da Ilha de Paquetá, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), uma comunidade centrada nos valores de conservação de uma zona costeira rica de valores paisagísticos e simbólicos, porém historicamente impactada pelos interesses altamente exploratórios de grandes corporações e pelo descaso do poder público.

Palavras-Chave: Percepção Ambiental. Derrames de Óleo. Valoração de Paisagem. Ilha de Paquetá (RJ). Mapas de Sensibilidade. Planos de Emergência.

ABSTRACT

Coastal management has been a broadly discussed topic, both in academic and public power domains, in a time when a strong stimulus for participative management policies within strategic locations for society as a whole is clearly verifiable. Among these strategic locations, the coastal environment is one of its main representatives, since it is a target for many social actors seeking to utilize/explore/manage its natural resources. Having so many people, decisions and practices related to the coastal environment at all times transforms it in a kaleidoscope of conflicting interests and that is why there is a increasing need for research that can demonstrate such interests. Commercial interests are not the same as the ones of public institutions and even less similar to the ones of local communities. This research presents a methodological approach that seeks to reveal the existing logic from the coastal zones inhabitants' perspective, based on their perception, interpretation and valuation of the environment in which they live in. This proposal will try to explicitly demonstrate the different values that the inhabitants give to several parts of the coastal environment, which is frequently utilized as their means of survival. As a case study, we chose the Paqueta Island community, located in the city of Rio de Janeiro (RJ), which is a community that values preservation of a coastal zone enriched with scenic and symbolic features. It is however impacted by highly exploratory interests of big corporations and by the lack of interest from the public power.

Key-Words: Environmental Perception. Oil Spills. Scenic Valuation. Paquetá Island (RJ). Sensitivity Maps. Emergency Plans.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| I – OS PERCURSOS DE UMA INVESTIGAÇÃO | 23 |
| 1.1- O Tema | 24 |
| 1.2 - A Abordagem | 26 |
| 1.3- A Pesquisa Bibliográfica | 31 |
| 1.4- A Pesquisa em Campo | 33 |
| 1.5- A Definição dos Indicadores | 35 |
| II – SENSIBILIDADE AMBIENTAL | 40 |
| 2.1- A Questão Ambiental | 41 |
| 2.2- Os Derrames de Óleo | 47 |
| 2.3- Os Estudos de Sensibilidade Ambiental | 54 |
| III – PERCEPÇÃO AMBIENTAL | 60 |
| 3.1- Os Estudos de Percepção Ambiental | 61 |
| 3.2- Percepção, Interpretação e Valoração Ambiental | 66 |
| 3.3- Os Indicadores e seus Parâmetros | 78 |
| 3.3.1- Valor Histórico | 78 |
| 3.3.2- Atividades Econômicas | 81 |
| 3.3.3- Atividades de Lazer | 83 |
| 3.3.4- Memória Coletiva | 85 |
| 3.3.5- Sentido de Lugar | 89 |
| IV – ILHA DE PAQUETÁ | 94 |
| 4.1- O Perfil dos Habitantes | 95 |
| 4.2- O Comportamento dos Indicadores | 101 |
| 4.2.1- Lugar da Moreninha e de D. João VI | 101 |
| 4.2.2- Lugar da Pesca e do Turismo | 111 |
| 4.2.3- Lugar do Pedalinho e da Pelada | 119 |
| 4.2.4- Lugar de muitas Lembranças | 123 |
| 4.2.5- Lugar para se viver | 128 |

| | |
|--|-----|
| V – A SENSIBILIDADE DO LOCAL E A SENSIBILIDADE DO LUGAR | 135 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 151 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 157 |
| APÊNDICES | 166 |



Introdução

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro tem como uma de suas características marcantes o fato de sempre estar voltada para o mar. A jornada rumo à praia para um banho de mar, para exercícios físicos ao ar livre ou para uma simples e essencial contemplação do horizonte ao final de mais um dia, representa uma verdadeira jornada da alma do carioca. A presença do mar na paisagem da metrópole nunca passa despercebida, mesmo por aqueles usurpados pelo ritmo frenético do trabalho cotidiano, que direcionam seu olhar por uma fresta na janela de um transporte público lotado.

Mas nem sempre foi assim. Antes do Rio de Janeiro se tornar capital da república e passar por grandes reformas urbanísticas, que objetivavam, sobretudo, superar contradições existentes no espaço urbano (ABREU, 1997) de uma cidade que buscava se afirmar como uma capital civilizada, o mar era encarado como o destino de dejetos e a praia como local impróprio para circulação da classe dominante. No final do século XIX, a cidade já assiste ao surgimento dos primeiros balneários da cidade e essa situação começa a mudar, transmutando a imagem da praia de lugar indesejado para um lugar arejado e salubre.

Segundo Sevckenko (1998, p.572), “no início os banhos deveriam ser de sal, por recomendação médica, e não de sol, cujos efeitos maléficos deveriam ser evitados a todo custo. Daí os trajes se assemelharem mais a uma armadura que trajes de banhista”. Desta forma, os balneários da cidade eram vistos muito mais como lugares salubres do que elegantes propriamente ditos. Este mesmo autor nos lembra que “os banhos de mar só viriam se tornar uma moda elegante no período da reforma urbana. Em 1906, Pereira Passos publica o primeiro regulamento estipulando as normas para o funcionamento dos balneários” (SEVCENKO, 1998, p.572).

As classes sociais mais abastadas da cidade começaram, a partir do início do século XX, a constituir residência nos bairros da zona sul da cidade, localizados próximos ao mar, neste momento já encarado como fonte de amenidades que poderiam afastar doenças indesejáveis. Ainda que as praias não fossem locais de lazer, como são atualmente, sua simples presença no bairro remetia a certeza de que os “miasmas”, tão temidos na cidade desde o surto de febre amarela, fossem afastados pela brisa que sopra do mar.

Os banhos de mar eram originalmente feitos sob condições de estrita privacidade, donde a necessidade das fortalezas em que se internavam, sobretudo, as moças, a fim de se submeterem ao tratamento terapêutico, mais por exigência médica do que por sua vontade. Aos poucos os trajes foram se encurtando, ganhando leveza, modelando o corpo, revelando as formas e expondo a pele ao sol e aos olhares indiscretos. Um grande escândalo sempre acompanhava cada inovação, ameaçando, sobretudo, as moças com o quinto dos infernos ou com um quarto no prostíbulo do Mangue (SEVCENKO, 1998, p. 574).

Com o tempo, a prática do banho de mar foi se caracterizando como principal atividade de lazer da cidade e, neste contexto, as praias do Rio, principalmente Copacabana e Ipanema, tornaram-se verdadeiros cenários turísticos, símbolos divulgados e comercializados no mercado turístico do mundo inteiro.

Por outro lado, a atração que o ambiente costeiro exerce sobre o homem não é exclusividade do carioca e pode explicar o grande fluxo de investimentos em turismo na zona costeira, segundo Tuan (1983, p.131) “não é difícil entender a atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração – por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura”. Por estas razões, ao longo dos últimos anos, pudemos verificar a “produção” de novos destinos turísticos a beira mar e luxuosos *resorts* que

reproduzem ou reafirmam toda uma esfera paisagística e cultural de uma praia tropical, bem como suas formas de representação social.

Nosso trabalho procura resgatar essa relação do homem com o ambiente costeiro, a partir da percepção ambiental dos habitantes de um bairro que é uma ilha, ou seja, tem o mar onipresente em seu cotidiano. Nesta primeira parte, de cunho introdutório, falaremos dos assuntos que predominam em nossa pesquisa e que são discutidos nos demais capítulos. Os passos da pesquisa, ou seja, da escolha do tema aos procedimentos metodológicos adotados, estão detalhados no capítulo 1 “*Os Percursos de uma Investigação*”.

Nos últimos anos, os habitantes do Rio de Janeiro têm se deparado com uma série de desastres naturais que atingem em quantidades cada vez mais alarmantes seu litoral. Muitas de suas praias, principalmente as ilhas da outrora paradisíaca Baía de Guanabara, se transformaram em paisagens de abandono, que remetem a memórias de um passado ainda não impactado pela busca desenfreada de desenvolvimento econômico. A percepção dos impactos em ambientes costeiros do Rio foi se tornando cada vez mais forte, e a população pouco consultada no que se refere às estratégias e prioridades de proteção no âmbito das políticas públicas.

A Baía de Guanabara tem se tornado principal destino de dejetos industriais, principalmente de instalações clandestinas oriundas dos municípios da baixada fluminense, e de esgoto e lixos domésticos que são despejados em riachos e córregos que deságuam em suas águas. Tudo isso contribui para a atual situação da Baía, que clama por soluções eficientes para uma urgente política de despoluição. Silva (1996) desenvolveu uma tese de doutorado sobre percepção ambiental e a atuação da indústria do petróleo no litoral brasileiro, pesquisando nove localidades do litoral onde é encontrada a indústria petrolífera, e destaca que a falta de saneamento com o lançamento de esgoto nas praias é o principal fator

percebido como causador de danos ambientais, seguindo-se a atividade industrial e o petróleo.

Somada aos fatores supramencionados, a Baía de Guanabara tem sido cenário de pequenos e grandes acidentes ambientais, principalmente por sua condição estratégica referente à grande trafegabilidade de inúmeros produtos perigosos, por navios/embarcações ou dutos submersos. O exemplo mais ilustrativo e recente de um acidente ambiental de grande porte foi o rompimento de um oleoduto da Petrobras em janeiro de 2000, que ocasionou em enorme derramamento de óleo, atingindo diversas praias em torno da Baía. Este acidente chamou a atenção de toda a sociedade para as condições de vulnerabilidade das áreas de influência de atividades petrolíferas, resultando em importantes revisões da legislação ambiental e no aumento do investimento de empresas na preparação de acidentes ambientais de grande porte.

O Capítulo 2 “*Sensibilidade Ambiental*” trata da influência antrópica que resultou na degradação ambiental verificada no ambiente costeiro, passa pela emergência da questão ambiental, dos grandes derramamentos de óleo que atingiram a zona costeira brasileira e das iniciativas de proteção ambiental, como os estudos de sensibilidade a derrames de hidrocarbonetos nos ambientes costeiros.

A importância de uma gestão e manejos eficientes e equilibrados do ambiente costeiro para a sociedade em geral é algo indiscutível, envolvendo não só o lazer, mas principalmente o sustento de várias famílias. A qualidade ambiental destas áreas é algo tão fundamental que alguns autores, no âmbito internacional, não hesitam em afirmar que a qualidade de vida dos habitantes da costa brasileira depende diretamente da qualidade ambiental dos manguezais (CUNHA-LIGNON; SCHAEFFER-NOVELLI; DAHDOUH-GUEBAS, 2009).

O estudo dos ambientes costeiros tem se tornado estratégico nos dias atuais, inserido no debate acerca do uso sustentável dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos. A água, elemento cada vez mais valorizado, emerge como uma das questões mais importantes da contemporaneidade. Os ambientes costeiros, caracterizados por sua beleza cênica, pela presença de ecossistemas sensíveis, pela concentração de atividades econômicas de grande porte e por conflitos sociais de propriedade e uso do solo (marinha, hotéis, indústria, pescadores) constituem loci privilegiado deste debate sobre a zona costeira.

Por outro lado, nenhuma instituição pública ou privada conhece mais a realidade de um determinado local do que seus próprios habitantes. A partir deste ponto de vista, podemos verificar, ainda que de forma incipiente, algumas iniciativas de instituições investem na apreensão do saber local, na percepção do meio ambiente e nas condutas e valores daqueles que habitam áreas de interesse.

Dentro de um objetivo mais amplo, que iniciamos com estudos anteriores sobre o sentido de lugar (MATOS, 2005), este trabalho busca investigar as diferentes percepções, interpretações e valorações que os habitantes de um determinado lugar atribuem ao seu espaço vivido. O lugar, categoria de análise que tem sido largamente utilizada por geógrafos humanísticos, emerge com a importância de se estudar os aspectos valorativos intrínsecos ao fenômeno do habitar. Afinal, como nos lembra Santos (1996), estamos no mundo a partir do lugar, espaço de coexistência e de ações compartilhadas.

Após o derramamento de 2000 houve rumores na Ilha de Paquetá, um dos locais mais impactados de modo adverso pelo acidente, de que um casal de idosos iria processar a Petrobras por ter causado destruição a um importante símbolo de seu romance. O símbolo se tratava de um desenho de coração, onde dentro constavam as iniciais do nome do casal, em matacão presente em uma das

praias da ilha. Com as atividades de limpeza e remoção do óleo das rochas, os técnicos da Petrobras acabaram por remover esse símbolo até então inscrito na paisagem. O episódio não chegou ao setor jurídico da Petrobras, mas nos chamou a atenção para novas formas de pesquisa em áreas vulneráveis a danos ambientais e outros indicadores que devem ser considerados em planos de emergência, nosso objeto de trabalho nos últimos seis anos no Laboratório Tecgraf (PUC-RJ).

Vale lembrar que em momentos de emergência, as equipes que estão trabalhando nos locais atingidos para mitigar os efeitos daquele vazamento devem considerar parâmetros que as auxiliem na tomada de decisão de estratégias mais adequadas no que se refere a prioridades de proteção. Os mapas de sensibilidade a derrames de hidrocarbonetos, conhecidos também como cartas SAO (Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo), e regulamentados pelo Ministério do Meio Ambiente, representam um desses instrumentos. No entanto, ainda tomando como exemplo o episódio do casal de idosos em Paquetá, o mapa de sensibilidade acusava toda a área de costões rochosos com uma sensibilidade baixa, ou seja, menos prioritária.

O capítulo 3 “*Percepção Ambiental*” nos remete aos estudos de percepção ambiental e dos conceitos envolvidos nesta abordagem metodológica. Ao discorrer sobre percepção, interpretação e valoração ambiental, mostramos como esta abordagem pode ser útil para uma maior apreensão do conhecimento local daqueles que habitam as áreas vulneráveis aos derramamentos de óleo. Este capítulo também trata dos indicadores utilizados em nossa proposta metodológica para o mapeamento do que estamos chamando de “*sensibilidade do lugar*”.

Em nossa proposta de investigação, estamos considerando que cada lugar possui uma essência própria, uma sensibilidade, que o torna atraente e passível de sentimentos, que podem se mostrar topofílicos ou topofóbicos aos habitantes e/ou freqüentadores daqueles lugares. Não deixamos de considerar que muitas

vezes essa essência ou sensibilidade pode ser construída/produzida socialmente para fins políticos ou lucrativos, porém buscamos evitar qualquer tipo de julgamento em relação ao poder de atração que determinados lugares da área estudada exerciam sobre as pessoas. O que buscamos privilegiar durante todo o processo de pesquisa foi o entendimento dessa atração e a melhor maneira de mapeá-la, respeitando nosso recorte espacial.

A Ilha de Paquetá, pertencente à cidade do Rio de Janeiro, pela sua importância histórica e natural, pelo seu alto grau de vulnerabilidade ambiental aos diversos riscos presentes na Baía de Guanabara e pelo seu histórico de impacto ambiental causado pelas atividades petrolíferas, foi o local escolhido para a aplicação da nossa proposta metodológica.

A partir de pesquisa bibliográfica, constatamos que outra tese de doutorado já havia considerado Paquetá como cenário de pesquisa, ao analisar as relações sociais cotidianas deste bairro tão singular da cidade do Rio de Janeiro (LEITÃO, 2003). Ainda que a partir de uma preocupação de viés antropológico, a autora não deixa de considerar os importantes elementos paisagísticos e os habitantes da ilha ao descrever Paquetá:

Para o visitante eventual Paquetá se apresenta sem mistérios: é uma ilha cujos pontos de visitação consagrados são todos eles elementos naturais: a Praia da Moreninha, a Pedra da Moreninha, a Pedra dos Namorados, o baobá “Maria Gorda”. Outros importantes aspectos indissociáveis do universo da ilha são curiosamente engenhocas criadas pelo homem, como barcas, charretes e bicicletas. Tanto uns como outros, entretanto, estão definitivamente vinculados ao ambiente bucólico da ilha. Em meio a tão inusitados seres, a presença dos seres humanos é, na maioria das vezes, negligenciada pela volubilidade que caracteriza o olhar do turista; as pessoas que circulam pelas ruas e habitam aquelas casas são quase imperceptíveis, invisíveis mesmo no panorama da ilha.

Os elementos naturais citados pela autora são passíveis de reconhecimento a partir de um simples olhar à paisagem da ilha, que logo nos revela uma íntima e

histórica relação do lugar com os ideais de proteção do patrimônio natural. A criação de um cemitério para pássaros datado do início do século XX e a preservação de árvores centenárias, algumas delas localizadas exatamente no meio de vias principais do bairro, são elementos que comprovam essa relação.

A tristeza está sempre presente no discurso dos moradores ao falar sobre os desastres ambientais que impactaram de modo negativo e demasiadamente a balneabilidade de suas praias (e, conseqüentemente, o turismo local) e o descaso do poder público, que fez com que a ilha permanecesse inerte frente aos demais bairros da cidade, que apresentaram maiores movimentos de melhoria contínua ao longo dos anos. Por outro lado, esta inércia teve grande valor ao preservar aquilo que permanece, mantendo cristalizados importantes elementos paisagísticos de um passado dinâmico e importante para a história da cidade, e manteve também os detentores de uma memória individual, que também é coletiva, e que mantém viva a identidade paquetaense.

O capítulo 4 “*Ilha de Paquetá*” trata, portanto, da história e da memória coletiva da ilha, traz o resultado das pesquisas de campo, muito baseada em aplicação de questionários e em coleta de história de vida. Cada indicador apresentado no capítulo anterior (3.3.1 ao 3.3.5) representa um subitem deste capítulo (4.2.1 ao 4.2.5), no qual é descrito o comportamento deste indicador nas diferentes praias do bairro.

Com a pesquisa de campo em Paquetá, pretendemos investigar através da aplicação de questionários e demonstrar a partir de mapas, a *sensibilidade do lugar*. Estes mapas são inspirados nos mapas de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo, porém agregando a eles aspectos cognitivos no qual o local é percebido como único e repleto de valores e significados, demandando, portanto, a criação de uma metodologia própria de mapeamento para atender a este enfoque humanístico.

O mapa, dentre tantas definições e finalidades, constitui um importante instrumento para ilustrar determinada realidade e reivindicar direitos, principalmente quando este é de fácil leitura, pois permite que a informação alcance diferentes níveis da sociedade. A necessidade de mapear os aspectos valorativos dos habitantes da ilha tornou-se, portanto, uma etapa que se mostrou fundamental na reivindicação de estratégias de proteção que se adéquem de maneira mais condizente à realidade da ilha.

O capítulo 5 “*A Sensibilidade do Local e a Sensibilidade do Lugar*” traz o resultado cartográfico das informações coletadas em campo. Considerando que os mapas elaborados a partir da nossa proposta foram baseados nos já existentes mapas de sensibilidade a derrames de óleo, procuramos traçar um comparativo dos resultados de ambos os mapeamentos, com o objetivo de confrontar o material que é elaborado com base no meio físico e com aquele elaborado com base na afetividade e nos valores humanos. Cabe ressaltar nossa pretensão de que esta metodologia possa ser aplicada em outros ambientes costeiros, não se restringindo às praias de Paquetá (recorte espacial deste trabalho).

Nossa pesquisa não possui a intenção de chegar a uma classificação definitiva sobre a sensibilidade dos lugares. Entendemos que mesmo um lugar como Paquetá, que possui um ritmo diferente do restante da metrópole carioca, possui uma inércia que também é dinâmica (SANTOS, 1985), tanto no que diz respeito a sua forma-aparência quanto na percepção dos habitantes dos muitos lugares da ilha. Nossa abordagem é delimitada no espaço-tempo da pesquisa e reflete a visão daqueles que se fizeram presente durante as entrevistas em campo. No entanto, consideramos que o universo amostral de pessoas ouvidas no processo de pesquisa foi suficiente para um movimento de reflexão e ação sobre novas maneiras de se pensar as estratégias de proteção ambiental das praias da área estudada.

Por último, apresentamos as considerações finais do trabalho, onde desenvolvemos um resumo das conclusões alcançadas em cada etapa da pesquisa, e as referências bibliográficas citadas ao longo de todo o trabalho.

Em resumo, ao pensar a força e o significado do *habitar*, nossa pesquisa faz um convite para se pensar uma geografia do gostar, uma geografia que privilegia a qualidade de vida em detrimento a rigores ditos “científicos”, o se sentir bem e o lutar por aquilo que faz parte de sua essência e que deve ser preservado. Com isso, esperamos tocar a razão e a emoção, não só de geógrafos e paquetaenses, mas de todos aqueles que procuram seu *lugar* no mundo.

DO RIGOR NA CIÊNCIA

... Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

(Suarez Miranda: Viages de Varones Prudentes, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658).



*I - Os Percursos de uma
Investigação*

I – OS PERCURSOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as diferentes etapas da pesquisa, passando desde a escolha do tema e de sua abordagem até os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os resultados, que ajudaram na comprovação da hipótese formulada.

1.1 – O TEMA

As políticas de proteção da zona costeira tem sido um tema largamente debatido tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera do poder público, no momento em que é possível verificar um claro estímulo para políticas de gestão participativa de áreas protegidas e de outros locais estratégicos para a sociedade em sua totalidade. Dentre os denominados locais estratégicos, como por exemplo, aqueles citados para políticas de zoneamento ecológico-econômico (BRASIL, 2002), destacamos a zona costeira como uma de suas principais áreas, uma vez que é alvo de interesses dos mais diversos atores sociais, que buscam usufruir/explorar/administrar seus recursos naturais. Com tantos olhares, decisões e práticas, que envolvem este local a todo o instante, transmutando-o em um verdadeiro caleidoscópio de interesses conflitantes, tornam-se necessárias, cada vez mais, pesquisas que demonstrem claramente tais interesses.

A lógica representada por interesses empresariais não necessariamente é a mesma representada pelos interesses do poder público, muito menos da comunidade local. Nossa pesquisa apresenta uma proposta metodológica que busca revelar a lógica existente na visão dos habitantes da zona costeira, a partir da percepção, interpretação e valoração destes em relação ao ambiente em que vivem. Com essa proposta, procuraremos demonstrar de forma mais explícita os diferentes valores que os próprios habitantes atribuem a diversas partes do ambiente costeiro, muitas vezes utilizado como principal fonte de sustento e sobrevivência.

A escolha do tema aconteceu de forma espontânea, quando ministrávamos o curso *Elaboração de Planos de Emergência Informatizados*, para representantes de unidades operacionais da empresa Petrobras, entre os anos 2004 e 2007. Este curso de formação de gestores de planos de emergência foi ministrado em todas as refinarias e terminais aquaviários desta empresa, e consistia em explicar como montar um plano de emergência através de uma geotecnologia denominada Sistema Informatizado para Apoio a Plano de Ação de Emergência (InfoPAE).

Para a montagem deste plano, considerava-se a principal legislação vigente para derrames de hidrocarbonetos - Resolução CONAMA 398 (BRASIL, 2008) - e dados ambientais da área de entorno da instalação, como por exemplo, mapas de sensibilidade ambiental, implementados com base na metodologia de elaboração de cartas de sensibilidade ambiental ao óleo, indicada pelo Ministério do Meio Ambiente. A idéia de mapear a visão dos habitantes da área de entorno de uma das instalações da empresa e transformar este mapeamento em tema de tese de doutoramento em Geografia teve origem no estranhamento surgido na grande maioria dos cursos, ao se constatar inúmeras divergências entre as áreas apontadas nos mapas de sensibilidade como prioritárias para as ações de proteção ambiental e as áreas de maior valor para os habitantes locais, no que tange às vulnerabilidades naturais e sociais e suas conseqüências.

Como estudo de caso, elegemos a Ilha de Paquetá, na cidade do Rio de Janeiro, uma comunidade centrada nos valores de proteção ambiental de uma zona costeira rica, marcada por distintos valores paisagísticos e simbólicos, porém historicamente impactada pelos interesses altamente exploratórios de grandes corporações e pelo descaso do poder público.

Os estudos de percepção e valoração ambiental são, portanto, nossa referência, recorte temático e ponto de partida, nos levando a explorar algumas questões sobre sensibilidade ambiental e planos de emergência, com o objetivo de propor um novo caminho metodológico para os estudos relacionados à gestão

dos riscos e desastres ambientais em geossistemas costeiros. Nossa experiência prévia com os métodos da Percepção Ambiental, mais particularmente, na coleta de histórias de vida de habitantes de comunidades urbanas, quando desenvolvemos a dissertação de mestrado intitulada *O Rio de Janeiro das Escolas de Samba: Lugar, Identidade e Imagem Urbana* no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, foi considerada como opção por continuar utilizando tais estudos para a compreensão da visão dos habitantes de Paquetá em relação as suas praias como seus espaços vividos.

Com isso, nosso aporte metodológico busca atrelar a dimensão espacial, que consideramos a principal contribuição por parte dos geógrafos ao estudo da percepção ambiental, a projetos de grande notabilidade desenvolvidos em grandes instituições como a Petrobras, para o combate a emergências envolvendo derrame de hidrocarbonetos, derivadas de riscos ambientais antropogênicos.

Nosso estudo busca nos cenários paisagísticos da Ilha de Paquetá a definição de indicadores ambientais que demonstrem a importância do aspecto sociocultural na gestão da zona costeira através de entrevistas feitas com questionários semi-abertos, nas diferentes praias da ilha. Partimos da hipótese de que a percepção e interpretação ambiental dos moradores em relação às várias praias da ilha são diferenciadas e carecem de um mapeamento cujos indicadores não considerem somente aspectos do ambiente físico e biológico, mas também os aspectos afetivos, cognitivos e valorativos, diante dos riscos e desastres ambientais.

1.2 – A ABORDAGEM

Com base na hipótese apresentada acima, alguns questionamentos emergem em nossa linha de investigação:

A] Como podemos utilizar o conceito de *lugar* na análise da área de influência de uma unidade operacional da Petrobras?

B] Quais são as categorias/variáveis que nos ajudam a estabelecer diferentes níveis de sensibilidade ambiental a partir da percepção do ambiente vivido?

C] A percepção ambiental da comunidade estudada coincide com os níveis de sensibilidade ambiental apresentados atualmente pela Petrobras?

Tais questionamentos podem ser objetivados da seguinte maneira:

1. Buscar a relação entre espaço vivido e sensibilidade ambiental na área de influência de uma unidade operacional da Petrobras;
2. Definir categorias de análise que nos permitirão definir um procedimento metodológico para a aplicação da percepção no estudo da sensibilidade ambiental;
3. Contribuir com uma metodologia de estudo que possa servir de subsídio para tomadas de decisão no momento de uma emergência, definindo prioridade de proteção e estratégias de intervenção.

O recorte espacial selecionado na pesquisa é a Ilha de Paquetá, um ponto no mapa do município do Rio de Janeiro, um lugar por excelência para os habitantes desta comunidade. Um *lugar* com identidade própria; um *lugar* de pausa no intenso movimento de uma das maiores metrópoles do país; um *lugar*

vulnerável em meio a muitas atividades relacionadas à exploração petrolífera que cercam as águas da Baía de Guanabara. Além da importância turística e histórica desta ilha/bairro/lugar, a escolha de Paquetá como piloto para nossa pesquisa também se deve ao fato desta ter sido um dos lugares mais adversamente impactados com o grande derramamento de óleo ocorrido no ano 2000.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, 2000b), o bairro de Paquetá, localizado em uma ilha no interior da Baía de Guanabara (figura 1) conta com 3421 moradores fixos, uma área total de 1,2 km² e uma distância de aproximadamente 20 km do centro do Rio. A viagem de barca, único transporte público que realiza o trajeto para Paquetá, possui duração de 70 minutos.



Figura 1: Localização da Ilha de Paquetá na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (RJ).
Fonte: www.ilhadepaqueta.com.br. Acesso: 21/11/2008.

No que tange aos cenários de riscos pertinentes às ocorrências dos desastres ambientais de origem antropogênica, a madrugada do dia 18 de janeiro de 2000 ficará marcada para sempre na memória dos moradores da Ilha de Paquetá, quando houve o rompimento de um duto submerso da Petrobras, que liga a Refinaria de Duque de Caxias ao Terminal da Ilha d'Água, provocando o derramamento de 1,3 milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara. Em pouco tempo a mancha de óleo se espalhou pela baía, atingindo as praias de Magé, São Gonçalo e Paquetá.

A poluição causada pelo vazamento nas praias de Paquetá ocasionou a remoção de grande parte da areia, além de outros impactos negativos, atingindo de modo direto e indireto a fauna e a flora do ambiente costeiro ilhéu, acarretando ainda uma diminuição considerável do número de turistas que visitavam a ilha nos fins de semana, entre outros impactos de caráter socioeconômico. Leitão (2003, p.19), ao analisar o impacto causado mediante a análise do discurso dos moradores, nos relata a tristeza que se instalou naquele dia:

O óleo atingiu as praias na madrugada de uma quarta-feira, em pleno mês de janeiro. O desespero, a tristeza e a incompreensão diante do ocorrido tomaram conta da ilha, seguindo-se àquela quarta-feira os outros dias do verão. Todos iguais: sombrios, silenciosos, sem visitantes. Apenas o óleo e os *homens da Petrobras*, sujos de óleo. Os moradores choravam e em pequenos grupos perambulavam pela ilha, escarnando a tragédia e exclamando "*acabou Paquetá*". A notícia do sinistro se alastrou, afastando imediatamente as pessoas que habitualmente iam a Paquetá durante o verão. Os visitantes diários desapareceram imediatamente; os veranistas que já estavam na ilha fecharam suas casas e foram embora. Os clubes não deram festas, os bares não registraram movimento, *não tinha ninguém na ilha*. Frase desconcertante, porque só de trabalhadores havia mais de 600!

Além dos moradores que elegeram Paquetá como lugar de moradia por suas qualidades de beleza cênica e ambiências de cidade interiorana, e dos pescadores da ilha que tiveram sua renda diretamente impactada de modo negativo, muitos cariocas se sensibilizaram com os danos ambientais na chamada

“Ilha dos Amores”, outrora imortalizada no primeiro romance brasileiro: “*A Moreninha*”, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado pela primeira vez em 1844, que tem as paisagens da ilha como cenário romanesco. Paquetá possui vários atrativos turísticos, oferecendo atividades como passeios de charrete, bicicleta, assim como muitos lugares para recreação e lazer dos cariocas submetidos ao estresse dos ritmos da metrópole e dos trabalhos cotidianos, caracterizando-se assim como uma espécie de refúgio das muitas solicitações e estímulos que a vida contemporânea nos oferece. Ou, na visão de Dahl e Bojunga (2003, p.7):

Talvez por ser um bairro que é uma ilha, uma ilha que é um bairro, dotada de uma paisagem exuberante, repleta de árvores centenárias, pássaros silvestres, temperatura amena e de uma quietude incomparável, Paquetá nos remeta ao êxtase da infância, quando pertencíamos ao Absoluto e ainda não tínhamos nos desligado do Todo, vivendo no abençoado estado de inocência anterior à culpa.

Assim como fizemos em Paquetá, a abordagem da visão dos habitantes como subsídios para o gerenciamento costeiro pode ser aplicada em outras comunidades. Portanto, o foco nos aspectos valorativos que os habitantes conferem aos diferentes segmentos da área costeira de Paquetá representa, de certa forma, uma delimitação direta em nossa abordagem. Outras abordagens são muito sugestivas a partir do tema apresentado no item anterior, porém esta foi a abordagem selecionada para nosso estudo. A questão da imagem das indústrias poluidoras pelos moradores da ilha, propostas de mapeamentos participativos, proposta de despoluição da baía de Guanabara, políticas urbanas na ilha, a questão da favelização, gestão participativa nas praias da ilha, dentre tantos outros, são temas que não foram privilegiados em nossa análise, mas representam desafios interessantes para futuras pesquisas. Nos próximos itens, apresentaremos as diferentes etapas de nossa pesquisa, que compuseram os procedimentos metodológicos do nosso trabalho.

1.3 – A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A primeira etapa da pesquisa consistiu na pesquisa bibliográfica, que teve como primeiro objetivo selecionar os conceitos que ajudariam a compor uma estrutura teórico-metodológica que servisse de suporte para toda a pesquisa. Neste sentido, devemos destacar que encontramos na Filosofia, na Geografia Humanística e na Psicologia Social e Ambiental, os conceitos de lugar, identidade e memória, que desde o início da pesquisa já se mostraram como fundamentais no entendimento dos aspectos valorativos do indivíduo que habita determinado espaço geográfico. Aqui, os estudos de Percepção Ambiental, muito presente na Geografia, na Arquitetura e na Psicologia Comportamental, nos mostraram métodos instigantes no que se refere ao objetivo de captar *geograficidades* existentes no espaço vivido de uma determinada comunidade.

A sensação de que este primeiro objetivo da etapa da pesquisa bibliográfica estava alcançado ocorreu quando sentimos um conforto em tratar nossas análises com o que já havíamos estudado e analisado sobre percepção ambiental (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996; LYNCH, 1997; CASTELO, 2007), sobre o sentido de lugar e habitar (DARDEL, 1952; RELPH, 1976; TUAN, 1980, 1983; BACHELARD, 2000; HEIDEGGER, 2001), sobre identidade territorial (KNIGHT, 1982; GODKIN, 1985; BUTTIMER, 1985b; BAUMAN, 2003, 2005) e sobre memória individual e memória coletiva (HALBWACHS, 1990; BOSI, 1994; CORDEIRO, 1997). Vale ressaltar que outros importantes referenciais foram sendo adicionados ao longo do processo de pesquisa para enriquecer e fundamentar a análise e a interpretação dos dados.

O segundo objetivo desta primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico sobre a percepção ambiental do risco em comunidades sob a área de influência de indústrias petrolíferas. Nesta etapa, constatamos a pouca bibliografia de qualidade existente nesta área, salvo raras exceções que se destacam ao não centralizar suas análises unicamente nas situações de risco da

população e se voltar mais às suas percepções e anseios (SILVA, 1996; POFFO, 2001). Alguns livros e relatórios publicados pela Petrobras foram disponibilizados pelo setor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) desta empresa para a nossa pesquisa e consistiram de fonte de pesquisa bastante úteis, principalmente no que se refere à verificação de lacunas existentes sobre a percepção ambiental das comunidades em áreas de risco e a ocorrência de desastres ambientais.

Para finalizar esta etapa de pesquisa bibliográfica, traçamos um terceiro objetivo que foi investigar a literatura existente sobre a Ilha de Paquetá, a esta altura já escolhida em nosso trabalho para estudo de caso. Além dos poucos trabalhos acadêmicos sobre a ilha (VERISSIMO, 1998; LEITÃO, 2003), procuramos levantar trabalhos institucionais (CORREIA FILHO, 1944; DAHL, M. L., BONJUGA, 2003; KEVORKIAN, 2003) e de estudiosos da história urbana carioca (COARACY, 1965; FRIDMAN, 1999; GERSON, 2000). Muitos livros sobre crônica e contos sobre a Ilha foram consultados na Casa de Artes de Paquetá, que possui um importante acervo histórico e cultural sobre a Ilha de Paquetá, servindo também como ponto turístico na ilha.

As reportagens sobre a ilha em jornais de notícias e periódicos de grande circulação da cidade também se constituíram em fonte de pesquisa, de modo que analisamos a coleção completa da *Revista Veja* e as reportagens do *Jornal O Globo*, do dia 3 de abril de 2008 ao dia 3 de abril de 2010. Esses periódicos, assim como alguns livros antigos, foram consultados no acervo da Biblioteca Nacional. Somente no caso das dissertações e teses, foram consultados os acervos das bibliotecas dos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, do programa de pós-graduação em Memória Social e Documento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.4 – A PESQUISA EM CAMPO

Com o aporte teórico-metodológico dos estudos sobre percepção ambiental, nossa pesquisa se estruturou a partir de técnicas de observação direta intensiva e extensiva envolvendo trabalhos de campo, elaboração e aplicação de questionários (apêndice 2), estes constituídos por perguntas fechadas e semi-abertas, possibilitando assim tanto a classificação e o tratamento cartográfico dos dados relacionados aos aspectos valorativos da paisagem, quanto uma análise e interpretação mais aprofundadas do discurso dos habitantes paquetaenses com especial atenção a indícios topofílicos e topofóbicos dessa população historicamente voltada para o mar.

Neste sentido, é valorizada em nossa pesquisa a coleta de histórias de vida para um entendimento maior das nuances que permeiam a relação ser humano-paisagem e ser humano-meio ambiente. Sobre estes aspectos, Meining (1979, p. 03) apud Guimarães (2007, p. 21), considera que as paisagens *não são* sinônimo de meio ambiente – na verdade, são menos inclusivas, porém, mais percebidas em seus níveis de detalhamentos (relação com o *vivido*):

tendo em vista que compreendem os nossos lugares, seja em suas características de visibilidade e ambigüidades, definindo-se através do nosso campo visual e sendo interpretadas por nossas mentes. Sob a perspectiva do autor, o meio ambiente envolve as paisagens, e elas são parte da dimensão ambiental. (GUIMARÃES, 2007, p. 21-22).

No que se refere às questões mais objetivas, foram privilegiados no questionário aspectos como tempo de moradia; percepção de Paquetá em relação aos demais bairros da cidade; características intrínsecas do bairro; diferenças internas na ilha; conhecimento da condição político-administrativa da ilha (Bairro? Cidade? Distrito?); conhecimento do histórico de derramamento de óleo e da empresa responsável, entre outros. Quanto aos aspectos valorativos, utilizamos a

escala de Diferencial Semântico de Osgood (OSGOOD; SUCI; TANNENBAUM, 1957), com devidas adaptações, servindo como base para a coleta de informações relacionadas aos aspectos cognitivos e perceptivos dos habitantes da ilha.

Ao considerar os aspectos supramencionados, teóricos e práticos, nossa proposta metodológica busca uma nova classificação da sensibilidade ambiental da ilha, que objetiva não mais demonstrar a sensibilidade do *local* ao derrame de óleo, e sim a sensibilidade do *lugar* ao derrame. Aos aspectos físicos são somados aspectos cognitivos, perceptivos, afetivos e valorativos da paisagem, em termos do seu uso atual, das expectativas de uso futuro e do significado existencial da mesma para seus habitantes.

O questionário, no que se refere à sua estrutura, foi dividido em três partes: dados do entrevistado, uso social e percepção ambiental. A primeira parte é composta de perguntas fechadas que objetivam traçar um perfil do entrevistado ao focar em questões como faixa etária, profissão, grau de instrução e estado civil. A segunda parte, denominada “uso social”, é composta de perguntas semi-abertas, onde este é questionado sobre aspectos do seu cotidiano na ilha, como compras, lazer, frequência de seu deslocamento para as outras partes da cidade, lazer, tempo de residência na ilha e locais preferenciais para moradia.

Por último, na terceira parte do questionário, o entrevistado é direcionado para questões que estruturadas sob aspectos valorativos, quando ele é levado a definir Paquetá a partir de sua própria percepção, comparando a ilha com outros bairros da cidade, enumerando em ordem de importância os problemas da ilha, os locais que mais gosta, os que menos gosta, os lugares presentes em sua memória individual, etc. Além disso, nesta parte do questionário, a pessoa é questionada sobre a vulnerabilidade da ilha aos vazamentos de óleo e solicitada a apontar locais prioritários de proteção.

Além da aplicação do questionário, a pesquisa de campo envolveu conversas com moradores do local, pesquisadores e visitantes da ilha. A observação direta se mostrou um método pertinente no decorrer da pesquisa, onde houve a necessidade de adaptação de algumas técnicas de pesquisa em campo à realidade informal de um lugar de veraneio, com aspectos de cidade pequena do interior. Sendo assim, foram realizadas entrevistas no trajeto das barcas e na praia, durante o momento de lazer de alguns moradores.

A verificação em campo de atividades econômica, como às ligadas ao comércio local, de atividades de lazer, como pedalinhos e algumas iniciativas de eventos culturais, e de monumentos históricos e locais importantes para a memória coletiva dos habitantes da ilha, foram elementos detectados a partir de observação direta em campo, acompanhada de registro iconográfico. Estes elementos verificados em campo, ao serem tabulados e complementados com os dados alcançados a partir das entrevistas, foram agrupados em cinco indicadores. A definição de indicadores na pesquisa foi fundamental na busca de uma relativa objetivação dos aspectos valorativos pesquisados e no tratamento cartográfico das informações coletadas em campo.

1.5 – A DEFINIÇÃO DOS INDICADORES

Mediante entrevistas abertas com os moradores e análise de textos sobre acidentes ambientais na imprensa, chegamos à definição de um grupo de parâmetros que ajudam na identificação daqueles locais de maior repercussão junto à comunidade e também junto à imprensa. Aspectos econômicos, estratégicos e políticos se somam a aspectos históricos e subjetivos na valoração dos muitos lugares que existem em um lugar.

Para fins de classificação, com o objetivo de um melhor tratamento cartográfico das informações obtidas em campo, seja via observação direta seja via análise dos questionários aplicados, os parâmetros levantados foram agrupados em cinco grupos, que constituem os indicadores principais da nossa proposta metodológica. Denominamos nossos indicadores como: atividade econômica, importância histórica, memória coletiva, sentido de lugar e local de lazer. Consideramos que todos estes indicadores possuem o mesmo “peso” ao valorar determinado lugar, a síntese de todos estes indicadores é o que dará o grau de sensibilidade do lugar estudado.

Quadro 1 – Os Indicadores e seus Parâmetros

| INDICADOR | PARÂMETRO |
|-----------------------|--|
| Atividade Econômica | <ul style="list-style-type: none"> • Turismo • Pesca • Comércio relacionado ao mar |
| Importância Histórica | <ul style="list-style-type: none"> • Fatos históricos ocorridos no local • Presença de monumentos e marcos históricos • Local citado em literatura ou demais manifestações artísticas |
| Memória Coletiva | <ul style="list-style-type: none"> • Local citado por entrevistados como cenário de importantes fatos do passado (individuais ou coletivos). |
| Sentido de Lugar | <ul style="list-style-type: none"> • Local de moradia • Topofilia identificada no discurso • Identidade dos moradores com o local |
| Local de Lazer | <ul style="list-style-type: none"> • Atividades voltadas para o lazer • Local de shows, festas, comícios, etc • Acessibilidade |

Organizado por Marcelo Matos, 2009.

Atividade econômica é um importante indicador para análise da sensibilidade de um determinado lugar ao derrame de óleo. Quando uma

expressiva quantidade de hidrocarboneto é derramada em uma praia usada para a pesca, por exemplo, impacta economicamente a vida de muitas famílias, que têm sua renda diretamente atrelada à oferta de peixes em uma água salubre. O comércio pesqueiro do local, assim como restaurantes e quiosques, é diretamente afetado. O turismo também é um parâmetro, ligado ao indicador Atividade Econômica, de extrema importância, pois está intimamente ligado à produção da imagem do lugar, produto comercializado via imprensa para outros lugares muito distantes.

Importância histórica é um indicador cujos dados podem ser levantados junto a dados secundários, como registros bibliográficos e iconográficos que retratam uma dinâmica pretérita daquele lugar e que substancia uma política contemporânea de preservação local. Marcos históricos e referências ao lugar em obras artísticas, seja música, literatura, televisão ou cinema, ajudam a reforçar uma imagem cultural do lugar, que ao ter seu ambiente negativamente impactado, apresenta uma repercussão muito maior do que outros lugares que não possuem esta essência cultural tão forte.

A Memória Coletiva, por sua vez, possui uma importância singular ao preservar junto à coletividade local, aqueles fatos que resguardam um passado de relevância histórica para o lugar e que, não necessariamente, encontram-se documentados em fontes formais de conhecimento. Este importante indicador volta-se, portanto, para os fatos na história da comunidade ou da trajetória individual daqueles que habitam determinado lugar, que são aspectos primordiais na valoração da sensibilidade deste lugar.

O sentido de lugar é outro indicador que, assim como a memória coletiva, se aproxima mais do aspecto subjetivo na análise de uma determinada comunidade. A relação afetiva que os habitantes possuem com o lugar onde vivem, reflete positivamente em suas ações e comportamentos pró-ambientais e

também em sua percepção e valoração daquele lugar. Uma relação íntima com o lugar resulta em maior conhecimento e maior motivação em conservar e lutar a favor de direitos e políticas para a significância daquele lugar, seja em seus aspectos ligados à toponímia, biofilia ou hidrofília (BACHELARD, 2000; TUAN, 1980; WILSON; KELLERT, 1993).

Por último, o indicador Atividade de Lazer analisa um aspecto objetivo do local: seu potencial turístico e sua atual utilização para fins recreativos e de lazer. Estes locais, que geralmente apresentam forte centralidade, quando impactados adversamente, deixam de oferecer à população um dos aspectos mais importantes da manutenção da qualidade de vida daqueles que habitam aquele espaço, que é o lazer. Quando de livre acesso, estes locais se tornam ainda mais sensíveis ao derrame de óleo, pois compromete o bem estar de um maior número de pessoas da comunidade (este não é caso das praias exclusivas, por exemplo).

Enfim, ao agrupar o resultado do comportamento de um determinado local segundo a análise destes cinco indicadores é possível chegar a uma classificação que demonstre a sensibilidade do *Lugar* em seus aspectos socioeconômicos. Com isso, um tratamento cartográfico com maior legitimidade torna-se possível. Para esse tratamento, utilizamos o *software ArcView*, onde foi possível associar feições geométricas representativas das praias da ilha de Paquetá com uma tabela de atributos composta dos dados obtidos em campo.

A criação dos arquivos em formato *shapfile* (próprio deste *software*) possibilitou a criação de arquivos denominados temáticos, que demonstrem, a partir da diferenciação cromática, as diferentes escalas de sensibilidade do lugar identificadas em Paquetá. Esta metodologia, baseada nas já existentes cartas SAO, facilita na leitura dos mapas por aqueles que já estão acostumados com a utilização destas cartas. Cabe ressaltar que nossa proposta em nada objetiva substituir ou competir com a metodologia já existente, pretendendo somente agregar informações ambientais, por vezes subjetivas, a este importante conjunto

de mapas baseados em aspectos físico-biológicos dos locais. No próximo item, falaremos um pouco mais das cartas SAO antes de apresentar com mais detalhes nossa proposta metodológica.



II - Sensibilidade Ambiental

II – SENSIBILIDADE AMBIENTAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto histórico e temático de nossa pesquisa. Considerando que nosso trabalho surge no contexto histórico-científico em que as questões ambientais estão cada vez mais presentes nos debates acadêmicos e no planejamento estratégico de grandes empresas, traçamos uma breve discussão sobre a importância da responsabilidade social das empresas potencialmente poluidoras no contexto socioambiental. Após isso, discutimos sobre as ocorrências de derrames de óleo no ambiente costeiro, ressaltando os principais casos, mudanças na legislação e o que empresas, como a Petrobras, têm feito para prevenir e/ou mitigar tais ocorrências. Por último, apresentamos os estudos de sensibilidade ambiental, que surgiram como uma das ferramentas para auxílio às ações de resposta aos derramamentos de óleo.

2.1 – A QUESTÃO AMBIENTAL

O acelerado desenvolvimento econômico tem sido, historicamente, acompanhado de um forte processo de degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais e perda da biodiversidade. A ocorrência destes processos pode ser facilmente explicada face o modelo de desenvolvimento predominante no mundo, baseado na gestão e exploração dos recursos ambientais e na utilização de tecnologias impróprias. Tudo isso tem demandado a necessidade de estratégias envolvidas nos processos de gestão e manejo de recursos, nas escalas global e local, para o tratamento da chamada “questão ambiental” (CUNHA; GUERRA, 2008).

A preocupação com a degradação ambiental vem sendo observada desde a década de 1960 do século XX, quando começaram a serem organizados encontros internacionais totalmente voltados para esta questão. O primeiro deles foi o Clube de Roma, em 1968, quando foram produzidos diagnósticos sobre os

problemas relacionados com o futuro da humanidade, com o objetivo de estabelecer modelos globais projetados para prever o futuro considerando as atuais formas de apropriação dos recursos naturais. Segundo SOUZA (2000), entre as conclusões do estudo apresentado, houve uma previsão de que o crescimento e consumo de recursos continuariam a aumentar rapidamente, juntamente com o aumento da população e da utilização de energia, até chegar a um limite.

Outro marco na questão ambiental foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo. A partir deste encontro, desenvolvimento e degradação ambiental passaram a serem tratadas como questões inseparáveis. Em 1983, foi criada na ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que reuniu representantes de 21 países, além de colaboradores de todos os continentes na elaboração do Relatório Brundtland, que propunha estratégias ambientais de longo prazo para “obtenção de um desenvolvimento sustentável” por volta do ano 2000. A partir deste documento, o conceito de desenvolvimento sustentável passa a aparecer na grande maioria das discussões ambientais, na tentativa incessante de conciliar o crescimento econômico e a conservação ambiental (SOUZA, 2000).

O Rio de Janeiro foi sede, em 1992, da Segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A Rio-92, como ficou conhecida, contou com a participação de 170 países e teve como resultado do encontro a aprovação de cinco acordos internacionais: a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 – Plano de Ação da Terra, a Declaração das Florestas, a Convenção – Quadro sobre Mudanças Climáticas e, por último, a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Estes grandes eventos serviram, acima de tudo, para alertar a população mundial da necessidade de pensar como queremos o mundo de amanhã e como estamos contribuindo para isso. O pensamento ambientalista passou a fazer parte

de diversos setores da sociedade, não sendo mais “propriedade” de *hippies* e ativistas de organizações não-governamentais, como o *Greenpeace*. Além disso, a preocupação com a questão ambiental existente hoje tem diferenças fundamentais daquela existente na década de 60, como aponta SOUZA (2000, p. 46):

Se no passado os problemas ambientais eram vistos como uma preocupação “pequeno-burguesa” para os marxistas, ou então como uma excentricidade de ecologistas nostálgicos com o progresso e com a tecnologia, hoje se vê perfeitamente políticos, empresários, líderes comunitários, burocratas de estado, dentre tantos outros, transitarem com desenvoltura pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”.

Atualmente, encontramos com certa facilidade, diversas pesquisas sobre danos e riscos e desastres ambientais. Em nosso trabalho, elegemos as definições destes conceitos encontradas na Política Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2007, p. 8):

1. **Desastre:** Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
2. **Risco:** Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis;
3. **Dano:** Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso.

Ao analisarmos as pesquisas que tratam destas questões, podemos constatar a relevante preocupação de alguns autores em nos chamar a atenção para a vulnerabilidade cada vez maior da população, principalmente dos países em desenvolvimento, diante dos riscos ambientais de grande magnitude. Burton, Kates e White (1978, p.12) chegaram a afirmar que “to be poor as a nation or a person is to be particularly vulnerable”, ao estudar a situação dos países em desenvolvimento no contexto do aumento dos perigos e riscos ambientais. No

entanto, cabe lembrar que essa condição de vulnerabilidade muitas vezes é resultado da própria intervenção humana no ambiente natural, corroborando com a necessidade cada vez maior de rever a relação crescimento populacional e pressão sobre os recursos naturais, analisando com cuidado a forma de atuação do homem no meio físico.

It may well be that the ways in which humankind deploys its resources and technology in attempts to cope with extreme events of nature and inducing greater rather than less damage and that the processes of rapid social change work in their own way to place more people at risk and make them more vulnerable (BURTON; KATES; WHITE, 1978, p.1).

Hoje, estratégias ambientais constituem pré-requisito para a manutenção de grandes empresas no mercado. Um conjunto de legislações, normas técnicas e diretrizes busca assegurar que a atuação das atividades destas empresas não comprometa a qualidade do ambiente em que se insere. As regulamentações ambientais foram cada vez mais buscando atrelar a produtividade com a sustentabilidade, se afastando aos poucos daquela visão conservacionista que predominou nas primeiras leis ambientais, quando se buscou disciplinar o uso dos recursos naturais e garantir a preservação de espécies (como foi no caso da criação de parques nacionais, por exemplo). Atualmente, o pensamento ambientalista possui uma visão mais holística, mesmo quando se fala em preservação das espécies, tendo em vista que “a preocupação com a perda de espécies tinha um significado existencial e mesmo moral, e não a conotação da biodiversidade como se tem hoje” (SOUZA, 2000, p. 52).

No momento em que o país atinge sua autossuficiência em petróleo, é visível que ainda estamos muito longe de uma “auto-suficiência” efetiva no que diz respeito à Norma Brasileira (NBR) 16001/2004, sobre responsabilidade social, apresentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta norma deve se adaptar às distintas realidades geográficas, culturais e sociais,

estabelecendo os requisitos mínimos relativos a sistemas de gestão e avaliação associados à responsabilidade social, no que tange às dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social no contexto do conceito de desenvolvimento sustentável, construído pela Comissão Brundtland. Entretanto, ressaltamos que segundo a norma, “o atendimento aos requisitos da Norma não significa que a organização é socialmente responsável, mas que possui um sistema de gestão de responsabilidade social” (ABNT, 2004, p.2).

Estas circunstâncias podem significar diferenças fundamentais nos níveis de desempenho de ações visando à responsabilidade social e sustentabilidade ambiental, principalmente quando considerados os vários processos e suas interações efetivas e potenciais com a sociedade, decorrentes da implantação das séries ABNT ISO 9000 ou ABNT ISO 14000, e que devem abranger o desenvolvimento de políticas que priorizem: promoção da cidadania; promoção do desenvolvimento sustentável; e a transparência de suas atividades (ABNT, 2004, p.3-5; GUIMARÃES, 2008).

O investimento que grandes empresas têm realizado junto às comunidades do entorno também tem se mostrado vantajoso para a imagem social das mesmas, que se traduz em uma estratégia de *marketing* na qual outras pessoas possam ser beneficiadas em relação aos objetivos e metas de seu *compromisso e responsabilidade social*. Quando tratamos de empresas exploradoras de recursos naturais e que movimentam, refinam, manipulam, armazenam produtos perigosos, entre outras ações, o conjunto das intenções e diretrizes abarcadas pelas políticas de responsabilidade social por parte destas organizações deveria ser ainda maior, tendo em vista a possibilidade de acidentes e danos ambientais reversíveis ou não (ABNT, 2004; GUIMARÃES, 2008).

No tocante à gestão dos riscos ambientais, podemos destacar a ISO 31000. Apesar do fato de ainda não ter sido efetivamente publicada pela ABNT e de ainda não ser um instrumento destinado para fins de certificação, representa

um marco para o avanço da adequação de tipos de atividades dentro de princípios e diretrizes coerentes para uma efetiva gestão de riscos.

Diversas iniciativas de aproximação entre comunidade e organizações podem ser observadas nos últimos tempos em diferentes regiões do Brasil. As empresas têm se aproximado das comunidades do entorno não só devido às relações de vizinhança de suas instalações, mas também mediante a promoção de treinamentos para o combate a emergências de grande porte, projetos ligados às atividades culturais, socioeconômicas e ambientais, dentre outros. O fato é que as grandes empresas sabem que não é mais possível manter atividades de alto risco diante de comunidades limítrofes e não explicitar os prós e contras das interações destas mesmas atividades. Frente estes quadros, investem em simulados de emergência, envolvendo as comunidades vizinhas, fazendo com que estas se sintam partes do processo, associando garantias e medidas de melhorias de qualidade ambiental e de vida. Estas melhorias podem ser apresentadas através de infraestruturas urbanísticas e socioculturais, ou ainda da implantação de programas ambientais e socioeconômicos de caráter participativo ou cooperativo, que são apresentados pela empresa como parte do compromisso de responsabilidade social e deveres da empresa junto à população envolvida (GUIMARÃES, 2003; 2008).

Esta questão da interface risco e população foi bem explorada por Burton, Kates and White (1978, p. 173), que sintetizaram as noções básicas que devem constar de políticas bem intencionadas em solucionar questões delicadas desta interface:

- 1- Hazards always result from interaction of physical and human systems. To treat them as though they were wholly climatic or geologic or political or economic is to risk omission of components that must be taken into account if sound solutions for them are to be found;
- 2- The use of resources of a hazardous area almost always leads to social benefits as well as social costs. It is essential to identify the trade-offs between the benefits and costs in the broadest sense;

3- In only extremely rare circumstances is there solely one adjustment that merits adoption. Usually there are alternatives that may be as effective as or more viable than the conventional technique or the one that lends itself most easily to public action.

Nem sempre as grandes indústrias poluidoras possuem estas premissas básicas no escopo de suas políticas ambientais. Por outro lado, quando uma empresa polui o ambiente as conseqüências do evento atingem fortemente sua própria imagem junto aos seus investidores, parceiros, acionistas, auditores ambientais, consumidores e comunidade vizinha. No caso da indústria petrolífera, principalmente através do histórico de derramamentos de óleo em corpos hídricos, essa questão se tornou emblemática, como veremos no próximo item.

2.2 – OS DERRAMES DE ÓLEO

Ao longo das últimas décadas do século XX pudemos verificar com mais evidência o resultado das pressões do modelo desenvolvimentista sobre os geossistemas costeiros e marinhos. Neste cenário econômico, político e ambiental, o ambiente costeiro urbano foi sendo condenado a se transformar em um repositório natural de resíduos sólidos, produtos químicos derramados de navios e oleodutos, dentre tantos outros impactos ambientais que ameaçam os recursos hídricos e os diversos ambientes correlacionados, agravados inúmeras vezes em razão das influências de variações e alterações sazonais da paisagem.

A indústria petrolífera tem se afirmado com uma das mais importantes indústrias da contemporaneidade, uma vez que o petróleo encontra-se enraizado no cotidiano da sociedade contemporânea a ponto de tornar-se alvo de embates político-territoriais e geoestratégicos. Por outro lado, os riscos inerentes às atividades petrolíferas constituem objeto de preocupação de diferentes atores

sociais, como responsáveis técnicos destas atividades, agentes reguladores, ambientalistas, comunidades que residem em locais onde se dão tais atividades, imprensa, pescadores que vivem em dependência direta dos ecossistemas presentes, que por sua vez, se configuram como áreas vulneráveis. Com a intensificação do transporte do petróleo, podemos observar um aumento do número de acidentes com fortes conseqüências ecológicas, principalmente derramamentos de óleo oriundo de navios e oleodutos.

Os impactos de um derramamento de óleo são alarmantes. Quando atinge um solo com relativa permeabilidade, o óleo, ao ser removido, leva consigo camadas superficiais do solo, rica em nutrientes e matéria orgânica. Em solo com alta permeabilidade, este se torna uma frente de propagação do óleo derramado para os lençóis freáticos, fazendo com que as conseqüências deste derrame atinjam diversos ecossistemas subterrâneos.

Os corpos hídricos representam frentes de propagação de velocidade ainda superior a do solo. Dependendo de variáveis ambientais como instante da maré, corrente e vento, o óleo pode se espalhar por uma extensa área em pouco tempo após o derrame. Quando um óleo derramado encontra um corpo hídrico, o óleo, por ser uma substância tóxica, põe em risco não somente a biodiversidade, mas compromete também o consumo de muito desses recursos pesqueiros pelo homem. Ao atingir um ambiente costeiro, compromete ainda a vida de outros ecossistemas, como manguezais, lagunas, estuários, dentre outros, além de comprometer a qualidade estética das áreas voltadas para a atividade turística e a subsistência de muitos trabalhadores que vivem somente da pesca nestas áreas.

Quando um derrame de óleo atinge um ambiente costeiro, torna-se muito mais visível para toda a sociedade, os efeitos devastadores que pode causar para o meio ambiente. A convivência dos mais diversos atores sociais em um mesmo espaço geográfico faz das áreas costeiras locais de alta prioridade no que tange às políticas ambientais e socioeconômicas governamentais e públicas. Um

gerenciamento costeiro eficiente deve levar em consideração os habitantes do lugar, aqueles que vivem dos recursos locais, que se utilizam do lugar para atividades de lazer, que exploram economicamente as vantagens estratégicas do lugar e, por fim, ter atenção especial a tudo o que pode colocar em risco as dinâmicas deste local. Neste contexto, a indústria petrolífera tem chamado atenção de todos por representar uma ameaça constante tanto ao ambiente costeiro quanto às áreas próximas às suas instalações.

Os maiores derramamentos de óleo conhecidos ocorreram durante a Guerra do Golfo, em 1991, quando cerca de 800 mil toneladas de óleo atingiram o mar, extinguindo parte da vida marinha em determinadas áreas, principalmente nas águas do Golfo Pérsico. Outro episódio que marcou a história dos acidentes envolvendo grande quantidade de petróleo no mar foi o acidente envolvendo o navio *Exxon Valdez*, em março de 1989, que causou um derramamento de 37 mil toneladas de óleo cru no Alasca (THE INTERNATIONAL TANKER OWNER POLLUTION FEDERATION LIMITED, 2009). Este acidente teve uma repercussão internacional muito alta na mídia, principalmente pelo fato de ter atingido uma área de alta sensibilidade e de beleza cênica admirada por todo o mundo, ainda que não tenha sido um dos maiores derramamentos em quantidade de óleo.

No Brasil também há registros de grandes derramamentos de óleo, sendo o primeiro registrado em literatura internacional referente ao derrame derivado do encalhe do navio Sinclair Petrolore, em 1960, com 66.530 m³ de óleo perdidos no mar, em local indeterminado (SÃO PAULO, 2008). Assim como no cenário internacional, alguns acidentes se tornaram mais visíveis para a sociedade, através da mídia, ainda que não tenham sido os maiores em quantidade de óleo derramado. No caso brasileiro, tornou-se emblemático o acidente ocorrido em janeiro de 2000, na Baía de Guanabara, local que já havia sido cenário de um acidente de maior magnitude, em 1975, quando o navio-tanque iraquiano Tarik Ibn Ziyad lançou 6.000 m³ nas águas da Guanabara (SÃO PAULO, 2008).

Na madrugada de 18 de janeiro de 2000, houve um rompimento de um oleoduto submerso que liga a Refinaria de Duque de Caxias ao Terminal da Ilha D'água, causando o derrame de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara. A mancha se espalhou por uma área com cerca de 40 quilômetros quadrados, atingindo principalmente as praias de Anil e Mauá, São Gonçalo e as praias da Ilha de Paquetá. A fauna presente na Baía foi visivelmente impactada. Os peixes mortos nas areias das praias e as aves com suas penas negras de tanto óleo foram imagens constantemente veiculadas na mídia. A Petrobras foi penalizada em 47 milhões de reais pelo órgão estadual de meio ambiente (FEEMA) e ainda hoje responde por processos indenizatórios, principalmente por parte dos pescadores que foram demasiadamente prejudicados com a poluição das águas da Baía (CHAVES, 2005).



Foto 1 – Derrame de óleo na Baía de Guanabara em 2000.
Fonte: www.seashepherd.org.br. Acesso em 07/06/2010.

Um fato que merece ser destacado no episódio do acidente de 2000 foi o despreparo da Petrobras em atender emergências de grande porte. A ausência de recursos materiais eficientes para conter, recolher e limpar os efeitos de uma grande quantidade de óleo no mar e no litoral ficou evidente, fazendo com que a companhia criasse, a partir daquele ano, um programa chamado Programa de

Excelência Ambiental e Segurança Operacional (PEGASO). Este projeto distribuiu o valor de 3 bilhões de reais em diversos projetos na empresa que garantissem a qualidade em segurança, meio ambiente e saúde (ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2006).

A partir deste grande programa de investimento, foram criados os chamados Centros de Defesa Ambiental (CDA), onde são alocados em pontos estratégicos do território brasileiro os recursos materiais necessários para o combate a um grande derramamento de óleo (barreiras de contenção, barreiras e mantas absorventes, recolhedores de óleo, dentre outros). Além disso, a companhia também direcionou investimentos em tecnologia da informação para utilizar no momento da emergência, dando suporte a diversas pesquisas no CENPES (centro de pesquisas onde são elaborados diversos estudos, como por exemplo, simulação de derivas de mancha de óleo).

A inexistência de diretrizes claras do Estado no que diz respeito a planos de emergência de empresas potencialmente poluidoras também foi outro fator que se tornou evidente após o acidente da Baía de Guanabara. Neste contexto, podemos destacar a criação da Lei 9966 (BRASIL, 2000), que estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional, e a Resolução CONAMA 293 (BRASIL, 2001), que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Emergência Individual previsto na Lei 9966.

O entendimento da realidade geográfica existente nas áreas de influência das suas atividades tornou-se uma grande tarefa para a Petrobras depois do aprendizado que obteve com os acidentes ambientais dos quais foi responsável. O conhecimento das informações meteorológicas e oceanográficas foi de suma importância para a construção de modelos hidrodinâmicos, permitindo simulações de deriva de mancha de óleo que conseguem prever a direção do óleo em relação

ao tempo do derrame. O conhecimento sobre aspectos geológicos, geomorfológicos e biológicos permitiu detectar o comportamento do óleo nos diferentes ecossistemas e avaliar aqueles em que o óleo traria maiores ou menores impactos ambientais adversos. Grande parte destas informações foi disponibilizada em mapas de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo (ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2006), que veremos mais detalhadamente no item posterior.

2.3 – OS ESTUDOS DE SENSIBILIDADE AMBIENTAL

Com base na constatação das mudanças de comportamentos do óleo derramado de acordo com o ambiente atingido, surgiu-se a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre as características dos diferentes segmentos da zona costeira, com o objetivo de um melhor direcionamento de recursos humanos e materiais, garantindo a eficácia no combate à emergência.

A partir do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (BRASIL, 1988), possuímos em nossa legislação uma definição oficial de zona costeira:

3.1. Zona Costeira - é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as seguintes faixas:

3.1.1. Faixa Marítima - é a faixa que se estende mar adentro distando 12 *milhas marítimas* das *Linhas de Base* estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

3.1.2. Faixa Terrestre - é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber:

a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE);

- b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas;
- c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de *conurbação*;
- d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- e) os *municípios estuarinos-lagunares*, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e
- f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores.

Segundo Moraes (1999), uma vez que a zona costeira não é sempre uma unidade natural evidente, observa-se uma utilização de critérios alternativos aos do quadro natural, baseados na vida social:

Neste universo, dois elementos despontam como fundamentais de serem considerados. O primeiro diz respeito às divisões político-administrativas, que em suas artificialidades expressam uma materialidade efetiva distinta da vigente no mundo natural. Neste plano, destaca-se no Brasil a figura do município, como espaço de exercício do planejamento e da ação política. O segundo elemento a ser relevante é o padrão predominante de uso do solo que acaba por atuar como um dado corográfico, isto é, como um fator econômico qualificador dos lugares (MORAES, 1999, p.28)

Com o objetivo de não confundir com esta abrangência ampla do conceito de zona costeira, nos utilizamos das terminologias ambiente costeiro, quando nos referimos às características físico-biológicas consideradas nas cartas SAO, e área costeira, quando nos referimos às áreas consideradas em nossa pesquisa, delimitada pelas praias e seus arredores.

No que se refere aos ambientes costeiros, Gundlach e Hayes (1978) foram os responsáveis por uma das primeiras classificações destes em relação à sensibilidade ao óleo. A sistematização utilizada por estes autores, que

classificaram o ambiente costeiro em uma escala de 1 a 10 diferentes níveis de sensibilidade, é utilizada até hoje nos mapas de sensibilidade. Como critérios para a classificação, os autores utilizaram como base a interação dos ambientes com os fatores físicos que controlam a deposição e a permanência do óleo naquele ambiente. A partir desta classificação, os primeiros mapas de sensibilidade foram elaborados.

Foi com base na metodologia proposta por Gundlach e Hayes (1978) que a *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) criou um manual de elaboração de mapas de sensibilidade para o território norte-americano, com o objetivo de padronização dos mapas que estavam sendo elaborados no país. Ao longo das últimas décadas, outras propostas foram apresentadas com base nesta metodologia inicial, incorporando informações socioeconômicas e biológicas.

Após ser responsabilizada pelos impactos adversos causados por grandes vazamentos de óleo que despertaram a atenção de toda a sociedade, a Petrobras, através do CENPES, incorporou os mapas de sensibilidade ambiental como um importante subsídio à tomada de decisão no momento de uma emergência. O projeto, que teve início em 1998, contou com parceria de universidades para adaptar a classificação criada pela NOAA à realidade brasileira:

Os ecossistemas costeiros, estuarinos ou fluviais são classificados segundo um índice de sensibilidade ao óleo, estabelecido com base nos seguintes fatores: tipo de substrato; permeabilidade; mobilidade e condições de tráfego; declividade da zona de intermarés; grau de exposição à energia das ondas e marés; facilidade de limpeza; produtividade e sensibilidade biológicas (ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2006).

A metodologia utilizada pela Petrobras incorporou também algumas informações sobre as infraestruturas socioeconômicas (como localização de hotéis, colônias de pescadores, comércio, hospitais, dentre outros) e informações

sobre dados biológicos, relacionados à fauna presente nas áreas vulneráveis ao derramamento, que seriam receptores impactados pelo óleo. Esta metodologia resultou no *Manual Básico para Elaboração de Mapas de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo no Sistema Petrobras: ambientes costeiros e estuarinos* (ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2002), publicação utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente como base para criação das *Especificações e Normas Técnicas para Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo*.

Os mapas de sensibilidade ambiental criados pelo CENPES classificaram, através de diferentes níveis de sensibilidade ao óleo, os ambientes costeiros, estuarinos e fluviais do Brasil, e se tornam fundamentais em situações de riscos ambientais por permitir traçar estratégias de proteção para as áreas vulneráveis. Estes mapas estão inseridos em outros sistemas corporativos, como o Mapas Petrobras de Sensibilidade Ambiental a Derrames de Óleo (MAPS), que possibilita a elaboração, a consulta e a impressão destes mapas, e o Sistema Informatizado para Apoio a Plano de Ação de Emergência (InfoPAE), que é utilizado para gestão da contingência. Através dos planos de emergência construídos neste sistema, é possível estabelecer estratégias de resposta específicas para cada nível de sensibilidade, indicando os métodos de limpeza mais adequados. Isto porque, em alguns ambientes, como manguezal, por exemplo, o impacto causado pela entrada e circulação de equipamentos para limpeza pode ser maior que a própria ação do hidrocarboneto neste ecossistema.

de dado devem ser otimizadas para que não interfira no tempo de resposta das equipes envolvidas. No caso da Petrobras, essas informações são sistematizadas nos planos de emergência informatizados, disponíveis no InfoPAE (Ver figura 4):

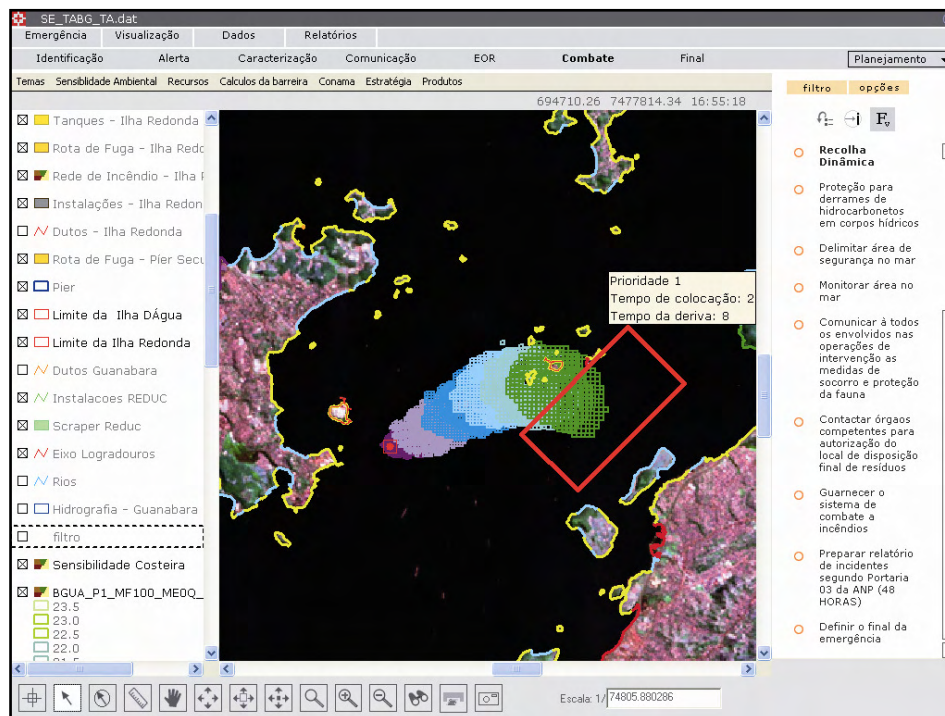


Figura 3: Acesso ao mapa de sensibilidade pelo InfoPAE.
Fonte: Captura de tela do sistema na rede Petrobras, jan/2009.

Com todos os investimentos supramencionados em geotecnologias voltadas para a proteção do meio ambiente, torna-se evidente a preocupação atual das grandes empresas com a manutenção da paisagem, hoje entendida como recurso, tanto em relação às suas características concernentes ao patrimônio natural como ao cultural. Torna-se necessário, cada vez mais, que as atividades das empresas estejam condizentes com os recursos paisagísticos do ambiente no qual esta se insere. Cabe ressaltar que, quando falamos em recursos paisagísticos, nos referimos à definição de Burle Marx (1977, p. 40): “aquelas paisagens que, devido a características específicas, de ordem estética, científica ou histórica, constituem bens culturais de uma comunidade”.

Na visão de Moreno (1998), a paisagem justifica-se como recurso na medida em que entendemos como recurso natural tudo aquilo que os seres humanos encontram em seu entorno e que de alguma forma pode ser utilizado em benefício próprio. Na visão desta autora, esta definição traz implicitamente a possibilidade de apropriação do recurso e pode ser utilizada, portanto, no caso da paisagem, que, por sua vez, satisfaz necessidades, gera demanda e, com isso, valor de mercado. Também encontramos esta visão de paisagem como recurso na análise de Ribas (1992, p. 206), que acrescenta ao debate a necessidade de proteção deste importante recurso:

Las diversas actuaciones sobre el paisaje, que se derivan del desarrollo actual, afectan su aspecto perceptivo. El paisaje se contempla así como recurso que puede precisar protección, y que interviene en la determinación de la capacidad del territorio para el desarrollo de las actividades humanas. Es importante, por lo tanto, detectar aquellas zonas en las que se considere oportuno aplicar algún tipo de protección, y aquellas otras en las que sea posible un desarrollo libre, o con ciertas limitaciones, sin que exista detrimento en la cualidad del paisaje o que el impacto provocado sea mínimo.

Essa necessidade de proteção da paisagem, apontada pelo autor, que atualmente pode ser inserida no debate do desenvolvimento sustentável, se fundamenta também na preocupação desta paisagem como recurso perder o seu valor uma vez que encontra-se vulnerável a diferentes tipos de impactos adversos. Fato que já era destacado por Burle Marx ainda na década de 1970, quando este nos chamava a atenção para o fato de que “interferências indesejáveis podem fazer com que os mesmos deixem de ser recursos, isto é, que suas qualidades básicas se degradem, ou mesmo se percam completamente” (BURLE MARX, 1977, p.41).

Por outro lado, por mais eficazes tecnologicamente que os projetos implementados pelas grandes corporações, ainda possuem uma lacuna importante a ser preenchida: a percepção das comunidades que estão na área de influência destas unidades operacionais – suas histórias de vida, seus anseios e

necessidades, seus medos e sua relação com o mar. Estas relações que envolvem recreação e lazer, trabalho, sustento, memória, visões de mundo, dentre outros aspectos do cotidiano, podem ser apreendidas somente ao ouvirmos estes importantes atores sociais, permitindo assim conhecermos e classificarmos as diferentes percepções e interpretações que se interrelacionam e conferem significados e valores a estas paisagens geográficas.



III - Percepção Ambiental

III – PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo possui o objetivo de apresentar os estudos sobre a percepção ambiental como campo teórico-metodológico capaz de complementar uma lacuna existente nos estudos de sensibilidade ambiental, apresentados no capítulo anterior, que é o olhar dos habitantes da zona costeira sobre as áreas vulneráveis a derrames de óleo. No primeiro item do capítulo, trataremos dos primeiros estudos de percepção ambiental e sua incorporação por parte dos geógrafos. No segundo item, a partir de um ponto de vista mais teórico, discutiremos sobre o processo perceptivo, relacionando-o à interpretação e à valoração ambiental. No terceiro e último item deste capítulo, focaremos nos elementos que estamos considerando em nossa pesquisa como os principais indicadores para o mapeamento da percepção ambiental de áreas vulneráveis a derrames de óleo: história e memória individual e coletiva, atividades socioeconômicas e de lazer, e identidade e sentido de lugar.

3.1 - OS ESTUDOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Os estudos e pesquisas sobre o tema Percepção Ambiental têm sido um importante referencial teórico-metodológico nas mãos de pesquisadores oriundos de diferentes campos do conhecimento e com a mesma preocupação: o modo como o homem percebe, interpreta e valora seus espaços, lugares e paisagem. Este enfoque tem ajudado muito no entendimento de algumas atitudes e comportamentos ambientais dos indivíduos, constituindo-se em importante instrumento de planejamento e educação para a conservação e preservação do meio ambiente.

“*A Imagem da Cidade*”, de Kevin Lynch, é um verdadeiro marco dos estudos de Percepção Ambiental. Publicada no início da década de 1960, esta obra parte da idéia de que cada cidadão possui vastas associações com algumas

partes de sua cidade, e que a imagem de cada um é impregnada de lembranças e significados (LYNCH, 1997). Na visão deste autor, uma *imagem ambiental* pode ser decomposta em três elementos: identidade, estrutura e significado. Ao perceber o ambiente, o homem “filtra” determinadas informações, interpretando e conferindo significado aos diferentes estímulos ambientais aos quais é submetido no decorrer de sua experiência como usuário da cidade. Considerando que cada observador/usuário possui experiências distintas, as imagens podem variar significativamente entre observadores diferentes, como aponta Lynch (1997, p.7):

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu meio ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê.

Na Geografia, as idéias de Lynch são incorporadas no momento em que esta disciplina encontra novas alternativas aos enfoques positivistas, até então vigentes. A década de 1960 fica marcada nas Ciências Sociais pela proliferação de movimentos radicais, oriundos da insatisfação em relação ao neopositivismo, e do descobrimento da dimensão fenomenológica e existencialista, fortalecendo o interesse nestas correntes filosóficas por parte dos cientistas sociais, e levando também a Geografia por caminhos até então nunca percorridos. Os valores, o modo de vida, o espaço vivido se converteram em um tema de reflexão geográfica, como mostra Capel (1981, p.443):

Los trabajos realizados por estos geógrafos mostraron que había desviaciones acusadas entre las condiciones de un medio y la percepción que los hombres tienen de él, que el mapa mental que poseen los individuos no coincide con la representación que un grupo humano dispone. Mostraron también que el espacio está lleno de significados y de valoraciones, las cuales permiten organizar la visión de un paisaje o tomar decisiones sobre la actividad a desarrollar, y que son estas valoraciones las que dan lugar a la aparición de un sentimiento de pertenencia o de rechazo respecto a un lugar. Es a través de esta geografía personal, de esa visión mezclada con la fantasía, y modelada

por la cultura y la estructura social, que los hombres organizan su comportamiento en el espacio.

Ao considerar esta organização do comportamento do homem no espaço, a Geografia se aproximou mais fortemente da Fenomenologia, que nos ensinou como explorar a descrição dos fenômenos espaciais, baseados em experiências humanas individuais e coletivas do homem. Ainda que esta corrente filosófica tenha sido fundada pelo filósofo alemão Edmund Husserl, as pesquisas geográficas que tiveram forte conotação fenomenológica sofreram maior influência das idéias de Heidegger, Merleau-Ponty e Bachelard.

As pesquisas em percepção ambiental ganharam notabilidade, ainda na década de 1970, a partir da criação do programa *Man and Biosphere (MAB)*, da UNESCO. Este programa tinha como objetivo “desenvolver, no marco das ciências naturais e sociais, uma base racional para a utilização e conservação dos recursos da biosfera e para a melhoria das relações entre o homem e seu ambiente” (CASTELO, 1996, p. 23). O programa é composto por vários projetos de cunho ambiental, dentre eles o MAB-13, que trata da percepção da qualidade ambiental (UNESCO, 1973). Na visão de Castelo (1996, p.23):

Esta concentração temática decorre de um dos passos mais importantes registrados na evolução da própria consciência ecológica: o momento em que esta passou a estender seu alcance para além dos aspectos físicos e biológicos do meio ambiente, incluindo o homem “dentro” da biosfera e tomando em consideração a parcela do imponderável que existe na mente humana.

A série de estudos que integra o programa MAB foi coordenada pelo Grupo de Trabalho sobre Percepção do Meio Ambiente, do Instituto de Estudos Ambientais, da Universidade de Toronto, Canadá. Grupo este, coordenado pelos pesquisadores Ian Burton e Anne Whyte (OLIVEIRA, 2001). Os resultados das pesquisas foram publicados em inúmeras obras, oriundas de pesquisas em

diferentes países, mas é importante destacar a obra *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, que contribuiu para uma nova leitura do meio ambiente como sistema multidimensional de complexas interrelações em contínua transformação. Além disso, esta obra trouxe uma definição para a percepção ambiental:

Is meant the ways in which man senses and understands the environmental (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon environment, man's preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved (UNESCO, 1973, p.9)

Outro marco dos estudos de percepção ambiental a ser ressaltado foram as reuniões do *Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente*, no âmbito das atividades da União Geográfica Internacional (UGI). Este grupo contou com a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, oriundos de diferentes partes do planeta, interessados na relação meio ambiente e percepção. Segundo OLIVEIRA (2001, p. 15): “as pesquisas compreendiam um leque amplo de interesses voltados para o meio ambiente, tais como: percepção de pragas e paguicidas, mensuração de paisagens estéticas, procura de paisagens valorizadas, mensuração de atitudes em relação aos riscos ambientais”.

Nas reuniões do *Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente*, em 1978, na Nigéria, os pesquisadores brasileiros do grupo (Lívia de Oliveira e Dora Romariz) tiveram contato com as idéias e as contribuições do geógrafo chinês, radicado nos Estados Unidos, Yi-Fu Tuan. A partir daí, algumas de suas obras foram traduzidas para o português: “*Topofilia: um estudo de percepção ambiental, atitudes e valores*”, “*Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*” e “*Paisagens do Medo*”, o que possibilitou uma maior difusão das idéias deste autor no país. Além das traduções destas três obras, ao ministrar disciplinas como “*Percepção do Meio Ambiente*” e iniciar orientação de pesquisas nesta temática,

ainda em fins da década de 70, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na UNESP de Rio Claro, a professora Livia de Oliveira contribuiu de modo relevante para a difusão deste novo caminho da Geografia brasileira durante as décadas de 1980, 1990 e 2000. Cabe ressaltar que os resultados das primeiras pesquisas nesta temática encontram-se reunidas na obra "*Percepção Ambiental: a experiência brasileira*" (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996).

Na visão de Tuan (1980), a percepção ambiental é a resposta dos sentidos dos indivíduos aos estímulos externos emitidos pelo espaço que o circunda. Podemos interpretar que esta resposta captura o indivíduo da condição passiva de mero observador do meio ambiente e o transporta ao nível da ação, quando este indivíduo não só utiliza a visão como também a cognição. Ao compreender determinados fenômenos que perpassam sua forma de se relacionar com o ambiente em que vive, o indivíduo é capaz de assumir atitudes ambientais que transformem seu próprio espaço em lugar. Esta interpretação se aproxima intimamente da visão de Ferrara (1999), que destaca a percepção como forma de extrair os alicerces da ação urbana, da intervenção capaz de dar ao homem poder de decisão sobre o espaço, poder de cidadania.

Desde o início da década de 80, as técnicas de estudo da percepção ambiental passaram a ser aplicadas em diversos estudos acadêmicos de várias universidades do país, a partir de diferentes enfoques temáticos, como por exemplo, relação espaço e lugar, riscos ambientais, valoração de paisagens, educação ambiental, turismo, etc. Independente do objeto de estudo, do recorte espacial ou temporal, em todos estes trabalhos podemos perceber a preocupação primordial com a busca pela qualidade de vida, ainda que este conceito já tenha avançado muito desde esta época. Hoje, os estudos que discutem a qualidade de vida incorporam parâmetros e indicadores até então não tratados nestes trabalhos publicados ainda na década de 1980. Muitas dos resultados das pesquisas atuais a respeito dos diferentes aspectos interdisciplinares envolvidos pelos estudos sobre Percepção Ambiental têm sido publicadas nas edições temáticas da Revista

OLAM, coordenadas pela professora Solange Terezinha de Lima Guimarães, desde o ano de 2001, e hoje disponíveis sob a forma de sistema de editoração eletrônica (SEER) na página da biblioteca virtual da UNESP (campus de Rio Claro).

Nesta pesquisa, consideramos a percepção ambiental como o processo de interação do homem com o ambiente, compreendendo desde o momento em que este ambiente é percebido, passando pelo momento em que o homem o interpreta, e chegando ao ponto em que este ambiente assume determinado valor, seja este: positivo, negativo ou indiferente. No próximo item, procuramos focar nossa análise nessas diferentes etapas do processo perceptivo.

3.2 – PERCEPÇÃO, INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO AMBIENTAL

O processo perceptivo se inicia no olhar. Quando dirigimos nossa atenção para um determinado ponto, seja este um objeto, uma pessoa ou um lugar, transportamos um pouco de nossa atividade mental, perceptiva, para reconhecer aquele determinado ponto (ainda que este processo ocorra em frações de segundos). Nosso olhar se apresenta de maneira prospectiva e retrospectiva ao mesmo tempo, como destaca o filósofo Merleau-Ponty:

O ato do olhar é indivisivelmente prospectivo, já que o objeto está no termo de meu movimento de fixação, e retrospectivo, já que ele vai apresentar-se como anterior à sua aparição, como o "estímulo", o motivo ou o primeiro motor de todo o processo desde o seu início (MERLEAU-PONTY, 2006, p.321).

Todo o ciclo de vida de um indivíduo se dá no espaço. Não existe indivíduo que possua uma vida nula em dimensão espacial, que viva de forma desassociada ao espaço geográfico. Sob uma perspectiva conceitual, focaremos na percepção do espaço. O processo perceptivo, fruto de inúmeras pesquisas oriundas da Filosofia e da Psicologia, é passível de ser abordado em seu aspecto espacial.

Considerando essa experiência constante que o indivíduo possui no espaço, não podemos desconsiderar o fato de que este possui inúmeros conceitos e valores pré-concebidos que o acompanham durante todo o processo perceptivo:

Uma primeira percepção sem nenhum fundo é inconcebível. Toda percepção supõe um certo passado do sujeito que percebe, e a função abstrata de percepção, enquanto encontro de objetos, implica um ato mais secreto pelo qual elaboramos nosso ambiente (MERLEAU-PONTY, 2006, p.378).

Isso também se aplica aos animais, que também possuem forte relação com o espaço, inclusive demarcando territórios. Sobre um mesmo espaço, homens e animais possuem diferentes percepções, captam diferentes acepções e dimensões do local, mas não o desconsideram de maneira alguma.

Sendo assim, a percepção humana pode ser definida como um “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivo” (DEL RIO, 1996, p.3). Esse autor também destaca que esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas; e apresenta um esquema teórico do processo perceptivo, fundamentado em GIBSON (1950):

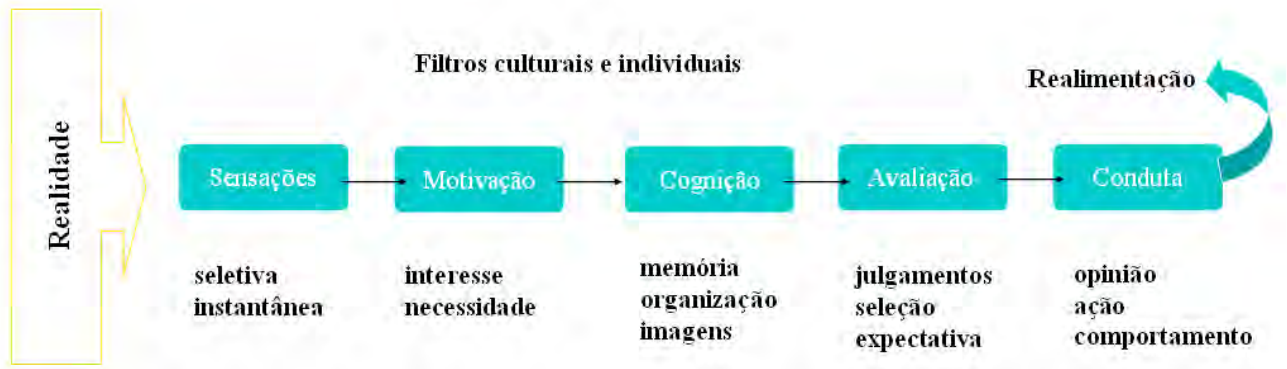


Figura 4: Esquema Teórico do Processo Perceptivo. Fonte: DEL RIO (1996, p.3)

O desenvolvimento dos estudos sobre diferentes aspectos correlacionados à cognição tiveram, sem dúvida, um importante papel no avanço das pesquisas em percepção ambiental. Del Rio e Oliveira (1996) apresentam uma definição de cognição, fundamentados em Piaget, que mostra a articulação destes estudos com o processo perceptivo, principalmente na etapa onde há uma atribuição de significado ao objeto percebido: “processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando-as e conferindo-lhes significado” (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996, p.5).

O significado atribuído a um objeto percebido, como uma paisagem, por exemplo, não constitui um processo aleatório. Apresenta-se como uma variante das diferenças culturais que permeiam os indivíduos de diferentes sociedades, que afetam alguns aspectos da visão que este indivíduo possui do mundo, afinal “un paisaje es una realidad física experimentable según el alclaje cultural y la personalidad del observador, así como de su capacidad de percepción” (MUNÓZ-PEDREROS, 2004, p.140). Os denominados “filtros culturais e individuais”, citados no esquema do processo perceptivo apresentado anteriormente, seguem a lógica estrutural da sociedade em questão.

Os filtros, sempre presente no processo perceptivo, podem variar até mesmo dentro de uma mesma cultura. Isso se mostra, por exemplo, nas diferentes percepções que um indivíduo do sexo masculino tem em relação a um determinado espaço, quando comparado a um indivíduo do sexo feminino. Ou dentro do mesmo gênero, diferentes percepções existentes entre uma criança e um adulto, destacando-se então as faixas etárias e os graus de acuidade perceptiva. Tais filtros também são considerados nas análises de Lowenthal (1985), sendo então denominados como “lentes” pelo autor:

A superfície da terra é elaborada para cada pessoa pela refração através das lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias. Todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções (LOWENTHAL, 1985, p.141).

No contexto da percepção no espaço urbano, concordamos com a idéia apresentada por Lynch (1999) de que cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados. A cidade, usufruída por milhares de indivíduos com diferentes visões de mundo, é percebida e interpretada sob múltiplos aspectos, afirmando-se como um lócus privilegiado para pesquisas em percepção ambiental.

É o uso do espaço urbano que confere dinâmica e impõe ritmo ao movimento dos indivíduos através dos inúmeros territórios e lugares sobrepostos neste caleidoscópio de predileções que se configura uma cidade. No entanto, pudemos assistir, principalmente por conta da ausência de políticas públicas eficientes, o aparecimento nas grandes cidades brasileiras de espaços desprivilegiados de ações criativas, que poderiam imprimir um ritmo e uma dinâmica que conferisse identidade àquele espaço. Ferrara (1988, p. 22) aponta

a percepção ambiental como “aquela que resgata o uso do espaço público ou privado, interpretando-o e dando-lhe contorno e definição capazes de superar a opacidade sígnica”. Através do olhar humano e de sua representação junto ao poder público é possível reivindicar maiores investimentos direcionados àqueles espaços outrora esquecidos, afinal “é o uso que dinamiza o espaço e o interpreta como um modo de ser de uma cidade ou um modo de habitar, de viver” (FERRARA, 1988, p.22).

A partir da percepção ambiental, portanto, os indivíduos assumem diferentes comportamentos no espaço: distinguem, selecionam, organizam, qualificam e atribuem significados e ressignificados àquilo que vêem. Essa atribuição de significado se inicia no momento em que o observador não só consegue perceber, mas também interpretar aquilo que vê. A interpretação ambiental, que também recebe influências de cultura, idade e gênero, pode ser conduzida por aspectos exteriores ao indivíduo que interpreta. Pode ser construída por aquele que interpreta, afinal como nos lembra Ribas (1992, p. 205):

El paisaje, como realidad vista por observadores, es una experiencia sensorial compleja. Su interpretación puede incluso resultar muy contrastada si proviene, por ejemplo, de alguien que lo modifica con su trabajo o de quien simplemente lo contempla (un labrador y un fotógrafo describen de forma muy distinta un mismo paisaje).

A construção de lugares duradouros ou efêmeros, com visibilidades significativas ou não, mas de grande força simbólica é algo cada vez mais comum nos espaços urbanos contemporâneos. Muitas vezes reproduzem, sob a forma de simulacros, espaços já existentes e que já trazem em seu conceito, portanto, uma interpretação ambiental pré-concebida e somente assimilada por aquele indivíduo que usa esse espaço. A história e a memória coletiva também têm sido utilizadas

para a reafirmação de lugares que já não são, mas foram importantes no passado e tentam retomar seu antigo dinamismo.

Sendo assim, é importante estarmos atentos ao fato de que o objeto percebido pode possuir dois tipos de significações: uma significação atribuída e uma significação real. Santos (2002) nos chama a atenção para a necessidade de se considerar a ideologia que está por detrás do objeto percebido, pois sem considerá-la, o estudo irá provar apenas que os objetos carregados de significação transmitem esta significação a seus observadores.

De um lado, a percepção individual não é o conhecimento; de outra forma, a coisa não seria objetiva e a própria teoria da percepção seria incompleta, senão inútil. De outro lado, a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele apresenta, mas não o que ele representa (SANTOS, 2002, p.93).

A tarefa de identificar o que é real e o que é atribuído na interpretação ambiental torna-se ainda mais árdua quando analisamos o discurso de quem habita o espaço em questão. O *habitar* traz consigo uma essência muito forte de enraizamento que complementa a própria psique do indivíduo que habita. O *habitar* faz parte do viver, da trajetória de todo e qualquer indivíduo e, também por isso, carrega uma carga de valores subjetivos que nem sempre são revelados explicitamente.

Na visão do filósofo Martin Heidegger (2001), *habitar* é o modo essencial de ser e estar dos mortais sobre a terra, ou seja, a relação homem-lugar é um habitar a partir de um construir. *Construir*, nesta acepção, é o construir das relações que garantem às pessoas, ao indivíduo, à terra e ao lugar continuarem sendo. Todas

as atividades que estão envolvidas no construir que, por sua vez, é o próprio habitar. O *habitar*, portanto, é o modo próprio do homem ser e estar no mundo.

Nesta visão de habitar, a noção de *preservação* encontra um forte arcabouço, no sentido de cultivar e proteger aquilo que é essencial, afinal “habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência” (HEIDEGGER, 2001, p. 136). Esta segurança confere significado ao espaço habitado e ajuda a manter a identidade tanto do lugar quanto do próprio indivíduo, uma vez que ambos estão profundamente vinculados. É a partir do espaço habitado que o homem se referencia para o encontro com o todo: “a referência do homem aos lugares e através dos lugares aos espaços repousa no habitar. A relação entre homem e espaço nada mais é do que um habitar pensado de maneira essencial” (HEIDEGGER, 2001, p.137).

Portanto, o ato de ver e ouvir os que habitam um lugar constitui um horizonte amplo de pesquisa, que tem se mostrado muito eficaz em estudos recentes de percepção ambiental. Iniciativas de valoração ambiental realizadas por planejadores urbanos e ambientais, que privilegiam apenas valores objetivos em detrimento dos valores subjetivos, não considerando o conhecimento intrínseco daqueles que habitam têm gerado discrepâncias e vazios funcionais em diversas cidades do mundo, afinal como nos aponta Kevin Lynch (1997, p.2):

A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura.

Ao dar voz ao habitante, ouvindo suas expectativas e analisando suas condutas, podemos ajudar na promoção deste de mero usuário para cidadão, que

pode ajudar no melhor direcionamento de políticas e decisões sobre seu próprio espaço habitado. Esta visão é compartilhada por Del Rio (1996, p.4), quando este nos lembra que “ao se evitar conflitos de percepção entre os sistemas cognitivos de planejadores, empresários, grupos usuários e público em geral, a ação ambiental estará sendo direcionada para resultados mais satisfatórios e de maiores qualidades”. Esta abordagem traz de volta os valores individuais ao se pensar o espaço urbano, opondo-se àquele planejamento com viés unicamente econômico, que trata o espaço como algo que possui a mesma representatividade para todos, como nos lembra Buttimer (1985b, p.228): “en el bullicioso entusiasmo de los inicios de la industrialización era mucho más importante ensanchar los horizontes de acceso a mercados y a consumidores que intentar seriamente hacer de la ciudad un hogar”.

Cabe, portanto, ao planejador identificar os valores locais, torná-los visíveis no escopo das políticas urbanas e priorizar decisões a partir desse conhecimento. Um diagnóstico ambiental centrado somente nas deficiências e carências de um determinado lugar não consegue enxergar belezas e potencialidades que podem coexistir em um cotidiano amorfo. É necessário investigar o que há para ser lapidado em dado lugar, como o fez o viajante Marco Polo, no momento em que o imperador Kublai Khan afirmou saber da decadência de seu império:

Sim, o império está doente e, o que é pior, procura habituar-se às suas doenças. O propósito das minhas explorações é o seguinte: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entrevêem, posso medir o grau de penúria. Para descobrir quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes (CALVINO, 1990, p. 57).

Ao iluminar o que há de melhor no lugar descobrimos sua identidade. Ao descobrir sua identidade, recuperamos sua autoestima. Ao recuperar sua

autoestima, despertamos nesse lugar o ideal de preservação, a essência da continuidade dos seus significados e valores para as gerações futuras.

Os processos de percepção, interpretação e valoração ambiental levam o indivíduo, necessariamente, a adotar um determinado comportamento junto ao ambiente. Este comportamento pode ser ativo ou passivo, mas nunca deixa de existir, nem individualmente nem coletivamente. Quando ocorrem políticas de revitalização de um determinado lugar, tornam-se notórias as mudanças comportamentais da comunidade que habita aquele lugar, que passam a atribuir novos significados para aquilo que vê. Essa ressignificação faz refletir nas atitudes do indivíduo os territórios abstratos que povoam a sua mente, e que são plenos de significados, pois possuem dimensões fortes de enraizamento. Afinal, o espaço vivido do indivíduo é formado por espaços internos, externos e da mente.

Sendo assim, o meio ambiente se apresenta de diferentes maneiras para o indivíduo que o interpreta. Ele não é uniforme, tampouco o mesmo para todos os indivíduos, mas sim formados por diferentes ambientes e ambiências, construídas a partir de vivências e experiências que aquele indivíduo possui com o ambiente em questão. Muitos indivíduos, ao interiorizar de forma intensa determinado lugar em seu cotidiano, através da habituação, que não permite perceber aquilo que se tornou óbvio, chegam até mesmo a deixar de notar a beleza que existe neste lugar, ou seja, não permite um estranhamento que possibilitaria uma nova contemplação.

Ao mesmo tempo, um lugar pode ser extremamente valorizado pelo indivíduo que o habita, criando uma visão demasiadamente subjetiva do local e podendo se distanciar da realidade ambiental concreta, pois cada indivíduo interpreta um mesmo ambiente à luz de suas próprias percepções e com base em sua experiência do lugar, “une adhésion si totale du sujet, à travers sa vie

affective, son corps, ses habitudes, qu'il lui arrive de l'oublier, comme il peut oublier sa propre vie organique" (DARDEL, 1952, p. 47).

Na história da arte podemos perceber alguns artistas que se voltam para o resgate da sensibilidade de lugares totalmente interiorizados no cotidiano, reforçando sua presença e possibilitando uma nova contemplação daquele lugar. É o caso, por exemplo, do artista plástico búlgaro Javacheff Christo, que encobre com diferentes tecidos alguns importantes monumentos no mundo, convidando os expectadores para uma nova percepção daquele lugar. Ao encobri-los, o artista, na verdade, chama a atenção para aquilo que está óbvio no cotidiano e que, por conta de sua obviedade, acaba sendo esquecido. A foto 2 representa uma de suas obras mais ousadas: a disposição de 15 mil painéis de cortinas em pleno Central Park, em Nova York.

Outro artista que também propõe uma nova percepção para alguns lugares é o escultor inglês Richard Long, cujas obras são representadas por diferentes disposições de rochas na paisagem que, segundo ele, são dispostas de acordo com o lugar: "Alguns lugares sugerem um círculo e outros uma linha. É algo muito misterioso. Acho que o círculo e a linha têm cada qual um ambiente diferente. Os círculos são fechados, no interior de um lugar, como um centro, e as linhas têm mais a ver com direção, como olhar para fora, para o exterior" (OLIVEIRA, 2002). Na foto 3 podemos observar sua percepção ao empilhar pedras em solo boliviano.



Foto 2: Obra de Javacheff Christo no Central Park, Nova York.

Fonte: www.picassomio.com. Acesso em 27/07/2010.



Foto 3: Richard Long em "A line in the Bolivia", 1981.

Fonte: RICHARD LONG OFFICIAL WEB SITE

Ao serem percebidas, interpretadas e valoradas, as paisagens assumem ora sentido de lugar, ora o de espaço, pois são apreendidas à luz dos próprios sentimentos, valores e cultura daqueles que as observam, afinal “any landscape is composed not only of what lies before our eyes but what lies within our heads” (MEINING, 1979, p.34). Meining destacou dez categorias de análise no estudo de paisagem, sem seu trabalho intitulado *The Beholding Eye: ten versions of the same scene*: paisagem como natureza, como habitat, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética.

Ao considerar a paisagem como lugar, esta pode se apresentar ao observador com uma aura capaz de atrair, repelir ou se apresentar como indiferente. Esta indiferença, no entanto, pode ser transmutada a partir da experiência ambiental deste indivíduo neste cenário, pois “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.6). Isso se torna mais evidente naqueles lugares que conseguiram alcançar uma identidade própria.

Quando determinado lugar consegue alcançar sua identidade, alcança sua plenitude. E isso significa ser visto como um objeto singular, não sendo um produto fabricado por urbanistas em gabinete. Esta singularidade e plenitude deveriam ser encaradas como o destino final dos planejadores preocupados com a essência do lugar, afinal como aponta John Wright, citado por Lowenthal (1985, p. 103): “a mais fascinante terrae incognitae, entre todas, é aquela que se encontra no interior da alma e do coração dos homens”.

3.3 – OS INDICADORES E SEUS PARÂMETROS

Este item descreve individualmente os indicadores da nossa proposta metodológica, assim como os parâmetros utilizados para a análise do comportamento de cada um destes indicadores, que nos trazem a possibilidade de traçar um comparativo entre os diferentes níveis de percepção, interpretação e valoração de ambientes costeiros. Cinco indicadores são considerados em nossa abordagem: valor histórico, atividades econômicas, atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar.

3.3.1 - VALOR HISTÓRICO

A importância histórica de um determinado local constitui um importante indicador para a análise objetiva e subjetiva de um lugar. A degradação de um lugar que outrora foi cenário de importante momento histórico, ou mesmo de um romance fictício, certamente provoca um grande sentimento de desapontamento nos indivíduos conscientes da importância da memória coletiva.

As atividades turísticas voltadas para lugares que resguardam valores históricos diminuem proporcionalmente ao aumento da degradação destes lugares. Esta situação é bastante clara nos monumentos que não possuem nenhum tipo de manutenção, seja de restauração ou mesmo de limpeza. Com a ausência de atividades que proporcionem uma dinâmica socioespacial a lugares de importante valor histórico, estes patrimônios acabam se perdendo no tempo e no espaço, e junto com ele sua história e importância para a cultura local.

Não é somente por causa da atividade turística que os lugares de valor histórico devem ser conservados, preservando assim o valor memorial, mas

principalmente pela perpetuação de momentos que marcaram a história do lugar e que ajudaram na construção de uma identidade territorial reconhecida por seus habitantes. Quando se perde esta identidade, fatalmente perde-se também o sentido e a força do lugar. Guimarães (2007), a partir da visão de Dardel (1952), nos lembra que a paisagem é substrato e matriz das experiências de continuidade e descontinuidade da história de vida dos seres humanos e dos referenciais concretos e míticos de suas sociedades, renovados de tempos em tempos, e refletidos nos segmentos ou nos componentes paisagísticos.

Na cidade do Rio de Janeiro podemos observar alguns exemplos onde podemos observar essa perda do sentido de lugar, principalmente por conta de projetos urbanísticos que colocaram a construção ideológica da cidade moderna acima de valores históricos, principalmente valores oriundos do passado colonial. Podemos citar como exemplo o caso da Praça XI:

As práticas autoritárias do planejamento urbano por vezes recebem as respostas dos lugares afetados por suas ações repressoras. O caso desta área é um exemplo disso, uma vez que a expressiva intervenção urbanística que ocorreu neste espaço anteriormente residencial resultou num espaço indefinido, destinado às funções características de um espaço institucional, de gestão. No entanto, tais funções não se concretizam plenamente, gerando um vazio urbanístico sem uma identidade paisagística explícita. Na paisagem atual podemos observar o prédio da prefeitura, apelidado pelos cariocas de “piranhão”, por se localizar na antiga área de prostituição da Zona do Mangue, o prédio da sede dos Correios e o prédio do Teleporto, edifício pós-moderno que se destaca na paisagem por sua irrisória solidão estética (MATOS, 2006, p.52).

Assim como a Praça XI, que teve sua paisagem degradada com a ajuda do poder público, através do esvaziamento de políticas urbanas no local, outros locais históricos da cidade também foram perdendo sua força de lugar devido a outras adversidades, como, por exemplo, pelo aumento da violência através do tráfico de drogas. No caso da zona costeira, alguns locais históricos foram aterrados, tanto

para aumentar o espaço urbano no centro e na zona sul da cidade, como para abertura de vias expressas para melhorar a circulação do trânsito.

Atualmente, as políticas urbanas voltam-se cada vez mais para a preservação de lugares de importância histórica, incorporando a memória coletiva na valoração do solo urbano. Outro exemplo ilustrativo desse processo na área central do Rio de Janeiro é o eixo Lapa-Passeio, onde

a importância cunhada no passado relativizou-se e hoje tenta ser recuperada ao ser reativada a idéia do lugar como expressão do carioca, da personalidade da cidade resgatada pelos cidadãos também revigorados como tal, em termos de participação social coletiva e pública espontânea (PACHECO, 2002, p.2).

No caso carioca, de uma cidade historicamente voltada para o mar, a conservação de lugares da zona costeira com alto valor histórico é de suma importância para a identidade cultural da cidade, que tanto já tem perdido com a expansão desordenada de favelas e com a poluição das águas da Baía de Guanabara. A orla marítima, no caso da metrópole carioca, não é somente um lugar de lazer, é um verdadeiro relicário da história do país. Ao resgatar a história dos diferentes trechos da orla carioca, iremos recordar da chegada de colonizadores portugueses, de invasores franceses, paisagens exuberantes descritas por inúmeros viajantes e representadas pelos artistas no período colonial, inovações no que diz respeito à moda e costumes, músicas que fizeram sucesso em vários países, eventos que ajudaram na construção da imagem urbana carioca como cidade espetacular, dentre tantos outros exemplos.

O intenso processo de modernização da cidade fez com que muitos trechos da orla marítima da cidade, de extrema importância histórica, ficassem obscurecidos por obras públicas e outras infraestruturas voltadas à melhor circulação do capital e às conveniências da vida urbana. Este é o caso, por exemplo, da orla do centro da cidade, grande parte apagada do mapa pela

construção de aterros, que garantiram uma melhor circulação dos automóveis em direção à zona sul da cidade. E esta situação não é diferente na zona sul da cidade, onde importantes locais do início da ocupação do sítio carioca, como por exemplo, a Praia do Flamengo, são coadjuvantes frente às grandes vias de circulação automotiva.

Em resumo, o valor histórico como indicador ambiental procura dar um peso maior a história do lugar, considerando a importância disso para a manutenção de sua identidade territorial e, conseqüentemente, da força do lugar. Neste sentido, Guimarães (2007, p.39) nos lembra que:

um recurso paisagístico é único em sua história evolutiva, jamais é igual a outro, mesmo quando são resguardadas as semelhanças aparentes, distinguindo-se das outras unidades e matrizes de paisagem natural, construída ou eclética, vizinhas ou não, em função de suas complexidades e peculiaridades, visíveis e não-visíveis, relacionados ao fenossistema e ao criptossistema.

Este indicador, portanto, pode apontar uma relevância por vezes desconhecida dos próprios habitantes, mas que, uma vez recuperada, pode fazer renascer o orgulho e reforçar o sentido de lugar e a necessidade de proteção do local.

3.3.2 – ATIVIDADES ECONÔMICAS

Podemos considerar as atividades econômicas desenvolvidas em um determinado local como indicadores a serem considerados quando queremos valorar um ambiente, pois elas imprimem dinâmica ao lugar, mantendo uma forte ligação das pessoas que ali trabalham com esse espaço, visto como fonte de sustento. Neste indicador, concordamos com De Groot (1992) quando este

ressalta que uma avaliação integrada dos benefícios econômicos de áreas naturais deve incluir também os valores não-monetários de bens e serviços que contribuem para o bem-estar humano.

De Groot (1992) apresenta o conceito de funções ambientais (*environmental functions*) ao tratar de indicadores socioeconômicos na valoração do meio ambiente. Segundo este autor, as funções ambientais são definidas pela capacidade do ambiente natural prover bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas de forma sustentável. Dessa forma, estas funções podem servir como uma ferramenta, fornecendo um indicador comum tanto para a qualidade ambiental quanto para a qualidade de vida.

O vínculo dos pescadores com o mar é o exemplo mais ilustrativo do papel deste conceito de funções ambientais em uma área costeira. Esses profissionais, alguns organizados em cooperativas e/ou associações locais, estão sempre atentos às mudanças que possam ocorrer em seu território, uma vez que isso pode alterar sua própria vida e de sua família de forma objetiva e subjetiva. Além dos pescadores, em locais onde a pesca é predominante, qualquer alteração negativa na qualidade da água vai se refletir em toda a economia local, mesmo para aqueles que não vivem diretamente da pesca. Este é o caso também dos restaurantes e quiosques instalados em determinada orla marítima. Por mais que o estoque de alimentos possa ser obtido de outra região, somente pelo fato de estarem localizados em uma área contaminada por poluição, já são vistos com descrédito pelos freqüentadores (potenciais consumidores) do local.

O turismo também representa uma importante função ambiental e um importante parâmetro a ser considerado neste indicador. Esta atividade econômica gera impactos em outros diferentes setores, como comércio formal e informal, rede hoteleira, rede de transportes, dentre outros. Em um local turístico, um impacto ambiental negativo se reflete em todos estes setores, causando

consideráveis danos financeiros para todos aqueles que vivem de renda direta ou indireta do turismo.

Diversos outros exemplos de funções ambientais e parâmetros podem ser citados no caso do indicador “atividades econômicas”. Podemos citar também o exemplo da importância da qualidade do solo para valorar áreas voltadas para a agricultura. Uma vez alterados alguns dos componentes deste solo, toda uma atividade pode deixar de ser produtivamente viável naquele local.

Considerando o valor econômico como mais um indicador a ser adotado na metodologia proposta, torna-se possível mensurar, objetivamente, os danos que um derramamento de óleo pode acarretar em determinadas áreas. É possível também dimensionar quais as atividades que serão impactadas secundariamente, qual a repercussão disso para a comunidade, para os órgãos ambientais e para a própria companhia que causou o impacto.

3.3.3 – ATIVIDADES DE LAZER

Outro importante indicador considerado em nossa proposta metodológica são as atividades de lazer. Estas atividades aproximam os cidadãos de maneira bastante interessante e espontânea de sua própria cidade, fazendo do espaço público uma extensão de seu quintal, dos espaços domésticos por vezes inexistente (no caso de moradores de apartamento). Neste sentido, ao avaliar o valor de um determinado local a partir da presença de atividades de lazer, um parâmetro que deve ser primeiro observado é a questão da acessibilidade. Isto se torna fundamental na medida em que um lugar fechado para a maioria das pessoas, onde apenas um determinado número de pessoas possa usufruir dele, possui um sentido e uma identidade somente para este grupo restrito de pessoas, e não para a sociedade como um todo.

No caso de uma área costeira, imagine suas próprias emoções ao saber que um grande derramamento de óleo destruiu uma praia que você praticamente desconhece por pertencer à Marinha, por exemplo. Agora imagine suas emoções ao saber que este mesmo derramamento atingiu uma praia que você frequenta todo verão, uma praia que você guarda recordações de infância, uma praia que você viveu um romance. É a partir da experiência, da vivência e do consumo do lugar, que o valor torna-se mais alto na escala de percepção ambiental.

Além de serem uma atividade de natureza democrática, as atividades de lazer em uma área costeira, como o futebol, o surfe, o vôlei de praia, o banho de mar e de sol ou um simples jogo de baralho, conferem uma dinâmica única à paisagem, além de criar um mosaico de lembranças na memória das pessoas frequentadoras do local. Um impacto ambiental adverso em um local como este afeta toda essa dinâmica, e conseqüentemente, a vida de todos estes usuários, bem como a qualidade de suas experiências e percepções ambientais. As atividades que dependem diretamente da qualidade da água, como o banho de mar, por exemplo, são as principais impactadas e um derramamento em local próprio para esta atividade torna-se visível para toda a sociedade, principalmente através dos meios de comunicação em massa.

Considerando os fatores supramencionados, podemos observar que a importância deste indicador, envolve relações íntimas dos habitantes com os espaços públicos, interesse turístico e da mídia nestes lugares, mais as lembranças e recordações de momentos felizes de muitas pessoas que já passaram por estes mesmos lugares.

3.3.4 – MEMÓRIA COLETIVA

Este indicador, diferente daqueles explicitados anteriormente, só é possível ser apreendido através do discurso oral dos habitantes ou freqüentadores de um determinado local. A partir da memória de um indivíduo é possível chegar a idéias e recordações coletivas, afinal “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Elas entretêm a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (BOSI, 2003, p.410). Um lugar que possui uma forte carga de memória coletiva carrega consigo a essência dos guardiões desta memória. Ao degradar um lugar como este, é como deteriorar um álbum de fotografias pessoais.

Para avaliar objetivamente este indicador, o caminho é ouvir as histórias de vida das pessoas que dão vida ao local: pessoas que freqüentam, habitam, trabalham, usufruem de alguma maneira o local. A força da memória coletiva irá brotar do conjunto de histórias individuais, pois “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos de um tesouro comum” (BOSI, 2003, p. 411). Desse “*tesouro comum*” também falou Halbwachs (1990, p.30) ao discorrer sobre o caráter coletivo da memória individual:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Segundo este autor, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de

nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. Dessa forma, torna-se mais clara a idéia de que a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva. No entanto, para que isso aconteça é necessária a existência e/ou permanência de certa unidade entre as pessoas que compartilham determinadas lembranças:

O depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecendo em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele (HALBWACHS, 1990, p.33).

Esta idéia pressupõe uma coesão social entre aqueles que compartilham uma memória delimitada espacialmente. Não basta que essas pessoas somente residam uma ao lado das outras. Na visão de Halbwachs é preciso que não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar, na qualidade de membro do grupo, do qual esse testemunho e nós fazemos parte.

Outro autor que se debruçou na questão da memória coletiva foi Jacques Le Goff (2003), que afirma que a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. Segundo Le Goff (2003, p.471), “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Neste sentido, entendemos que um espaço oprimido pelo esquecimento, opaco, pode ser libertado a partir do resgate de sua memória.

Ao resgatar o conjunto de lembranças e recordações de uma época que já passou, mas que ainda encontra-se presente no lugar, através da memória de seus habitantes, torna-se possível traçar uma geografia que contribua efetivamente para a reconstrução da identidade do lugar, afinal “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 1990, p.170). O passado, portanto, constitui um importante elemento a ser buscado no resgate desta identidade:

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferenciação. A busca de identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado (ABREU, 1998, p.7).

Halbwachs (1990) chega a propor aos seus leitores uma prática de se recolher, fechar os olhos e retroceder no tempo o mais longe possível, até onde nosso pensamento consiga se fixar em cenas ou pessoas cuja lembrança conservamos. Nesta prática, segundo o autor, podemos constatar ao final que jamais saímos do espaço. Isto reflete a importância da dimensão espacial, que se evidencia de maneira forte e natural nas lembranças individuais e coletivas.

Uma das diferenças entre o indicador “memória coletiva” e o indicador “valor histórico” é o método de aquisição da informação. A memória coletiva é algo que se mantém vivo muitas vezes nas lembranças e recordações dos habitantes do lugar, raramente encontra-se documentada na literatura ou em bibliotecas e arquivos públicos, tornando-se necessária a coleta das histórias de vida dessas pessoas que guardam em sua trajetória estas preciosas informações sobre o espírito do lugar.

Halbwachs (1990) nos chama a atenção para o fato de que a memória coletiva não é simplesmente uma justaposição de diversas memórias individuais, ela possui um caráter social, coletivo, que transcende o indivíduo. Podemos afirmar, portanto, que a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente. Por outro lado, as expressões individuais, presentes nas histórias orais de cada habitante do lugar, nos permitem uma incursão a esta coletividade, o que reforça a importância inquestionável da pesquisa das muitas memórias individuais existentes em uma comunidade. Nas palavras de Abreu (1998, p.11): “a memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desaparecera”. É, a partir do resgate de suas próprias raízes, que pode surgir a força da coletividade e da identidade do lugar.

Ao captar a lembrança de um lugar que permanece diluída na memória dos habitantes, uma vez que suas formas espaciais já não mais existem, é possível resgatar um dinamismo e uma força passível de ser redimensionada no espaço. Com este movimento, recupera-se a identidade deste lugar e também a autoestima de seus habitantes, mesmo aqueles que já haviam perdido a crença em uma revitalização daquele espaço há muito cristalizado no passado. Com a recuperação da autoestima surge a mudança de atitude, transmutação de comportamentos destrutivos para comportamentos pró-ambientais, que carregam consigo ideais de conservação e preservação.

No entanto, para este movimento acontecer, torna-se imprescindível a existência de um sentido de lugar naquele espaço geográfico, ou seja, é necessário haver uma identificação dos habitantes para com este espaço, para que haja uma atribuição de valor e um desejo de transformação positiva de suas paisagens.

3.3.5 – SENTIDO DE LUGAR

O sentido de *lugar* é outro indicador que, em conjunto com a história, a memória e a identidade territorial, ajuda a compor a nossa proposta metodológica para mapeamento da percepção ambiental dos moradores da zona costeira de uma determinada área urbana em relação às áreas de sensibilidade e às vulnerabilidades naturais e sociais abrangidas.

Para um melhor entendimento dos diferentes níveis de sensibilidade ambiental, percebidos através do olhar humano, torna-se necessário buscar compreender a articulação entre os conceitos de lugar, identidade territorial e meio ambiente; que, no nosso ponto de vista, ajudam na explicação das possíveis implicações que um derramamento de óleo em corpos hídricos possa trazer para toda a sociedade, que possui diferentes percepções e, conseqüentemente, múltiplas interpretações e valorações das vulnerabilidades ambientais em seus dimensionamentos naturais e sociais.

Segundo Bachelard (2000, p.19), a noção (e função) do sentido de *habitar* aparece em diferentes escalas e configurações, “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido”. Portanto, é compreensível a existência de conflitos de interesses e diferentes percepções sobre a presença de atividades “perigosas” que representam riscos e ameaças ao lugar onde habitamos, gerando sentimentos e emoções contraditórios e, portanto, conflitantes, percebendo-se diferenciações profundas referentes à “intensidade, sutileza e modo de expressão” (TUAN, 1980, p.107).

Na concepção de Tuan (1983), o *espaço* se torna *lugar* na medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor – “lugar é uma pausa no movimento”, e explica que “se pensarmos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p.6). Esta idéia de proteção conferida ao lugar

é também apresentada por Bachelard (1957), quando o autor apresenta a noção de “casa” em diversos tipos de *habitat* que oferecem proteção, ou seja, “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 2000, p.25).

Dessa forma, podemos residir em um lugar e habitar diversos outros simultaneamente. Podemos nos “sentir em casa” em um lugar com mais intensidade que na nossa própria residência. Esse habitar heideggeriano também é base do pensamento de Edward Relph, quando este apresenta a idéia de que ser humano é viver em um mundo preenchido com lugares significantes: “to be human is to have and to know your place” (RELPH, 1975, p. 1).

O sentido de lugar se refere, antes de tudo, às noções de seus significados; intimidade; familiaridade; identidade, e singularidade. O cotidiano do indivíduo é permeado por inúmeros espaços/lugares que formam esse caleidoscópio de paisagens que chamamos de espaço vivido. No entanto, dentre os diferentes espaços/lugares pelos quais passamos, existem aqueles com os quais nos identificamos, nos reconhecemos e carregamos conosco todo o seu conteúdo simbólico, “those aspects of the lived-world that we distinguish as places are differentiated because they involve a concentration of our intentions, our attitudes, purposes and experience” (RELPH, 1975, p.43). Em geral, os lugares que habitamos são os que mais fortemente marcam nossa trajetória individual, independente se mantemos sentimentos topofílicos ou topofóbicos por estes locais, pois ao habitar um determinado lugar estabelecemos intensas relações de trocas subjetivas e objetivas, conscientes e inconscientes.

Os lugares, portanto, emergem das nossas experiências e vivências ambientais, trazendo uma pluralidade de aspectos simbólicos de diversas origens, que variam do individual ao coletivo, e vice-versa. Tuan (1980) considera que as várias faces envolvidas na imagética da construção dos sentimentos de topofilia nos recordam que “as imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos

interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda a claridade” (TUAN, 1980, p. 137).

A consciência geográfica de pertinência que o indivíduo possui e as relações socioespaciais que este mantém com seus espaços/lugares constituem a essência daquilo que Dardel (1952) denominou de *geograficidade*. Relph (1979, p.16) destaca que, no contexto da obra de Eric Dardel, *lugar* significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas ao tipo e qualidade das experiências e envolvimento com o entorno, com a paisagem, e à necessidade dos processos de enraizamento e segurança. Os indivíduos e suas práticas socioespaciais e culturais coletivas são os responsáveis pela transformação dos locais em lugares, fazendo com que estes se apresentem como uma legítima extensão do habitar:

É assim que a expressão usual “o meu bairro” evoca uma porção urbana não mais definida do exterior, de pessoas que não o habitam, mas “do interior”, dos seus habitantes que se apossam da parte da cidade onde percebem a impressão reconfortante de um mundo familiar, prolongamento vital da habitação. Este bairro vivido, “espaço conhecido, apropriado, íntimo”, extrai a própria unidade de egocentrismo de cada um (METTON; BERTRAND *apud* BETTANINI, 1982, p.118).

Do ponto de vista antropológico, Augé (1994) analisou o conceito de lugar partindo da hipótese de que a supermodernidade é produtora de não-lugares. O autor apresenta a idéia de que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p.73). Por outro lado, a contemporaneidade nos obriga a relativizar qualquer teoria sobre lugar, ao ponto que este próprio autor discorre mais adiante que “o lugar e o não lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (AUGÉ, 1994, p.74).

Buttimer (1985a, p.177), ao discorrer sobre o dinamismo do mundo vivido, enfatiza o sentido de lugar no período contemporâneo:

Mudanças tecnológicas e econômicas no gênero de vida abriram o horizonte das pessoas em função das redes de interação mais amplas, mas nem sempre solaparam o sentido de lugar; até mesmo as populações mais sofisticadas e urbanas têm identificação territorial.

Esta identificação territorial apontada por Buttimer (1985a) se aproxima da idéia desenvolvida por Dardel (1952, p.42), quando este autor afirma que o indivíduo possui uma *fixação existencial* com o ambiente em que vive, sendo que esta ocorre independente do tipo de espaço, seja este rural ou urbano, natural ou construído. Portanto, a identidade territorial define o sentido de lugar do indivíduo e também constitui um indicador ambiental significativo que nos auxilia na valoração subjetiva e objetiva de um determinado lugar.

Por outro lado, Oakes (1997) concorda que o lugar é um local de ações significativas para o indivíduo, mas afirma que estas ações não podem ser delimitadas como no caso das regiões ou nações, e sim derivadas de ligações entre espaço e tempo, que faz do lugar mais uma teia dinâmica do que um local específico. Neste sentido, o lugar pode ser encarado como uma expressão geográfica das interações entre as ações individuais e o processo histórico abstrato, visão que se aproxima da idéia de lugar como cenário de cooperação e conflito, como aponta Milton Santos (2002):

No lugar – cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humana, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2002, p. 322).

Acreditamos que a qualidade de vida dos habitantes é o que vai despertar de forma mais intensa a espontaneidade e a criatividade destes. O sentido de lugar pode ajudar a identificar os atributos daquele lugar e possibilitar a recuperação destes. Edward Relph, um dos mais importantes teóricos do sentido de lugar, apresenta, vinte anos depois da publicação de sua obra "*Place and Placelessness*", uma revisão conceitual (RELPH, 1996), onde ele relativiza seu discurso e destaca aspectos negativos de um forte sentido de lugar como, por exemplo, racismo, xenofobia, exclusão social. Além disso, destaca também aspectos positivos da falta de um sentido de lugar, como respeito às diferenças e maior circulação de pessoas.

O próximo capítulo apresenta a aplicação desta proposta metodológica nas praias da Ilha de Paquetá, recorte espacial da nossa pesquisa. Os cinco itens do presente capítulo são relacionados com os cinco itens do capítulo posterior, que apresentam o comportamento dos indicadores na área costeira de Paquetá.



IV - Ilha de Paquetá

IV – ILHA DE PAQUETÁ

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da aplicação de questionários e das análises do comportamento dos cinco indicadores, anteriormente explicitados, no recorte espacial delimitado: a ilha de Paquetá. No primeiro item falaremos do aspecto geral dos habitantes que participaram da pesquisa, para que possamos caracterizar melhor o universo amostral no qual trabalhamos em nossa pesquisa. No segundo item, a ordem dos subitens corresponde à seqüência de apresentação dos indicadores utilizada no capítulo anterior: valor histórico, atividades econômicas, atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar, e revela como estas categorias de análise foram classificadas no estudo da Ilha de Paquetá.

4.1 – O PERFIL DOS HABITANTES

Com base no aporte teórico-metodológico explicitado nos capítulos anteriores, foi possível estabelecer algumas estratégias para pesquisa em campo. A primeira delas consistiu na elaboração de uma ficha de campo (apêndice I) para que fosse preenchida mediante observação direta em campo e pesquisa bibliográfica. Esta etapa foi importante na análise do comportamento daqueles indicadores que não eram passíveis de serem analisados através de entrevistas com os habitantes.

A segunda estratégia consistiu na elaboração de um questionário estruturado a partir de perguntas fechadas e semiabertas, abrangendo os atributos que ajudam na análise dos indicadores da pesquisa. A aplicação dos questionários foi feita em duas etapas distintas. A primeira etapa foi em 03 de julho de 2009, quando aplicamos dez questionários sob a forma de piloto. Os questionários foram aplicados por alunos do curso de graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, com base nos resultados

obtidos em campo, pudemos verificar ajustes necessários para tornar estes questionários mais claros e menos exaustivos.

A segunda etapa foi a aplicação dos questionários para 40 habitantes que circulavam pelas ruas da ilha nos dias 22/02/2010, 24/02/2010 e 07/03/2010, escolhidos aleatoriamente. Consideramos que o número de 40 entrevistas é suficiente pela área total e número de habitantes da ilha, pela natureza qualitativa da pesquisa e também pela saturação das respostas verificadas após a aplicação deste número de questionários.

As entrevistas foram realizadas em três diferentes dias da semana, para que ouvíssemos também aqueles que passam a semana toda trabalhando no continente e só retornam a Paquetá nos fins de semana. A diversidade na faixa etária e o tempo de residência dos entrevistados também foram fatores que priorizamos ao abordar as pessoas nas ruas da ilha. Tal estratégia possibilitou a pluralidade de perfis alcançado na pesquisa e que pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Resumo do Perfil dos Entrevistados

| Nome | Idade | Profissão | Tempo de Residência (ano) |
|------------------|-------|---------------|---------------------------|
| Marli | 63 | Ambulante | 40 |
| Edu | 56 | Aposentado | 28 |
| Isabel | 53 | Ambulante | 39 |
| Maria das Graças | 56 | Ambulante | 4 |
| Elvira | 86 | Do lar | 50 |
| Claudia | 46 | Secretária | 32 |
| Waldir | 76 | Aposentado | 76 |
| Rodrigo | 32 | Vigilante | 8 |
| Valesca | 22 | Doméstica | 22 |
| Laura | 78 | Aposentada | 53 |
| Leandro | 23 | Eletrotécnico | 23 |
| Damião | 53 | Vigilante | 53 |
| Dario | 19 | Militar | 13 |

| | | | |
|---------------|----|--------------------------|----|
| Abigail | 68 | Do lar | 59 |
| Walquir | 72 | Aposentado | 8 |
| Wéderson | 19 | Militar | 14 |
| Reoducio | 84 | Aposentado | 63 |
| Rodrigo | 13 | Estudante | 2 |
| Allan | 25 | Estudante | 25 |
| Fábio | 43 | Pintor | 5 |
| Marcela | 21 | Acompanhante de idosos | 21 |
| Claudia | 57 | Professora | 57 |
| Francisco | 56 | Comerciante | 25 |
| Luiz Antonio | 15 | Estudante | 9 |
| Paulo | 36 | Ambulante | 26 |
| Nelson | 81 | Aposentado | 12 |
| José Marcos | 52 | Condutor de charrete | 52 |
| Jorge Antonio | 33 | Taxista | 33 |
| Wanda | 68 | Do lar | 8 |
| Getúlio | 55 | Gestor de parque público | 55 |
| Nicodemus | 74 | Aposentado | 13 |
| Loide Maria | 59 | Do lar | 2 |
| Sebastião | 50 | Porteiro | 35 |
| Sandra | 54 | Do lar | 13 |
| Mariza | 51 | Balconista | 51 |
| Rafael | 30 | Professor | 2 |
| Marilda | 52 | Doméstica | 6 |
| José Manuel | 89 | Aposentado | 40 |
| Mauro | 62 | Jardineiro | 15 |
| Atalíssia | 85 | Aposentada | 82 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Quando analisamos a ocupação principal dos habitantes, a partir do quadro anterior, podemos perceber os tipos de trabalho que uma ilha com muitas casas de veraneio pode oferecer: jardinagem, charretes, gestor de parques e, principalmente, comércio, seja esta formal ou informal (ambulantes).

A tabela 1 mostra a distribuição dos entrevistados por idade e sexo. A pesquisa contou com a participação de 24 homens (60% do total) e 16 mulheres (40% do total). O número de jovens de até 30 anos foi um pouco menor que dos

indivíduos das demais faixas etárias (22,5% do total) porque a maioria dos jovens estuda ou trabalha em outros bairros da cidade.

Tabela 1 – Distribuição dos Habitantes por Idade e Sexo

| Sexo | Idade | | | | Total | % |
|--------------|-------------|-----------------|------------------|--|-----------|------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 60 anos | Acima de 60 anos | | | |
| Feminino | 2 | 8 | 6 | | 16 | 40 |
| Masculino | 7 | 10 | 7 | | 24 | 60 |
| Total | 9 | 18 | 13 | | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

No que se refere ao tempo de residência na ilha, 60% dos entrevistados possuem residência fixa em Paquetá por mais de 20 anos e nenhum dos entrevistados residia há menos de 02 anos. Essa situação foi responsável por uma boa aplicabilidade do questionário, uma vez que todos os entrevistados sabiam falar com propriedade sobre as diferentes questões da ilha.

Por outro lado, o baixo grau de instrução de muitos indivíduos (metade dos entrevistados não passou do ensino fundamental, como mostra a tabela 2) fez com que a escala de Diferencial Semântico de Osgood (único momento do questionário em que era solicitado aos entrevistados que marcassem algumas opções) não pudesse ser aplicada com a totalidade dos indivíduos. Cabe ressaltar que 17,5% dos entrevistados disseram que só sabiam assinar o próprio nome e que nunca freqüentaram escola, como em um dos depoimentos:

Vim do norte quando criança para trabalhar em casa de uma família daqui que meu tio trabalhava como caseiro... nunca tive tempo de estudar, só aprendi a assinar meu nome (Marli, 63 anos).

Tabela 2 – Grau de Escolaridade dos Habitantes

| Escolaridade | Habitantes | % |
|--------------------------------------|-------------------|----------|
| Superior (completo ou incompleto) | 3 | 7,5 |
| Médio (completo ou incompleto) | 17 | 42,5 |
| Fundamental (completo ou incompleto) | 13 | 32,5 |
| Nenhuma | 7 | 17,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

No que se refere à origem dos habitantes, apenas 27,5% nasceram na própria ilha. A maior parte desses indivíduos, portanto, migraram de outros bairros da cidade e de outros municípios do estado do Rio de Janeiro (ver tabela 3).

Dos 9 entrevistados que informaram sua origem como de outras localidades do estado, somente 1 deles veio de um município que não faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro (município de Silva Jardim). Todos os demais vieram de localidades não muito distantes da ilha (Mauá, 3; São João de Meriti, 2; Duque de Caxias, 2; Nova Iguaçu, 1).

10% dos entrevistados vieram de estados do nordeste do Brasil, principalmente Pernambuco. Estes nordestinos fazem parte de um grande contingente de migrantes que se mudaram para a ilha em busca de empregos como caseiros, domésticas e outras funções na construção civil; e já foram objeto de estudo no contexto das mudanças da sociabilidade no cotidiano da ilha em outra tese de doutorado (LEITÃO, 2000).

Tabela 3 – Origem dos Habitantes

| Lugar de Origem | Habitantes | % |
|---|---|------|
| Paquetá | 11 | 27,5 |
| Outros bairros da cidade do Rio de Janeiro | 16 | 40 |
| Outros municípios do estado do Rio de Janeiro | 9 | 22,5 |
| Outros estados do Brasil | 4 (Pernambuco, 3; Rio Grande do Norte, 1) | 10 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Um pouco mais da metade dos entrevistados (52,5%) possui moradia própria, conforme podemos observar na tabela 4. Número que ajuda a mostrar o grau de fixação dos habitantes na ilha, contribuindo para a permanência e a reafirmação do sentido de lugar na ilha.

Tabela 4 – Tipo de Moradia dos Habitantes

| Tipo de Moradia | Habitantes | % |
|-----------------|------------|------|
| Própria | 21 | 52,5 |
| Alugada | 15 | 37,5 |
| Outro | 4 | 10 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

4.2 – O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES

4.2.1 – LUGAR DA MORENINHA E DE DOM JOÃO VI

Importantes historiadores já dedicaram seus textos à história da Ilha de Paquetá (COARACY, 1965; GERSON, 2000). Talvez pela sua paisagem bucólica, ou talvez pela sua estratégica posição geográfica, essa ilha possui uma vasta historiografia repleta de lendas, mistérios, romances e fatos históricos, comprovados e não comprovados. Nos guias nacionais e internacionais sobre o Rio de Janeiro, a ilha é destacada não somente por sua paisagem bucólica, mas também pela sua importância histórica. Em um antigo e tradicional guia francês, a ilha é classificada como “indiscutivelmente a mais bela da baía de Guanabara” (LES GUIDES BLEUS, 1955) e antiga morada de índios e nobres que fizeram a história do país. O fato é que a ilha é sempre apresentada pela sua importância histórica, e parece que a ausência de provas científicas e legados que comprovem os fatos pretéritos têm sido, ao longo do tempo, irrelevante.

A ilha de Paquetá localiza-se no interior da Baía de Guanabara, cenário de intensas batalhas envolvendo índios, portugueses e franceses. A presença dos índios tamoios na ilha constitui um dos principais tópicos onde alguns historiadores divergem ao relatar o processo de ocupação da ilha, assim como o estudo etimológico do nome Paquetá, sendo a versão mais aceita àquela relacionada à presença numerosa de pacas ao longo de toda a ilha. O fato é que esta denominação, indiscutivelmente de origem indígena, se manteve desde os primeiros registros cartográficos, ainda na época colonial, até os dias atuais.

Correia Filho (1944), em seu meticuloso estudo geográfico descritivo sobre a ilha de Paquetá, destaca o fato da ilha já ser conhecida pelos portugueses antes que Estácio de Sá fundasse a cidade do Rio de Janeiro, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, derrotando os franceses e iniciando o processo de ocupação da cidade. Segundo Kevorkian (2003), membro da Academia de Artes,

Ciências e Letras da Ilha de Paquetá, André Thevet, cosmógrafo da expedição de Villegaignon, que tinha a missão de fundar a França Antártica, foi quem registrou a descoberta da ilha em dezembro de 1556, formalmente reconhecida pelo rei da França Henri II.

Nem mesmo os relatos de André Thevet serviram para comprovar a permanência ou não dos índios tamoios na ilha, apesar do historiador Brasil Gerson ressaltar com propriedade a presença indígena na ilha, ao lembrar que “...da sua história consta, realmente, que em 1566 nas suas águas os portugueses e timininós da Araribóia, sob o comando do Capitão-mor do Espírito Santo, Belchior de Azeredo, derrotaram os tamoios num demorado encontro de canoas...” (GERSON, 2000, p. 373).

Segundo Coaracy (1965, p.19), a presença destes índios na ilha é algo improvável:

Em Paquetá nunca foram encontrados cacos de cerâmica primitiva, pontas de flechas, igaçabas, traços de aldeamento ou quaisquer outros vestígios a indicar a permanência de indígenas em seu território. Nenhum outro documento alude à sua presença.

Há além disso uma consideração de ordem material: não existem na ilha fontes, ribeiros ou outros mananciais de água potável. E os índios do Brasil não sabiam abrir poços e cavar cacimbas. Nem consta que bebessem água do mar. Sem água não há exemplo de estabelecimento humano permanente, por mais primitivos e selvagens que sejam os seus componentes.

A ilha é composta por pequenas elevações em sua topografia, resultando em uma interessante paisagem composta por morros, praias e matacões no litoral. A beleza cênica de Paquetá também foi relatada por Correia Filho (1944, p. 62):

Ao fim de oitenta e nove minutos de ronqueira navegação, distendida por cerca de 10 milhas, a contar da Praça Quinze de Novembro, Paquetá acolhe o viajante com o sorriso da sua vegetação, florescente em qualquer quadra do ano, mercê da variedade apropriada das espécies

escolhidas. E convida-o a percorrer-lhe os recantos, em que se desdobram os amavios da natureza tropical.

Paquetá possui uma área de um pouco mais de um quilômetro quadrado, dividida naturalmente em duas grandes partes, ligadas por um estreito istmo, denominado de Ladeira do Vicente, com 100 metros de largura. Esta configuração natural faz com que a ilha, se vista de cima, possua a forma do algarismo oito ou também a forma de uma ampulheta. Esta configuração espacial também direcionou a forma de apropriação das terras da ilha, uma vez que as duas sesmarias doadas para estas terras obedeciam a esta divisão natural.

As duas sesmarias na qual foi dividida a ilha foram doadas por Estácio de Sá a dois de seus companheiros, onde hoje é conhecido como o bairro do Campo (parte norte da ilha) foi doado a Inácio de Bulhões e o local onde hoje se localiza o bairro da Ponte (parte sul da ilha) foi doado a Fernão Valdez, ainda no século XVI. Curiosamente, esta divisão da ilha foi, historicamente, sendo consolidada através de rivalidades cultivadas nas instituições sociais representativas das duas partes da ilha, como paróquias, clubes de futebol e blocos carnavalescos (LEITÃO, 2003), fazendo do conflito Campo-Ponte uma verdadeira marca do cotidiano social de Paquetá.

A primeira representação da igreja na ilha foi a Capela de São Roque, construída em 1697, na sede da Fazenda de São Roque. Em 1760, na outra parte da ilha, foi erguida a Capela do Senhor Bom Jesus do Monte, que, segundo Leitão (2003), gerou numerosos conflitos entre moradores e administradores das respectivas paróquias, cabendo a D. João VI solucionar o conflito ao desmembrar Paquetá da Freguesia de Magé, em 1810. Esta subordinação ao município de Magé não ocorria somente com relação à igreja, administrativamente Paquetá pertenceu a este município até o ano de 1833, quando foi incorporada a Corte (PREFEITURA DO RIO, 1991).

A exploração das pedras, que eram abundantes na ilha, e a indústria da cal foram determinantes na ocupação humana e econômica de Paquetá, uma vez que a construção civil crescia exponencialmente com a evolução urbana do Rio de Janeiro. Além de fornecer matéria-prima para a construção civil na Corte, a Fazenda de São Roque se tornou importante produtora de frutas e hortaliças, além da pesca.

O sítio privilegiado de Paquetá, que possibilitou atividades agrícolas diferenciadas, assim como sua posição geográfica, que ajudou a servir de entreposto comercial entre a Corte e os demais portos da baixada fluminense, escoando a produção proveniente dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para a Corte, foram fatores decisivos para o dinamismo comercial que a ilha apresentou ainda no século XVIII. Esta condição de entreposto comercial entre diferentes portos da região também contribuiu para o desenvolvimento de uma indústria naval na ilha, exportando embarcações para diferentes localidades.

Com a incorporação de Paquetá aos domínios da Corte, mudanças expressivas puderam ser observadas na dinâmica da ilha. Mudanças na estrutura do trabalho, como o fim da mão de obra escrava, e na economia, como o aumento de impostos, fizeram com que várias atividades econômicas perdessem força na ilha e vários terrenos comesçassem a serem retalhados em numerosas residências e chácaras, transformando sua organização espacial e as funções paisagísticas.

Profissionais de diversos ramos, trabalhando no Rio, passaram a constituir residência em Paquetá, em busca de tranquilidade e clima mais aprazível. Muitas destas pessoas, inclusive, se mudaram para a ilha por determinação médica, considerando o ambiente calmo e salubre. Vale lembrar que a ocupação da ilha foi intensificada graças à melhoria no sistema de transportes que, por volta de 1838, passou a contar com linhas regulares de barcas (foto a seguir).



Foto 4: antiga estação de barcas em Paquetá. s/d.
Fonte: www.memoriapaquetaense.com.br

No momento em que Dom João VI passa a freqüentar a ilha, Paquetá passa por mudanças ainda mais significativas em seu cotidiano e em sua paisagem, que assiste agora ao aparecimento de monumentos, iluminação elétrica e outras benfeitorias e embelezamentos no mobiliário urbano. Kevorkian (2003, p.5), nos relata a presença do mais ilustre nobre da ilha:

Refugiando-se de uma tempestade, D. João chega a Paquetá pela primeira vez em 1808, no mesmo ano de sua chegada com a família real ao Brasil. O Príncipe Regente se encanta com a Ilha dos Amores e sua comunidade, e passa a visitar Paquetá com regularidade, hospedando-se naquele que é hoje o Solar Del rei. Devoto de São Roque, considera-se curado de uma úlcera na perna pelas águas milagrosas do Poço de São Roque. As Festas de São Roque são freqüentadas pelo Príncipe Regente, posteriormente Rei, e Paquetá assume importante *status* cultural junto à Corte.

História e memória são consideradas em nossa proposta como indicadores fundamentais da força que impregna os distintos significados das imagens de um lugar. A presença de nobres e personalidades em Paquetá contribuiu para o

legado de histórias, paisagens, lendas, símbolos e tradições orais que permeiam a memória coletiva dos habitantes deste lugar.

A presença de D. João VI e de outros nobres da corte, sem dúvida alguma, contribuiu para a força da imagem do lugar através de sua importância histórica, ainda que com poucas provas documentais da maioria dos fatos históricos que se tornaram verdades incontestáveis através da história oral. Dentre estes, podemos citar o fato de D. João VI ter contraído uma úlcera na perna, causada por um carrapato na Fazenda de Santa Cruz, e que, ao fazer uma promessa para São Roque e ser curado, teria ido a Paquetá para pagar a promessa na pequena capela dedicada a este santo, única no Rio de Janeiro.

Coaracy (1965) nos lembra que a denominação “Ilha dos Amores”, até hoje citada por alguns guias turísticos e habitantes da ilha, também teria sido denominação dada por D. João. Este autor também nos lembra que a casa onde D. João se hospedava ainda existe, o chamado Solar Del Rei (ver foto a seguir). Reportagens recentes em jornal de grande circulação da cidade apontam que este imóvel encontra-se interditado e esperando por uma reforma emergencial para que não desabe por completo (JORNAL O GLOBO, 6 de dezembro de 2009, p. 25).



Foto 5: antiga residência de D. João em Paquetá. s/d.
Fonte: www.memoriapaquetaense.com.br

Não só de épocas gloriosas constitui a história da ilha de Paquetá. Em 1893, a ilha serviu como base de operações dos rebeldes da Revolta da Armada. Foram seis anos em que a ilha permaneceu isolada do continente, afetando inúmeras famílias e causando a morte de vários moradores. Ainda que a ilha tenha se inserido na revolta de maneira involuntária, diversos habitantes foram obrigados a ceder água e alimentos para os revoltosos e acomodação para os feridos. Essa colaboração dos paquetaenses fez com que estes fossem severamente punidos após o fim da rebelião.

No entanto, esta triste lembrança da história de Paquetá não apagou a imagem de recanto bucólico e romântico adquirido pela ilha ao longo de toda a sua história, principalmente graças ao romance “*A Moreninha*”, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1845. No romance, o estudante de medicina Augusto se apaixona pela bela Carolina e toda a história de amor se passa na Ilha de Paquetá, ainda que em momento algum o autor cite a ilha nas páginas do romance. A “*Ilha de ...*” como apresenta o autor retrata as belas paisagens, os costumes da época e a proximidade com o Rio de Janeiro, o que não deixou

muitas dúvidas para os leitores já consagrarem a Ilha de Paquetá como a misteriosa ilha do romance, e servindo mais tarde como cenário de filmes e novelas baseadas neste romance. A relação de Paquetá com a Moreninha da literatura se tornou mais um dos fatos paquetaenses que dispensam comprovações históricas.

A partir daí, Paquetá tornou-se destino privilegiado para casais em lua de mel ou em início de romance. O local, apontado pelos moradores como a pedra onde a índia tamoia cantava o seu amor, passou a ser denominado como Pedra da Moreninha e tornou-se o principal ponto turístico da ilha, que passou a atrair muitos visitantes que já possuem uma idéia e um valor prévio da ilha baseado no romance. Esta imagem da ilha construída na imaginação dos leitores reforça a idéia de Tuan (1983) de que a literatura por vezes substitui a experiência do lugar, fazendo com que haja uma atribuição prévia de valor àquele local.

Diversos monumentos existentes na ilha procuram exibir o passado dinâmico de Paquetá. Em um simples passeio pela ilha, o visitante se depara com árvores centenárias (trazidas no início do século XIX), canhões apontados para o mar (apresentados como pertencente à bateria de canhões usada para saudar a chegada de D. João), casas de visitantes ilustres do passado da ilha, como o patriarca José Bonifácio e o pintor Pedro Bruno, além de coretos e chácaras cuidadosamente preservados pelo patrimônio histórico municipal.

A paisagem natural também foi historicamente comercializada através da produção da imagem da ilha como lugar de descanso e lazer. Na figura a seguir, de um anúncio de cigarro, durante a década de 1960, que ressalta o “cenário de exótica beleza” da ilha, podemos perceber a estratégia comercial existente por traz da valorização da paisagem, vendida como objeto de consumo internacional.

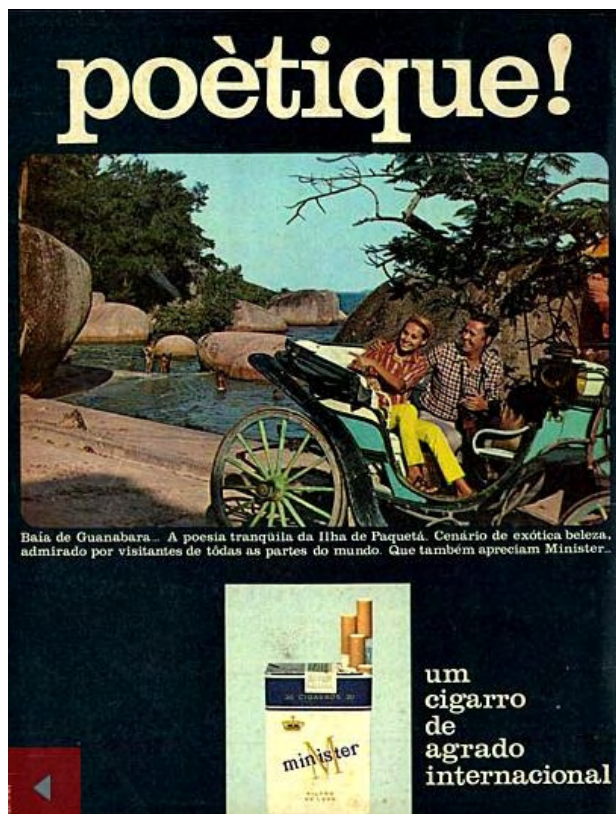


Figura 5: A mercantilização da paisagem de Paquetá
Fonte: Revista Veja, 25/09/1968.



Foto 6 – A beleza natural da ilha de Paquetá.
Foto: Marcelo Matos, fevereiro de 2010.



Foto 7 – A baía de Guanabara vista da ilha de Paquetá.
Foto: Marcelo Matos, fevereiro de 2010.

A relação de Paquetá com sua paisagem natural também pode ser observada no estímulo dos habitantes aos ideais de proteção ambiental, que exibem orgulhosamente parques bem cuidados, com bastante verde, respeitam a política de não-circulação de automóveis e mantém um cemitério para pássaros, demonstrando a importância da relação biofílica destes com os animais da ilha.

Atualmente, alguns poucos moradores mais engajados em reivindicações junto ao poder público, lutam pela atenção do poder público para a Ilha, com fins de não deixar que seus importantes monumentos históricos se transformem em ruínas, por conta do descaso, e também lutam pela divulgação e recuperação da atividade turística, hoje extremamente prejudicada com a poluição da Baía de Guanabara. O fato é que a importância histórica da ilha é inegável, independente de provas documentais e/ou históricas. Sem dúvida alguma, Paquetá faz parte da história do Rio de Janeiro e do Brasil. Portanto, no que se refere a este indicador, nosso estudo aponta que todas as praias de Paquetá possuem uma sensibilidade alta no que se refere ao seu valor histórico.

4.2.2 – LUGAR DA PESCA E DO TURISMO

Paquetá se difere dos demais bairros da cidade, assumindo uma identidade própria associada à paz e às relações de familiaridade e de segurança típicas de cidades pequenas, onde podemos observar charretes e bicicletas no lugar dos automóveis, coretos e praças como lugares de sociabilidade, e praias que são usufruídas mais pelo aspecto simbólico de suas imagens paisagísticas do que pela balneabilidade em si. Muitos dos problemas que tornam suas praias impróprias para banhos são decorrentes da poluição de suas águas que também são afetadas por outras indústrias ao redor da Baía de Guanabara, além de outras fontes de contaminação, concorrendo para o agravamento do quadro concernente aos impactos ambientais negativos em termos das características dos seus níveis de magnitude, extensão e dispersão espacial, entre outras (GUIMARÃES, 2003).



Foto 8: Charrete – típico meio de transporte da ilha, pois não há permissão do tráfego de automóveis. Foto: Marcelo Matos, 25/09/2008.

A economia de Paquetá se resume hoje, basicamente, a duas grandes atividades: a pesca e o turismo. Grande parte da população trabalha em outros bairros do Rio, outra pequena parte sobrevive com a renda de pequenos comércios locais na ilha e outra parte se dedica à atividade pesqueira.

Quando analisamos a economia da ilha, devemos sempre distinguir dois momentos distintos: as férias escolares e o resto do ano letivo. As férias escolares conferem uma dinâmica à ilha que impacta a paisagem, o cotidiano dos moradores fixos e a economia local, que é aquecida através das diferentes atividades comerciais ligadas direta ou indiretamente ao turismo. Alguns pontos comerciais são ativados somente no período das férias, permanecendo fechado nos demais meses do ano.



Foto 9: Barca que realiza diariamente o trajeto Praça XV – Paquetá, com duração de 70 minutos de viagem. Foto: Marcelo Matos, 20/02/2009.



Foto 10: Desembarque de veranistas na ilha em um domingo de verão.
Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.



Foto 11: Embarque na Estação de Barcas da Praça XV, no Centro do Rio, em direção à Paquetá. Em véspera de feriados prolongados, os veranistas carregam um pouco de suas casas para a ilha. Foto: Marcelo Matos, 20/02/2009.

As charretes, bicicletas, pedalinhas e trenzinhos turísticos são atrativos da ilha, que podem ser utilizados a preços bastante acessíveis, e reforçam o aspecto bucólico da ilha, demasiadamente mercantilizado pelo turismo local. O aspecto romântico da ilha também é supervalorizado com o intuito de atrair casais de namorados de várias partes da cidade, que consegue facilmente observar na paisagem e nos monumentos, o romantismo que acompanha a ilha desde o livro de Joaquim Manuel de Macedo. A “marca” da Moreninha pode ser vista na paisagem nomeando pedras, praias, casa, restaurantes, etc.

Apesar do turismo ainda ser a principal atividade econômica da ilha, este vem sendo abalado exponencialmente nos últimos anos por conta da poluição da Baía de Guanabara. O turista que chega à Paquetá raramente procura a ilha por conta de suas praias, sendo estas utilizadas, em grande parte, pela população local ou por aqueles que já possuem casas ou parentes na ilha. A história e o bucolismo, sem dúvida, são os fatores de atração principais que atraem novos turistas para a ilha.

Quando questionados se o turismo em Paquetá deveria ser mais incentivado, 95% dos habitantes entrevistados responderam que sim. Ainda que o turismo traga diversos tipos de impactos, tanto positivos quanto adversos, os habitantes preferem esse novo dinamismo na ilha ao abandono por parte do poder público, citado por muitos durante as entrevistas. Além do descaso do poder público, muitos habitantes citam o vazamento da Petrobras como principal responsável pela perda do dinamismo na ilha.

Paquetá tá totalmente entregue, olha essa rua toda esburacada, cheia de poça, que turista quer ver isso? Por isso que Paquetá tá fora da rota do turismo (Jorge, 33 anos).

Eu trabalhava vendendo coisas do mar para tursistas, vendia de tudo: cavalos marinhos, estrela do mar.. Hoje a poluição não deixa que apareça nada disso aqui.

Depois do acidente da Petrobras, Paquetá ficou insuportável. Hoje nem catamarã¹ tem mais, e nenhum turista estrangeiro quer gastar 2 horas em barca, ele só quer passeio rápido. Antigamente a CVC trazia eles pra cá de catamarã.. era uma beleza (Waldir, 76 anos).

Depois do vazamento da Petrobras, Paquetá nunca mais foi a mesma.. ficou difícil trabalhar aqui. Eu tinha uma barraca na praia que vendia bem, mas depois do vazamento já era. Na época a Petrobras me deu mil reais por isso, mas e aí? Nunca mais consegui vender nada (Paulo, 36 anos).



Foto 12: Resíduos sólidos encontrados na Praia dos Coqueiros.
Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.

¹ Tipo de barco mais moderno que fazia o trajeto para a ilha na metade do tempo da barca comum, por um preço um pouco mais caro.



Foto 13: Poluição costeira na simbólica Praia da Moreninha. Foto: Marcelo Matos, 25/09/2008.



Foto 14: Banhistas tomam banho de mar ao lado da saída de esgoto na Praia de São Roque. Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.

No que se refere à pesca, existe famílias na ilha que se sustentam basicamente com base nesta atividade econômica. E isto ao longo de todo o ano, independente do período de férias escolares. As praias onde a atividade da pesca teve maior predominância foram: Praia da Covanca, Praia do Lameirão (principalmente devido à pesca de siris) e Praia de São Roque. Estas praias, juntamente com àquelas praias de maior atratividade turística (a da Moreninha e a da Guarda) são consideradas em nossa pesquisa como as de maior sensibilidade quanto ao indicador atividades econômicas.



Foto 15 – Atividade pesqueira na ilha. Foto: Marcelo Matos, fevereiro de 2010.

Mesmo o turismo de veraneio, dinamizado por aqueles que possuem casas na ilha, tem sido fortemente abalado pela poluição das praias. Atualmente, é possível encontrar, com certa facilidade, inúmeras casas de veraneio abandonadas ao longo da ilha, como nos exemplos das fotos a seguir.



Foto 16: Muitas casas na ilha encontram-se em total estado de abandono.
Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.



Foto 17: Apesar do abandono, placas advertem quanto aos direitos de propriedade.
Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.

4.2.3 – LUGAR DO PEDALINHO E DA PELADA

As atividades de recreação e lazer podem ser observadas em todas as praias de Paquetá, sendo estas atividades diferenciadas conforme a praia. Sendo assim, temos as praias da Moreninha, da Guarda e dos Coqueiros como as praias onde são predominantes os esportes ao ar livre, os pedalinhos (usados basicamente por turistas) e o banho de mar.

Dentre os habitantes entrevistados, 32,5% responderam que a atividade de lazer preferida deles é ficar em casa (ver tabela 5). No entanto, metade dos entrevistados citou atividades de lazer ao ar livre. Quando questionados sobre o lugar preferido deles na ilha, a praia ainda é o lugar preferido de Paquetá para 40% dos entrevistados, mesmo com todos os problemas de poluição costeira (conforme podemos observar na tabela 6).

Além das praias, o Parque Darke de Matos aparece como o segundo lugar mais citado como lugar preferido dos habitantes da ilha (22,5% dos entrevistados citaram o parque). Este parque oferece aos seus freqüentadores numerosas árvores centenárias, mirantes com vistas panorâmicas para a Baía de Guanabara, trilhas e túneis naturais (abertos para a extração do caolim pelos jesuítas para a confecção de porcelanas). O parque, além de ser o ponto de encontro da maioria dos casais de namorados da ilha, é também o local de eventos e ligação deste bairro com o resto da cidade por meio de heliponto, muito usado pelo hospital da ilha.

Tabela 5 – Atividades de Lazer dos Habitantes

| Atividades de Lazer | Habitantes | % |
|----------------------------|-------------------|----------|
| Atividades em casa | 13 | 32,5 |
| Esporte ao ar livre | 5 | 12,5 |
| Caminhada | 4 | 10 |
| Praia | 4 | 10 |
| Andar de bicicleta | 4 | 10 |
| Pesca | 3 | 7,5 |
| Trabalhar | 3 | 7,5 |
| Bingo | 2 | 5 |
| Sair para beber | 1 | 2,5 |
| Não Respondeu | 1 | 2,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Tabela 6 - Lugares Preferidos pelos Habitantes

| Lugar Preferido | Habitantes | % |
|------------------------|--|----------|
| Alguma praia da ilha | 16 (Moreninha, 7; Gaivotas, 1; Imbuca,2; José Bonifácio, 3; Tamoios, 1; São Roque, 1; Catimbau, 1) | 40 |
| Parque Darke de Matos | 9 | 22,5 |
| A casa onde mora | 3 | 7,5 |
| Outros | 6 (praça, 2; centro,2; barca,1; rua onde mora,1) | 15 |
| Não respondeu | 6 | 15 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.



Foto 18: Pelada na Praia da Moreninha em dia de domingo, principal atividade de lazer na ilha.
Foto: Marcelo Matos, 03/01/2010.



Foto 19: Coreto na Praça de São Roque, onde são realizadas as festas de São Roque e São João, que sempre acontecem tradicionalmente na ilha de Paquetá.
Foto: Marcelo Matos, 25/09/2008.



Foto 20: Pedalinhos e barracas na Praia José Bonifácio, também conhecida como praia dos pedalinhos, um dos principais locais de lazer da ilha. Foto: Marcelo Matos, 25/09/2008.

No entanto, no que se refere às atividades de recreação e lazer no período da noite, a ilha ainda oferece poucas opções, principalmente para a população mais jovem. Dentre os entrevistados mais idosos, o jogo do chamado “bingo familiar” foi citado como uma opção divertida para a noite dos fins de semana. Para os migrantes nordestinos, o forró que acontece no lado sul da ilha também foi citado como uma boa opção de lazer. Porém, os jovens da ilha reclamam constantemente da falta de opção na noite de Paquetá e acabam saindo para outros bairros do Rio de Janeiro, ainda que limitados pelo último horário da barca de volta para a ilha (sai da Praça XV às 23 horas).

Quando perguntamos aos entrevistados se eles morariam em algum outro lugar da cidade, 62,5% responderam que não, que só morariam em Paquetá. Por outro lado, se considerarmos somente as entrevistas realizadas com indivíduos de até 30 anos de idade, essa realidade muda: 7 dos 9 entrevistados nessa faixa etária responderam que morariam sim em outro lugar. Dentre os depoimentos de alguns desses entrevistados podemos encontrar os motivos dessa insatisfação:

Pra mim o principal problema da ilha é não ter shopping, ou cinema (Rodrigo, 13 anos).

Paquetá é bom pra pessoas igual a minha tia, que fica olhando pro nada esperando a morte chegar, mas pra mim não (Marcela, 21 anos).

Aqui é bom porque não tem bandido, mas também não tem nada pra fazer (Valesca, 22 anos).

4.2.4 – LUGAR DE MUITAS LEMBRANÇAS

Considerando o fato da maioria dos entrevistados habitarem a ilha por mais de vinte anos, foi possível contar com um valioso indicador na pesquisa: a memória coletiva. Ao recordar, individualmente, de uma memória importante na sua história de vida, passível de ser compartilhada coletivamente, cria-se naquela comunidade um substrato de lembranças que torna vivo aquele momento de outrora e que se perpetua na ilha como mundo vivido, demarcando as paisagens.

Ao passar por determinados *espaços / lugares* de Paquetá, seus habitantes recordam de momentos bons e ruins de sua história de vida. Isso pode influenciar comportamentos e atitudes nestes ambientes que são justificados por um momento que passou, mas que está cristalizado na memória, na experiência ambiental daquele indivíduo que recorda, numa interiorização da paisagem.

Pudemos perceber que o Parque Darke de Matos possui uma representatividade singular na história de vida dos moradores. Quando perguntamos na entrevista sobre uma lembrança boa de uma época da sua vida, muitos dos entrevistados nos contaram memória de fatos ocorridos neste parque. Ao mesmo tempo para outras pessoas, especificamente para duas mulheres que acompanharam seus maridos até o helicóptero do hospital, que parte deste parque para outros hospitais com mais recursos na cidade, este parque representa momentos de angústia e tristeza.

Me lembro como se fosse hoje, eu entrando no parque correndo e ele descendo passando mal do helicóptero (Sandra, 54 anos).

Ele foi levado de helicóptero do parque e morreu no caminho para o Souza Aguiar. Não consigo nem passar mais ali, toda vez dá um aperto no peito (Marli, 63 anos).

As poucas ações governamentais de embelezamento e manutenção do patrimônio público em Paquetá, nos últimos anos, têm se mostrado insuficientes para manter a ilha com o mesmo cuidado de algumas décadas atrás, quando esta fazia parte do roteiro turístico oficial da cidade. Este abandono por parte do poder público faz com que lugares de alta importância na memória coletiva dos habitantes se apresentem hoje com aspecto deteriorado, causando imediata tristeza naqueles que compartilham a história daquele determinado lugar, como por exemplo, no caso da Ponte da Saudade:

A ponte da saudade foi totalmente embelezada no governo do Lacerda, dava gosto de ver. Hoje dá dó de passar por lá, totalmente às moscas (Waldir, 76 anos).

Na ponte da saudade eu passei os melhores momentos da minha infância, é uma nostalgia muito grande ver ela toda abandonada (Cláudia, 46 anos).

No caso destes dois depoimentos, os habitantes se referem à década de 1960, quando o jornalista Carlos Lacerda, primeiro governador eleito do estado da Guanabara, promoveu diversas obras de urbanização e embelezamento na Ilha de Paquetá. A Ponte da Saudade, lugar citado pelos entrevistados, foi um dos locais que contou com uma reforma, principalmente pelo fato de ser uma ponte lendária onde, segundo os habitantes mais antigos da ilha, um escravo chamado João Saudade rezava diariamente para reencontrar sua família que ficara na África. É o fato da importância desse lugar sobreviver na tradição oral de alguns poucos e antigos habitantes da ilha que justifica uma possível reconstrução de sua

identidade, pois como nos explicou Halbwachs (1990) nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros.

Ao apontar para lugares em comum como cenários de suas respectivas histórias de vida, como a Ponte da Saudade, o Parque Darke de Matos e a Pedra da Moreninha, os habitantes entrevistados demonstram uma relativa coesão social que os possibilita compartilhar esta memória delimitada espacialmente e cristalizada nos elementos componentes desta paisagem. Com isso, podemos inferir que em Paquetá eles não perderam o poder de pensar, de sentir e de se lembrar na qualidade de membro do grupo no qual fazem parte, evidenciando um forte sentido de pertencimento à ilha.

O significado de pertencer à ilha constitui algo de suma importância para os paquetaenses. É preciso “banicar” o fato de morar em Paquetá, distante 70 minutos do resto da cidade, com transporte de 3 em 3 horas e com mercadorias vendidas acima do preço cobrado no continente. Ao mesmo tempo, no momento em que decidem “banicar” essa idéia de se mudar para a ilha, surge uma felicidade em seguida, uma certeza que acabou de optar por um estilo de vida diferente e que mudará suas vidas para sempre. Este sentimento, relatado por diversos entrevistados, surge tão forte na mente dos habitantes que estes são capazes de relatar o lugar onde ocorreu e relacionar a este lugar ao momento mais feliz de suas vidas, afinal “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 170). Isto pode ser comprovado quando pedimos para os entrevistados relatarem o momento mais feliz de suas vidas em Paquetá, claramente mesclados por emoções topofílicas:

O momento mais feliz da minha vida foi no farol, que foi onde minha mãe decidiu que ia morar aqui (Rodrigo, 13 anos).

O meu momento mais feliz foi no São Roque, quando consegui comprar um apartamento pra minha mãe, depois da gente ter morado tantos anos de aluguel (Rodrigo, 32 anos).

Quando eu comprei meu primeiro apartamento, na Praia da Moreninha (Wanda, 68 anos).

Por outro lado, o contexto espacial também pode remeter a lembranças ruins, marcadas ou impregnadas por sentimentos adversos, e tais lembranças podem transformar este contexto espacial em um *não-lugar* (AUGÉ,1994):

Toda vez que passo pela Praia da Moreninha me dá uma tristeza porque lembro quando deixei minha filha de 4 anos cair da cadeirinha da bicicleta. Foi muito ruim (Rodrigo, 32 anos).

Não gosto da Praia dos Coqueiros, me lembra amigos ruins (Wéderson, 19 anos).

A Praia José Bonifácio se apresentou na pesquisa com um comportamento diferenciado das demais praias da ilha. Esta praia, também conhecida como Praia da Guarda, foi citada na memória de diversos entrevistados relacionadas a momentos felizes não só da vida individual quanto da vida coletiva no cotidiano da ilha em décadas passadas:

Você não tem idéia do que era o jogo de bola na praia da Guarda. Vinha um monte de gente famosa pra ilha. Orlando Silva, Sílvio Caldas, tudo jogava pelada lá na praia da Guarda (Waldir, 76 anos).

Um momento feliz era quando a praia José Bonifácio ficava cheia de turista tomando banho de mar (Francisco, 56 anos).

Por outro lado, esta mesma praia, hoje com muitos lançamentos de esgoto, foi a mais citada quando perguntamos qual o lugar de Paquetá que não gostavam (tabela 7) e também foi a mais citada quando perguntamos qual a pior da praia da ilha (tabela 8). Quando perguntados pelo motivo da resposta, todos responderam sobre o cheiro ruim e o esgoto visível a todos que passam pela praia. Com isso, podemos perceber como a problemática ambiental respectiva à percepção da poluição da ilha conseguiu atingir a afetividade relacionada a um lugar de grande importância na memória coletiva dos seus habitantes.

Tabela 7 – Praia que os Habitantes Menos Gostam

| Praia | Habitantes | % |
|----------------|-------------------|----------|
| José Bonifácio | 12 | 30 |
| Não respondeu | 13 | 32,5 |
| Tamoios | 4 | 10 |
| Moreninha | 4 | 10 |
| Catimbau | 3 | 7,5 |
| Outras | 4 | 10 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Tabela 8 – Lugares de Paquetá que os Habitantes não Gostam

| Lugar que não gosta | Habitantes | % |
|----------------------------|-------------------|----------|
| Praia da Guarda | 8 | 20 |
| Cocheira | 3 | 7,5 |
| As praias em geral | 2 | 5 |
| Praia dos Tamoios | 1 | 2,5 |
| Praia da Moreninha | 1 | 2,5 |
| Centro | 1 | 2,5 |
| Não tem | 24 | 60 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

4.2.5 – LUGAR PARA SE VIVER

O termo *comunidade* aparece em diferentes momentos dos planos de emergência. No entanto, poucas áreas urbanas podem ser chamadas de comunidade, no sentido de formarem grupos sociais coesos. A comunidade se caracteriza pelas relações sociais efetivas que as pessoas mantem no lugar, independente destas se restringirem à área local ou ultrapassarem suas fronteiras. A diferenciação de *bairro* e *comunidade* utilizada por Lynch (1981) ajuda a distinguir essas duas unidades espaciais. Segundo este autor, o *bairro* é diferente de uma unidade administrativa, é uma área muito pequena na qual as pessoas se conhecem simplesmente porque vivem na porta ao lado, enquanto *comunidade* pressupõe a idéia de uma entidade social coerente.

Outro autor que, mais recentemente, tem trabalhado com a idéia de comunidade é Bauman (2003). Este autor apresenta a idéia de que o termo *comunidade* se refere sempre a um aspecto positivo, segundo ele, “se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade – o modo como está organizada e funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade” (BAUMAN, 2003, p.7). Este autor também ressalta as características de proteção e cooperação que a comunidade possui, sendo estes aspectos também destacados pelos demais autores.

E é justamente esta idéia de *comunidade*, um *lugar* por excelência, que privilegiamos em nossa pesquisa, que se voltou para as evidências do sentido de *lugar* em uma comunidade localizada na área de influência das instalações da Petrobras e que possui a noção do risco ambiental inerente às atividades desta empresa. No mesmo local de ocorrência das atividades consideradas de risco e impactos adversos, pudemos perceber que pessoas habitam, vivenciam experiências, interpretam, valoram e o representam como um *lugar* – afinal o *lugar*

em que o homem habita faz parte de seu *mundo vivido*, envolvendo toda a imbricada pluralidade de aspectos subjetivos e objetivos (BUTTIMER, 1985a; 1985b; GUIMARÃES, 2002; 2007). De acordo com Guimarães (2002, p.134):

sentir um lugar associa variações simultâneas de atitudes às emoções e à atribuição de valores, pois as imagens topofílicas e topofóbicas derivam da realidade do entorno, assumindo muitas formas em função não apenas da amplitude de sua carga emocional, como também de sua intensidade, sendo enriquecidas pelas infinitas combinações da fâcies dos aspectos concretos e simbólicos presentes em um dado contexto situacional.

E todo este forte sentido de lugar pôde ser percebido mediante as entrevistas realizadas em campo, através dos aspectos valorativos dados pelos habitantes aos diversos aspectos abordados no questionário aplicado, como, por exemplo, quando perguntamos sobre como eles avaliavam Paquetá em relação dos demais bairros da cidade, conforme podemos observar na tabela 9.

Tabela 9 – Avaliação de Paquetá em Relação aos Demais Bairros da Cidade na Visão dos seus Habitantes

| Comparativo | Habitantes | % |
|----------------|------------|------|
| Melhor | 9 | 22,5 |
| Mais Tranquilo | 8 | 20 |
| Abandonado | 7 | 17,5 |
| Maravilhoso | 2 | 5 |
| Paraíso | 2 | 5 |
| Outros | 10 | 25 |
| Não Respondeu | 2 | 5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Além deste sentimento topofílico, em grande parte responsável pelo julgamento de superioridade de Paquetá em relação aos demais bairros da cidade, podemos perceber que alguns paquetaenses, talvez influenciados pela condição insular do bairro, confundem a própria condição administrativa de Paquetá. Para muitos dos entrevistados, que raramente saem da ilha, aquele local representa a totalidade do seu mundo vivido e, tal como um mundo, um universo particular, se distancia da condição de dependência de uma cidade como o Rio de Janeiro para existir plenamente. Conforme podemos observar na tabela 10, 20% dos habitantes da ilha acham que Paquetá é uma cidade e 7,5% acham que é um distrito.

Tabela 10 – Condição Administrativa de Paquetá na Visão dos seus Habitantes

| O que é Paquetá? | Habitantes | % |
|------------------|------------|-----|
| Bairro | 26 | 65 |
| Cidade | 8 | 20 |
| Distrito | 3 | 7,5 |
| Ilha | 3 | 7,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Na tabela 10 é possível observar que 7,5% dos entrevistados responderam que Paquetá é uma ilha. Ainda que a opção “ilha” não constasse do questionário, estes três entrevistados insistiram nesta resposta, dizendo que Paquetá não é nem bairro, nem cidade e nem distrito, mas com certeza uma ilha. Neste caso, acreditamos que esse dado nos revela mais que a força da condição insular do bairro, sob o ponto de vista geomorfológico, mas sim aquilo que Diegues (1998) denominou em seus trabalhos como *ilheidade*.

Na visão deste autor, a insularidade de um determinado lugar influencia no ambiente vivido dos indivíduos que o habitam, definindo ritmos, modos de vida e hábitos próprios. Sendo assim, as observações do autor sobre o fenômeno insular se baseiam em três conceitos básicos: a maritimidade, a insularidade e a ilheidade:

A maritimidade diz respeito às práticas econômicas, sociais e simbólicas, onde a presença física do mar não é o fator essencial mas o conjunto das práticas que envolvem o seu viver e esse conceito não existe em todas as sociedades insulares. Ele está presente mais nas ilhas oceânicas em que o mar media as negociações e as relações com outras sociedades insulares ou continentais que fazem com que desempenhem uma dupla maritimidade. A insularidade refere-se à identidade cultural do ilhéu diferenciada do continental, mas é resultante das práticas econômicas e sociais em um espaço limitado, cercado pelo oceano. A ilheidade é um neologismo de origem francesa utilizado para designar as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamento, etc.(DIEGUES, 1998, p. 51)

Mesmo com todo o sentimento topofílico acrescido desta condição de ilheidade, os graves problemas da ilha não passam despercebidos pelos habitantes. Quando questionados sobre os problemas a ilha, todos responderam com bastante propriedade e se mostrando sem esperanças de solução por parte do poder público. Na tabela 11 podemos observar que a poluição do mar e o transporte são os principais problemas citados pelos entrevistados.

O fato de a barca ser o único meio de acesso a ilha gera um descontentamento grande por parte de alguns moradores, que citam constantes atrasos na saída do cais, lentidão da viagem até o centro da cidade (70 minutos) e

o grande intervalo entre uma barca e outra². Estes fatores ajudam na explicação da presença do transporte como um dos principais problemas da ilha.

A poluição do mar, por sua vez, aparece como um dos principais problemas na visão dos habitantes por diversos fatores: o mau cheiro que causa na ilha, o impacto negativo na imagem da ilha (que afeta diretamente o turismo e indiretamente o comércio local) e a redução da atividade pesqueira. Além da perda da balneabilidade, destituindo dos habitantes da ilha uma de suas principais atividades de lazer.

Tabela 11 – Principal Problema da Ilha na Visão de Seus Habitantes

| Principal Problema | Habitantes | % |
|--------------------|------------|------|
| Poluição do Mar | 11 | 27,5 |
| Transporte | 11 | 27,5 |
| Administração | 4 | 10 |
| Saúde | 4 | 10 |
| Educação | 2 | 5 |
| Limpeza | 1 | 2,5 |
| Outros | 7 | 17,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Apesar de todos os problemas, a primeira palavra que aparece na mente dos habitantes quando se fala o nome Paquetá sempre denota uma qualidade positiva, uma parte da essência do lugar. Em nossas entrevistas, fizemos a seguinte pergunta para cada indivíduo: *Qual a primeira palavra que aparece quando falamos o nome Paquetá?* As respostas foram variadas, porém denotando sempre um valor positivo (ver tabela 12).

² Os horários das barcas que saem de Paquetá com direção à Praça XV são: 05:30, 07:00, 09:00, 12:00, 15:00, 17:30, 19:15, 20:30 e 22:15. Nos fins de semana, as barcas não circulam nos horários 07:00 e 22:15.

Tabela 12 – Primeira Palavra que Aparece na Mente dos Habitantes Quando Falamos de Paquetá

| Palavra | Habitantes |
|------------------|------------|
| Tranquilidade | 11 |
| Paz | 3 |
| Sossego | 3 |
| Amor | 3 |
| Bom | 3 |
| Calmo | 2 |
| Praia | 2 |
| Casa | 1 |
| Legal | 1 |
| Ilha | 1 |
| Turista | 1 |
| Lugar dos índios | 1 |
| Liberdade | 1 |
| Maravilha | 1 |
| Bonita | 1 |
| Lugar do Coração | 1 |
| Mar | 1 |
| Futuro | 1 |
| Não respondeu | 2 |

Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Podemos observar, dentre as palavras apresentadas, que o maior número de respostas se referiu a características relacionadas com o estilo de vida e segurança da ilha, como tranqüilidade, paz, sossego, afinal “habitar é ser trazido à paz de um abrigo” (HEIDEGGER, 2001, p. 136). Toda essa noção de segurança e tranquilidade, ou *pausa no movimento* (TUAN, 1983), ajuda a reforçar o sentido de lugar da ilha e sua identidade associada a um refúgio no contexto de uma

metrópole com intenso ritmo cotidiano e com muitos problemas relacionados à segurança pública.

Por fim, todos estes atributos associados à ilha conferem significado ao espaço habitado e ajuda a manter a identidade tanto do lugar quanto do próprio indivíduo, uma vez que ambos estão profundamente vinculados, através do sentido de pertinência à sua paisagem.

O próximo capítulo apresenta os mapas representativos da sensibilidade do lugar nas praias paquetaenses, construídos a partir da análise do comportamento dos indicadores apresentados anteriormente.



Capítulo V

A Sensibilidade do Local e a Sensibilidade do Lugar

V – A SENSIBILIDADE DO LOCAL E A SENSIBILIDADE DO LUGAR

Este capítulo tem como objetivo apresentar, a partir de representação cartográfica, o resultado da análise dos indicadores da pesquisa em cada praia da Ilha de Paquetá. Demonstraremos os procedimentos metodológicos adotados para a definição do nível de sensibilidade do lugar, apresentaremos os mapas representativos destes diferentes níveis de sensibilidade na ilha e, por fim, traçaremos uma breve análise comparativa com os mapas de sensibilidade ambiental utilizados atualmente pela Petrobras.

A Ilha de Paquetá, localizada no interior da baía de Guanabara, encontra-se no raio de influência de diversas unidades operacionais que trabalham com produtos perigosos, como a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias) e o Terminal da Transpetro (Terminal da Baía de Guanabara), além dos diversos navios e outros tipos de embarcações que trafegam ao longo da baía. Essa condição de vulnerabilidade pode ser percebida mesmo no trajeto da barca Praça XV – Paquetá, quando podemos avistar algumas das unidades operacionais da Petrobras (foto a seguir).



Foto 14: Ilha, próxima à Paquetá, que abriga as instalações da Petrobras.
Foto: Marcelo Matos, 20/02/2009.

O conceito de vulnerabilidade é considerado em nosso trabalho com base na definição apresentada pela Política Nacional de Defesa Civil, ou seja, “condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis” (BRASIL, 2007, p. 8).

Quando questionados sobre a vulnerabilidade das praias de Paquetá com relação aos desastres ambientais envolvendo derrames de óleo, 42,5% dos entrevistados classificam a ilha como muito vulnerável, conforme pode ser observado no quadro 3. Além disso, 75% dos entrevistados citaram a tragédia de janeiro de 2000, sendo que, destes, 87% sabiam que a responsável pelo grande derramamento de óleo havia sido a Petrobras. Fato que, sem dúvida, justifica o investimento feito por esta empresa em Paquetá durante a última década, com fins de mitigar os danos ambientais causados à imagem do lugar, uma vez que Paquetá não é somente uma área de influência das atividades desta empresa, mas sim uma área especial, de relevante importância na história da cidade e do país.

Quadro 3 – Condição de Vulnerabilidade da Ilha na Visão dos Habitantes

| Vulnerabilidade | Habitantes | % |
|------------------------|-------------------|----------|
| Muito vulnerável | 17 | 42,5 |
| Nada vulnerável | 15 | 37,5 |
| Um pouco vulnerável | 6 | 15 |
| Não Sabe | 2 | 5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Marcelo Matos. Trabalho de Campo, fevereiro / março, 2010.

Considerando a grande vulnerabilidade da ilha a derrames de óleo e a importância histórica da ilha, torna-se fundamental um conhecimento aprofundado de Paquetá, bem como suas características e importância junto à população local. A partir da análise dos indicadores apresentados nos capítulos anteriores - valor histórico, atividades econômicas, atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar -, tornou-se possível identificar a relevância destes diferentes indicadores e seus significados para cada praia de Paquetá. Nas praias onde determinado indicador se apresentou com pouca ou nenhuma relevância, atribuímos o valor zero. Em contrapartida, nas praias onde determinado indicador se apresentou de forma relevante ou muito relevante, atribuímos o valor 1.

Para atribuição de valor aos indicadores *valor histórico*, *atividades econômicas* e *atividades de lazer*, foram considerados o material bibliográfico acerca de Paquetá e as fichas preenchidas nos trabalhos de campo na ilha³. Por outro lado, os indicadores *memória coletiva* e *sentido de lugar*, por possuírem um caráter mais subjetivo, necessitaram de outro tratamento metodológico.

No caso do indicador *memória coletiva*, estabelecemos o fato da praia ter sido citada ao menos uma vez pelos habitantes no momento da entrevista em que estes eram questionados sobre a lembrança de momentos felizes na ilha (campo 35 do questionário) para que atribuíssemos o valor 1. A lembrança de um momento feliz em uma determinada praia ajuda a reforçar a importância desta no contexto geral da paisagem da ilha, considerando que a memória individual constitui um ponto de vista da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Este indicador torna-se ainda mais importante quando pensamos na questão do patrimônio histórico e cultural existente em Paquetá, cuja preservação deve se relacionar diretamente a estratégias de sensibilização e educação ambiental junto aos moradores da ilha, para que estes compreendam o quão importante é

³ As fichas de campo foram preenchidas nos trabalhos de campo dos dias 22 e 24 de fevereiro de 2010 (segunda e quarta-feira) e nos dias 6 e 7 de março de 2010 (sábado e domingo), para que a observação dos indicadores não fossem influenciada pelas diferenças características entre os diferentes dias da semana na ilha.

assegurar a permanência dos patrimônios materiais e imateriais para a manutenção da identidade da ilha no decorrer das próximas gerações.

Para o indicador *sentido de lugar*, houve a necessidade de sintetizar os resultados obtidos mediante a aplicação da escala de diferencial semântico de Osgood, no campo 33 do questionário aplicado nas entrevistas em campo. Neste campo, os entrevistados eram questionados acerca de seus sentimentos mediante a hipótese de um vazamento de óleo nas diferentes praias da ilha. Consideramos que o sentido de lugar pressupõe um elo afetivo entre o indivíduo e o local, onde este sujeito se distancia de uma atitude indiferente e se aproxima de uma relação de identidade com este determinado local, ainda que de maneira efêmera. Deste modo, podemos inferir que aqueles locais onde o entrevistado se sentir menos indiferente ao impacto ambiental negativo, são aqueles que possuem um determinado sentido de lugar para este indivíduo. Sentido este, revelado com base em diferentes sentimentos que coexistem e se configuram em discursos topofílicos, repleto de lembranças pessoais e/ou oriundas de um forte sentido de enraizamento.

Sendo assim, ao somar os resultados obtidos dos quarenta questionários aplicados e fazer uma média do resultado total, consideramos que este indicador é relevante nas praias que apresentaram uma média igual ou superior a 3,5, ou seja, metade do valor total que poderia ser alcançado (7,0). As médias alcançadas em cada praia estão apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Média dos Resultados Obtidos no Campo 33 do Questionário

| Praia | Média | Valor |
|-----------|-------|-------|
| Tamoios | 3,65 | 1 |
| Covanca | 2,88 | 0 |
| Catimbau | 3,59 | 1 |
| Lameirão | 2,82 | 0 |
| Coqueiros | 5,29 | 1 |
| São Roque | 4,65 | 1 |
| Moreninha | 6,64 | 1 |
| Guarda | 4,53 | 1 |
| Frades | 3,65 | 1 |
| Imbuca | 5,18 | 1 |
| Gaivotas | 3,65 | 1 |
| Grossa | 3,18 | 0 |

Fonte: Marcelo Matos. Trabalho de Campo, fevereiro/março, 2010.

Ao realizar um somatório dos valores atribuídos aos cinco indicadores em cada praia da ilha, chegamos aos diferentes níveis de sensibilidade do lugar nas praias de Paquetá, em uma escala de 0 a 5, conforme podemos observar no quadro 5. Cabe ressaltar que nesta maneira de sintetizar o enfoque humanístico abordado nas análises dos capítulos anteriores, classificando os diferentes lugares em escalas pré-definidas referentes aos diferentes níveis de sensibilidade, não estamos desconsiderando os aspectos cognitivos no qual o local é percebido como único e repleto de valores e significados. Esta visão sistematizada objetiva, essencialmente, uma maior objetividade na visualização dos dados para fins de planejamento ambiental e seleção de estratégias de prevenção/mitigação de desastres ambientais.

Quadro 5 – Comportamento dos Indicadores nas Praias de Paquetá

| Praia | Valor Histórico | Atividades Econômicas | Atividades de Lazer | Memória Coletiva | Sentido de Lugar | Total |
|--------------|-----------------|-----------------------|---------------------|------------------|------------------|-------|
| Frades | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Covanca | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Imbuca | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Lameirão | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Catimbau | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Tamoios | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| J. Bonifácio | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Coqueiros | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| São Roque | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Moreninha | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Gaivotas | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Grossa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Marcelo Matos. Trabalho de Campo, fevereiro / março, 2010.

Para uma pesquisa na qual grande parte dos dados são de caráter subjetivo, consideramos três classes como suficientes. Sendo assim, chegamos aos três diferentes níveis de sensibilidade definidos em nossa proposta metodológica: sensibilidades alta, média e baixa.

Considerando os dados alcançados na pesquisa em Paquetá, classificamos as praias cujo somatório total dos indicadores foi igual a zero ou 1 como de *sensibilidade baixa*. Para aquelas que apresentaram um somatório igual a 2 ou 3 classificamos como de *sensibilidade média*. Por último, para as praias que apresentaram somatório igual a 4 ou 5, classificamos como de *sensibilidade alta*. Sendo assim, o mapa de sensibilidade do lugar para a ilha de Paquetá como um todo pode ser observado no mapa 1.

Mapa 1: Sensibilidade do Lugar - Ilha de Paquetá



Fonte: Elaborado por Marcelo Matos (2010) a partir de base cartográfica cedida pela Petrobras.

Quando perguntamos aos entrevistados qual a praia que eles julgavam ser prioridade de proteção, no caso de um desastre ambiental envolvendo derrame de óleo, as três praias mais citadas foram: Moreninha, Imbuca e José Bonifácio (ver quadro 6). Observamos que este resultado vai de encontro ao resultado alcançado a partir do somatório dos cinco indicadores, o que reforça a importância da percepção ambiental dos habitantes na valoração e atribuição de significados aos diversos aspectos concernentes a um lugar.

Quadro 6 – A Prioridade de Proteção na Visão dos Habitantes

| Praia | Habitantes | % |
|--------------------|------------|------|
| Moreninha | 14 | 35 |
| Imbuca | 6 | 15 |
| José Bonifácio | 5 | 12,5 |
| Tamoios | 2 | 5 |
| Todas | 4 | 10 |
| Praia Grossa | 1 | 2,5 |
| Praia das Gaivotas | 1 | 2,5 |
| Não Respondeu | 7 | 17,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Marcelo Matos. Trabalho de Campo, fevereiro / março, 2010.

Quando comparamos a carta SAO da Ilha de Paquetá (página 145) com o mapa de sensibilidade do lugar, observamos que as praias da ilha possuem níveis de sensibilidade distintos no contexto destas duas diferentes acepções, cujos indicadores procuram atender aspectos bem distintos, conforme podemos observar nos quadros a seguir.

Quadro 7 – Indicadores de Sensibilidade considerados nas Cartas SAO

| Nível de Sensibilidade | Descrição |
|------------------------|---|
| 1 | Costões rochosos lisos, de alta declividade, expostos; falésias em rochas sedimentares, expostas; estruturas artificiais lisas (paredões marítimos artificiais), expostas |
| 2 | Costões rochosos lisos, de declividade média a baixa, expostos; terraços ou substratos de declividade média, expostos (terraço ou plataforma de abrasão, terraço arenítico exumado bem consolidado, etc.) |
| 3 | Praias dissipativas de areia média a fina, expostas; faixas arenosas contíguas à praia, não vegetadas, sujeitas à ação de ressacas (restingas isoladas ou múltiplas, feixes alongados de restingas tipo LONG BEACH); escarpas e taludes íngremes (formações do grupo Barreiras e Tabuleiros Litorâneos), expostos; Campos de dunas expostas |

| | |
|----|--|
| 4 | Praias de areia grossa; praias intermediárias de areia fina a média, expostas; praias de areia fina a média, abrigadas |
| 5 | Praias mistas de cascalho e areia, ou conchas e fragmentos de corais; terraço ou plataforma de abrasão de superfícies irregulares ou recobertas de vegetação; Recifes areníticos em franja |
| 6 | Praias de cascalho (seixos e calhaus); costa de detritos calcários; depósito de tálus; enrocamentos (RIP-RAP, guia corrente, quebra-mar) expostos; plataforma ou terraço exumado recoberto por concreções lateríticas (disformes e porosas) |
| 7 | Planície de maré arenosa exposta; terraço de baixa mar |
| 8 | Escarpa/encosta de rocha lisa, abrigada; escarpa/encosta de rocha não lisa, abrigadas; escarpas e taludes íngremes de areia, abrigados; enrocamentos (RIP-RAP e outras estruturas artificiais não lisas) abrigados |
| 9 | Planícies de maré arenosas/lamosas abrigadas e outras áreas úmidas costeiras não vegetadas; terraços de baixa-mar lamosos abrigados; recifes areníticos servindo de suporte para colônias de corais |
| 10 | Deltas e barras de rio vegetadas; terraços alagadiços, banhados, brejos, margens de rios e lagoas; brejos salobros ou de água salgada, com vegetação adaptada ao meio salobro ou salgado; apicuns; marismas; manguezais (mangues frontais ou mangues de estuários) |

Fonte: ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2002.

Quadro 8 – Indicadores de Sensibilidade considerados em nossa proposta

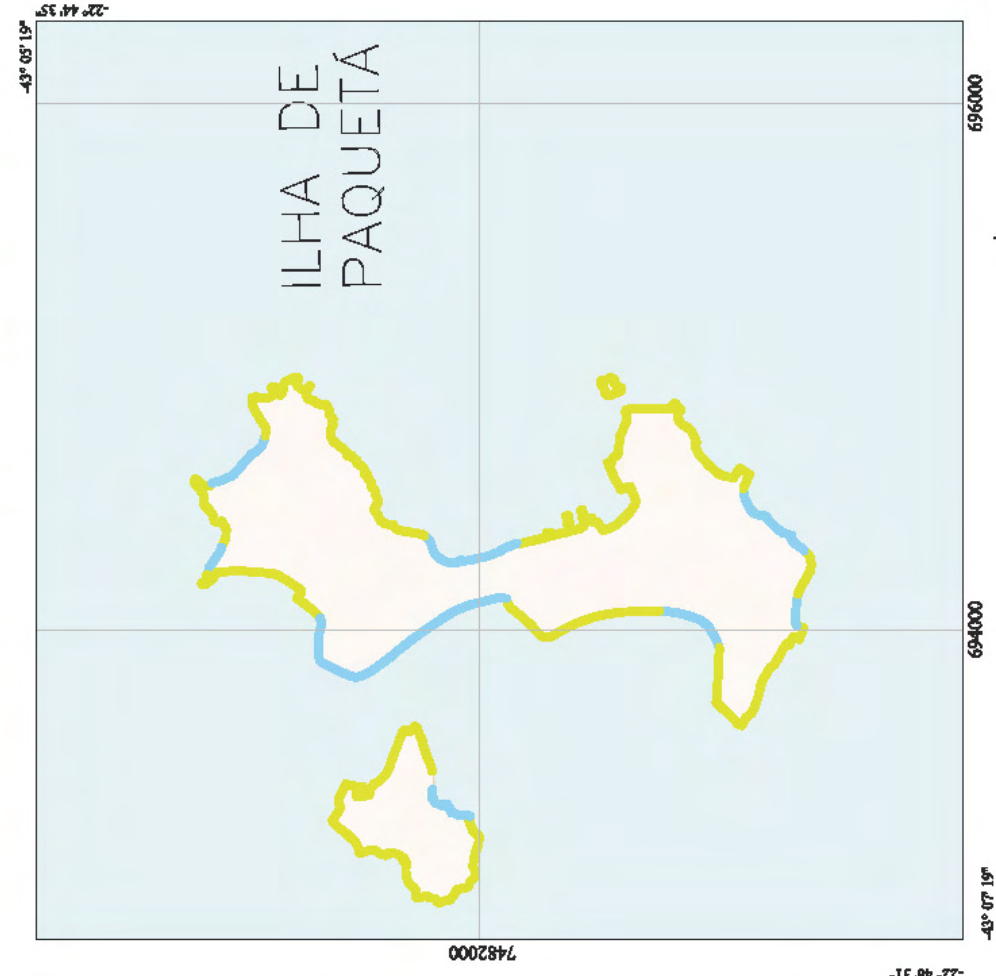
| INDICADOR | PARÂMETRO |
|-----------------------|--|
| Atividade Econômica | <ul style="list-style-type: none"> • Turismo • Pesca • Comércio relacionado ao mar |
| Importância Histórica | <ul style="list-style-type: none"> • Fatos históricos ocorridos no local • Presença de monumentos e marcos históricos • Local citado em literatura ou demais manifestações artísticas |
| Memória Coletiva | <ul style="list-style-type: none"> • Local citado por entrevistados como cenário de importantes fatos do passado (individuais ou coletivos). |
| Sentido de Lugar | <ul style="list-style-type: none"> • Local de moradia • Topofilia identificada no discurso • Identidade dos moradores com o local |
| Local de Lazer | <ul style="list-style-type: none"> • Atividades voltadas para o lazer • Local de shows, festas, comícios, etc • Acessibilidade |

Organizado por Marcelo Matos, 2009.

A primeira diferença que podemos observar ao comparar as informações mapeadas a partir das duas metodologias é que na carta SAO para a ilha de Paquetá como um todo, destaca-se a predominância de apenas dois níveis de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo: o nível 4, em azul, e o nível 8, em amarelo. Considerando a escala de 0 a 10 deste tipo de mapa, podemos inferir que o nível 4 representa uma sensibilidade relativamente baixa e o nível 8 uma sensibilidade relativamente alta. No mapa de sensibilidade do lugar da ilha como um todo (Mapa 1), pudemos constatar a existência de três níveis de sensibilidade: alta, média e baixa.

Não é viável traçarmos um comparativo do resultado dessas duas formas de mapeamento por praia da ilha, pois as cartas SAO não são elaboradas por praia e sim por segmentos, pois uma mesma praia pode apresentar diferentes ecossistemas (observe o mapa da página 145). Torna-se necessário, portanto, comparar parte a parte em ambos os mapas.

Mapa de Sensibilidade Ambiental a Derrame de Óleo - Baía de Guanabara



Classificação dos Hábitats

(ordem crescente de sensibilidade aos derrames de óleo)

Sensibilidade Costeira

- 4 — Praias de areia grossa; praias intermediárias de areia fina a média, expostas; praias de areia fina a média, abrigadas
- 8 — Escarpa/encosta de rocha lisa, abrigada; escarpa/encosta de rocha não lisa, abrigadas; escarpas e taludes íngremes de areia, abrigados; entrocamentos (RIP-RAP e outras estruturas artificiais não lisas) abrigados

- Temas Básicos
- Continente
 - Oceano



Este documento é de propriedade da PETROBRAS S.A. e não pode ser reproduzido ou usado para qualquer finalidade diferente daquela para a qual está sendo elaborado.

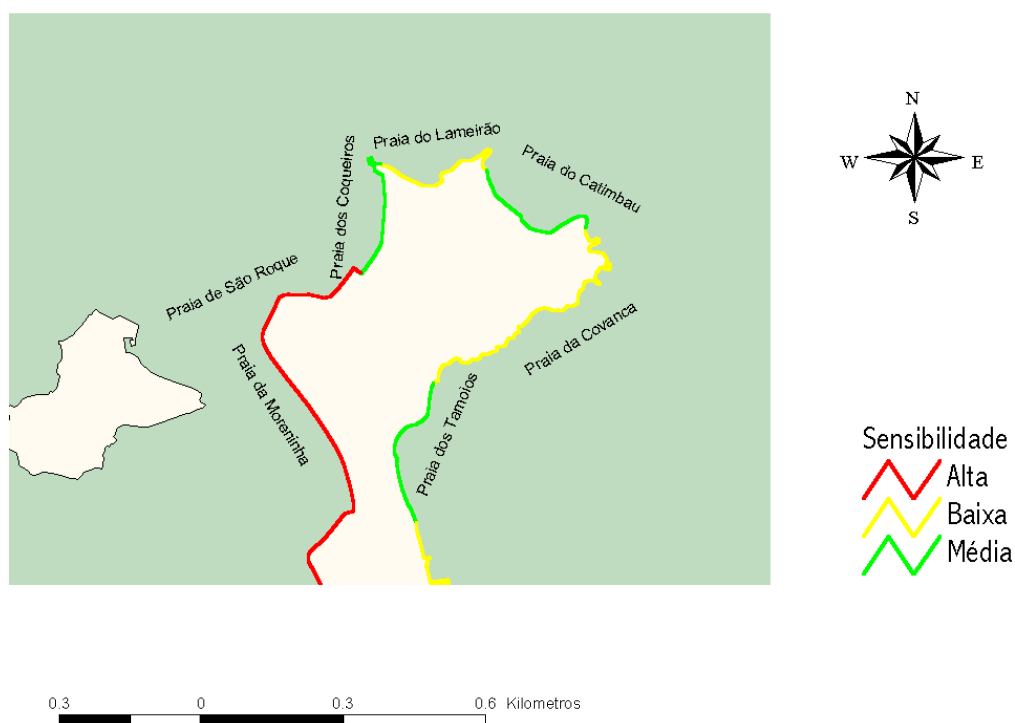
BR PETROBRAS
Tecnologia e Serviços

| | |
|---|---------------------|
| Mapa de Sensibilidade Ambiental - Baía de Guanabara | |
| Escala: 1:15000 | Data: 04/09 |
| Projeto: 07-08-0103 | Projeto: 07-08-0103 |
| Projeto: 07-08-0103 | Projeto: 07-08-0103 |



Na parte norte de Paquetá, podemos observar uma grande diferença nos resultados destes dois tipos de mapas (compare o mapa 2 e a carta SAO em anexo). A carta SAO revela uma sensibilidade alta (nível 8) na maioria do segmento costeiro desta parte da ilha, enquanto que o mapa de sensibilidade do lugar revela níveis médios e baixos em sua classificação.

Mapa 2: Sensibilidade do Lugar - Parte Norte de Paquetá



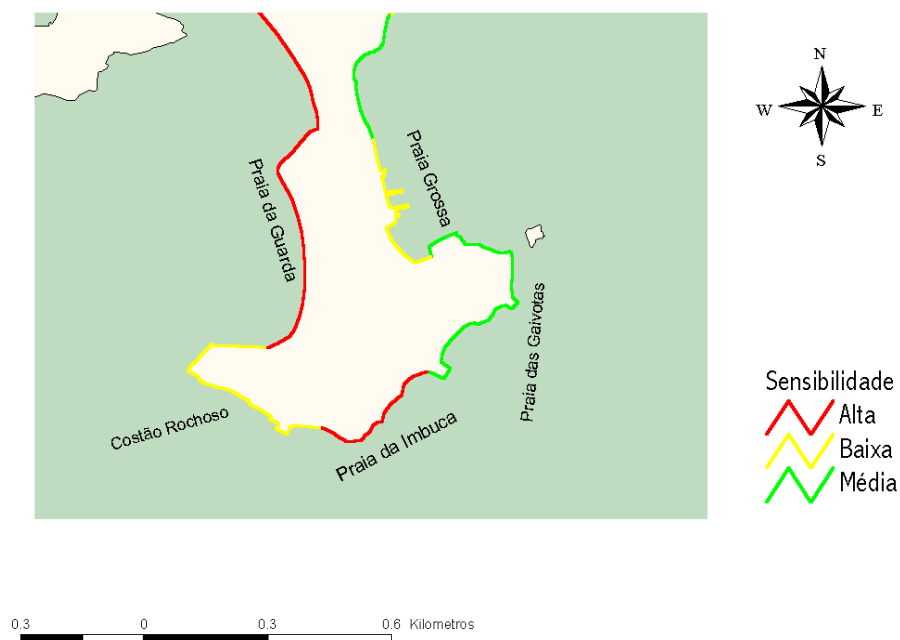
Fonte: Elaborado por Marcelo Matos (2010) a partir de base cartográfica cedida pela Petrobras.

Sem dúvida a maior discrepância ocorre ao comparar os resultados das praias de São Roque e Moreninha, onde o mapa de sensibilidade do lugar revelou a importância ímpar destes lugares para a maioria dos habitantes entrevistados e também nas fontes documentais históricas, classificando estas praias como de sensibilidade alta; enquanto que a carta SAO classificou como segmentos com sensibilidade de nível 4. Por outro lado, as praias da Covanca e do Lameirão, cujo mapeamento da sensibilidade do lugar se apresentou como de nível baixo, foi apontado na carta SAO como segmentos com sensibilidade de nível 8. Portanto,

na parte norte da ilha verificou-se resultados bastante discrepantes nos resultados das duas formas de mapeamentos, uma vez que na metodologia que propomos outros aspectos alinhados com o espírito do lugar são levados em consideração.

Na parte sul da ilha os resultados também se apresentaram de maneira discrepante. A Praia Grossa, local imediatamente ao lado da estação das barcas, foi apontado no mapa de sensibilidade do lugar com uma sensibilidade baixa (Mapa 3). Ao analisar este segmento na carta SAO, podemos observar que este se apresenta com um nível 8 de sensibilidade. Por outro lado, a Praia da Imbuca que, como pudemos observar no quadro 6, foi apontada pelos habitantes como a segunda praia mais importante a ser protegida (ficando atrás somente da Praia da Moreninha) e indicada pelos roteiros turísticos como a praia de melhor balneabilidade, apresentou uma sensibilidade do lugar alta e uma sensibilidade ambiental na carta SAO de nível 4.

Mapa 3: Sensibilidade do Lugar - Parte Sul de Paquetá



Fonte: Elaborado por Marcelo Matos (2010) a partir de base cartográfica cedida pela Petrobras.

Como podemos constatar, as praias de Paquetá como sistema receptor exposto aos perigos e riscos ambientais inerentes às atividades petrolíferas existentes ao redor da Baía de Guanabara, carecem de um estudo mais humanístico sobre os efeitos adversos que um determinado evento pode apresentar no que diz respeito às situações de risco e aos impactos nos referenciais históricos, afetivos, econômicos e identitários desta comunidade.

As cartas SAO vêm assumindo um papel fundamental na gestão dos riscos e prevenção de desastres ambientais, na medida em que têm contribuído de modo significativo na definição de estratégias de proteção, definição de zonas de sacrifício e alocação de recursos materiais e humanos em caso de emergências ambientais. No entanto, como podemos observar ao dar voz àqueles que habitam esses lugares, não somente a relevância de alguns aspectos físicos ou geomorfológicos do ambiente costeiro vai indicar a intensidade e a visibilidade que um determinado evento ou acidente vai alcançar no contexto de uma comunidade local. Entendemos, portanto, que a vulnerabilidade como condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor, deve ser definida somente com base no grau de exposição deste receptor ao risco ambiental e considerando os aspectos apresentados nas cartas SAO e os aspectos revelados a partir de indícios históricos, sociais, culturais, econômicos e afetivos.

Nosso objetivo é fazer com que estes mapas de sensibilidade do lugar sirvam de fato para a tomada de decisões no momento em que o poder público ou as indústrias do petróleo tenham que definir estratégias e locais de proteção para o caso de derrames de óleo. Propomos aqui a adoção de estratégias mais humanizadas, que respeitem os traços socioculturais da comunidade abrangida e a relevância dos aspectos subjetivos, buscando assegurar níveis de resiliência psicossocial e ambiental mais equilibrados para as comunidades e lugares envolvidos diante da ocorrência destes eventos.

Atingindo este objetivo, chegaremos a nossa meta: uma melhor adequação de proposições visando à gestão ambiental de áreas costeiras, e no nosso presente estudo, que possibilite novamente o reconhecimento final de Paquetá como a tradicional ilha dos Amores e não mais como a ilha das manchas de óleo.



Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dia 20 de abril de 2010. O mundo assiste a notícia sobre a explosão da plataforma *Deepwater Horizon*, operada pela empresa *British Petroleum*, localizada no Golfo do México, a 65 quilômetros da costa do estado norte-americano da Louisiana. Dias se passam e a notícia é que o vazamento não consegue ser interrompido. Semanas se passam, a mesma notícia. Meses se passam, tudo igual. Diversas estratégias de resposta para interromper o fluxo do vazamento, que ocorre há cerca de 1,5 quilômetros de profundidade não surtem o efeito esperado (BRITISH PETROLEUM, 2010).

Quando assistimos a um desastre ambiental de grande magnitude, como é o caso deste acidente no Golfo do México, logo assistimos também ao surgimento de diversos impactos secundários em diferentes setores da sociedade, abarcando não somente as situações que comprometem o meio físico e biológico, como também o antrópico. A legislação ambiental começa a ser questionada e reformulada, empresas passam a investir ainda mais em planos de emergência, diversos cidadãos começam a se preocupar com os riscos ambientais aos quais possam estar expostos, dentre outras situações. Contextos referentes à responsabilidade social e gestão dos riscos ambientais são discutidos e analisados na busca de possíveis soluções e delineamento de estratégias de ação. Não há dúvidas quanto ao fato de que, com este acidente ocorrido com a *British Petroleum* não será diferente.

Quem pôde acompanhar os noticiários em periódicos nacionais e internacionais, e as notícias em canais de telecomunicações, pôde observar as diversas críticas direcionadas à demora nos procedimentos de resposta da empresa britânica e à demora nas ações de resposta do presidente norte-americano, considerando a magnitude do evento. Todas essas repercussões na mídia e na política chamaram ainda mais a atenção de toda a sociedade para a

importância de um plano de resposta a emergências bem estruturado, que seja eficaz e rápido, e que possua as informações necessárias dos receptores ameaçados frente à ocorrência de um possível desastre ambiental⁴.

Nossa pesquisa procurou contribuir para afirmar a relevância de possuir informações detalhadas sobre as áreas vulneráveis a derrames de óleo, particularmente, informações diferentes daquelas já levantadas atualmente, que se restringem a aspectos geológicos, geomorfológicos e biológicos. Procuramos revelar que nessas áreas vulneráveis podem existir *lugares* que, dinamizados por fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e/ou afetivos, não podem deixar de serem reconhecidos como importantes receptores para proteção na ocorrência de um desastre ambiental.

Na realização de um estudo de caso, nos dirigimos a Ilha de Paquetá, local que já havia exposto sua vulnerabilidade por ocasião do derramamento de óleo da Petrobras, em janeiro de 2000, quando as praias da ilha foram cobertas por manchas de óleo. Partimos da hipótese de que a percepção e interpretação ambiental dos moradores em relação às várias praias da ilha eram diferenciadas e careciam de um mapeamento cujos indicadores não considerassem somente aspectos do ambiente físico e biológico, dos ecossistemas existentes, mas também os aspectos afetivos, cognitivos, perceptivos, valorativos, ou seja, referentes a uma dimensão mais humanizada.

Tão logo iniciamos a pesquisa, conversando com os habitantes da ilha em conversas informais e também através de aplicação de questionários compostos por perguntas abertas e semi-abertas, conseguimos responder aos nossos primeiros questionamentos, que surgiram após a formulação de nossa hipótese. O nosso primeiro questionamento, que procurou avaliar a pertinência da utilização do conceito geográfico de *lugar* no estudo de uma área de influência de atividades

⁴ O petróleo derramado no acidente na plataforma *Deepwater Horizon* atingiu diferentes ambientes costeiros nos estados da Louisiana, Mississippi, Alabama e, possivelmente, chegará ao estado da Flórida.

perigosas, logo foi respondido positivamente. Este conceito nos serviu como um instrumento verdadeiramente útil no entendimento dos aspectos valorativos, atribuídos ao local definido como nosso recorte espacial, e que ajudaram a sistematizar os dados subjetivos revelados nas histórias de vida coletadas na ilha. Ao final, este conceito serviu de suporte teórico para um importante indicador de nossa proposta metodológica: o *sentido de lugar*.

Ao nos aproximarmos da questão da percepção ambiental dos habitantes da ilha e ultrapassar a fronteira dos dados objetivos, adentrando as questões inerentes aos aspectos do ambiente vivido desta comunidade, surgiu-se, mais que um segundo questionamento, uma verdadeira necessidade de se estabelecer categorias / variáveis que nos ajudassem a conduzir a pesquisa, de modo a não nos deixar perdidos em demasiada subjetividade. O resultado desse movimento foi o alcance de cinco indicadores - valor histórico, atividades econômicas, atividades de lazer, memória coletiva e sentido de lugar -, que nos auxiliaram a definir de forma mais sistemática o procedimento metodológico a ser utilizado para alcançar o que preferimos denominar de *sensibilidade do lugar*.

Para responder ao terceiro questionamento levantado a partir da hipótese, ou seja, para entender se a percepção ambiental dos paquetaenses coincidia com os níveis de sensibilidade ambiental atualmente utilizados pela Petrobras, foram necessárias a aplicação de questionários e a síntese dos diferentes indicadores da pesquisa. Após tratamento cartográfico das informações obtidas em campo, foi possível traçar um comparativo entre os resultados dos dois mapeamentos e constatar a discrepância existente entre estes dois produtos.

O fato é que não podemos dizer que determinado indicador é mais importante que o outro. Não é assim que funciona. Como mostramos no segundo capítulo deste trabalho, a metodologia utilizada pela Petrobras, que teve como modelo a utilizada pela NOAA, os ecossistemas costeiros, estuarinos e fluviais são classificados segundo um índice de sensibilidade ao óleo, estabelecido com base

nos seguintes fatores: tipo de substrato, permeabilidade, mobilidade e condições de tráfego, declividade da zona de intermarés, grau de exposição à energia de ondas e marés, facilidade de limpeza, produtividade e sensibilidade biológica (ARAÚJO; MUEHE; SILVA, 2006). Ou seja, fatores de suma importância na definição de estratégias de resposta em emergências envolvendo derrames de óleo nesses ecossistemas.

Por outro lado, foi constatado que só considerando esses aspectos, é possível que, na ocasião de desastres ambientais, lugares de extrema importância para a comunidade local sejam menos prioritários na resposta, ou até mesmo negligenciados, por não possuírem aspectos físicos ou biológicos relevantes. Em nosso estudo de caso, por exemplo, uma importante praia, cenário do primeiro romance literário de nosso país, seria menos prioritária no momento de um desastre ambiental que uma faixa de areia próxima a uma estação de barcas, considerando a metodologia utilizada atualmente pela Petrobras. Neste sentido é que propomos a utilização de ambos os dados, uma vez que quanto mais informação para a definição de estratégias de resposta melhor, tanto para a indústria causadora do dano ambiental quanto para o lugar impactado pela ocorrência de um determinado evento.

Uma vez respondidos esses questionamentos, consideramos atingidos nossos objetivos de buscar a relação entre espaço vivido e sensibilidade ambiental na área de influência da Petrobras, de definir categorias de análise e de contribuir com uma metodologia de estudo que pudesse servir de subsídio para tomadas de decisão no momento de uma emergência.

Partimos da hipótese de que a percepção e interpretação ambiental dos moradores em relação às várias praias da ilha são diferenciadas e carecem de um mapeamento cujos indicadores não considerem somente aspectos do ambiente físico e biológico, mas também os aspectos afetivos, cognitivos e valorativos, diante dos riscos e desastres ambientais. Comprovamos que, de fato, os

habitantes da ilha possuem diferentes percepções e interpretações ambientais em relação às diversas praias da ilha e que os aspectos afetivos, cognitivos, perceptivos e valorativos, oriundos da visão destes habitantes, são aspectos relevantes para um mapeamento de sensibilidade ambiental em uma área vulnerável como a Ilha de Paquetá.

Alguns questionamentos (ou desafios) surgiram ao finalizar a pesquisa e ainda permanecem: como manter os dados de um mapeamento baseado na sensibilidade do lugar sempre atualizados? Qual a periodicidade ideal de atualização destes dados considerando o dinamismo dos lugares na contemporaneidade? Infelizmente (ou felizmente) nem todos os questionamentos conseguem ser respondidos em um processo de pesquisa que busca ser autêntico e não esconder as fragilidades, próprias de qualquer procedimento metodológico.

Por fim, como resultado do nosso trabalho, esperamos que os sentimentos revelados na Ilha dos Amores sirvam de inspiração para que novas pesquisas resgatem a alma e a auto-estima de outros lugares dotados da mesma beleza que encontramos em Paquetá. Na visão de Relph (1976), o reconhecimento do significado existencial da paisagem para os seres humanos, partindo da relevância de seus lugares como verdadeiros “*centros de significados e intenções*”.



Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro, Ano III, n.4, 1998. p. 5-26.

ARAÚJO, S.I; MUEHE, D; SILVA, G.H. **Manual básico para elaboração de mapas de sensibilidade ambiental a derrames de óleo no sistema Petrobras: ambientes costeiros e estuarinos**. Rio de Janeiro: Cenpes / Petrobras, 2002.

ARAÚJO, S.I; MUEHE, D; SILVA, G.H. **Mapas de sensibilidade ambiental a derrames de óleo: ambientes costeiros, estuarinos e fluviais**. Rio de Janeiro: Cenpes / Petrobras, 2006.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Geografia e Sociedade), 1982.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Decreto 4.297**. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Brasília, 10 de julho de 2002.

BRASIL. **Lei 7661**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, 16 de maio de 1988.

BRASIL. **Lei 9966**. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Brasília, 28 de abril de 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução 293**. Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta sobre sua elaboração. Brasília, 12 de dezembro de 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução 398**. Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta sobre sua elaboração. Brasília, 11 de junho de 2008.

BRITISH PETROLEUM. **Gulf of Mexico response**. Disponível em: <www.bp.com>. Acesso em 14/06/2010.

BURLE-MARX, R. Recursos paisagísticos do Brasil, In: SUPREN, **Recursos naturais, meio ambiente e poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 39-46.

BURTON, I; KATES, R; WHITE, G. **The environment as hazard**. New York: Oxford University Press, 1978.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 165-193.

BUTTNER, A. Hogar, campo de movimiento y sentido del lugar, In: Ramón, M.D.G. (Org.), **Teoria y metodo en la geografia anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografia, 1985b. p. 227-241.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPEL, H. **Filosofia y ciência en la geografía contemporânea**: una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

CASTELO, L. A Percepção em Análises Ambientais: o projeto MAB-UNESCO em Porto Alegre. DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p.23-37.

CASTELO, L. **A percepção de lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CHAVES, A. **Relatório**: O Vazamento de óleo da Petrobras na baía de Guanabara e as providências adotadas cinco anos depois. Duque de Caxias, OS VERDES – Movimento de Ecologia Social / SINDIPETRO, 2005.

COARACY, V. **Paquetá** - imagens de ontem e de hoje. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Coleção Rio 4 Séculos, v.4), 1965.

CORDEIRO, G. I. **Um lugar na cidade**: cotidiano, memória e representação no Bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

CORREIA FILHO, V. Paquetá. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano VI, n.1, jan/mar. 1944, pp.59-88.

CUNHA, S.B; GUERRA, A.J.T (orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DAHL, M. L.; BONJUGA, C. **Paquetá**: ilha ditosa e florida. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura, 2003.

DARDEL, E. **L'homme et la Terre**: nature de la realite geographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DE GROOT, R.S. **Functions of nature**: evaluation of nature in environmental planning, management and decision making. Amsterdam: Wolters-Noodhoff, 1992.

DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção e revitalização da área portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares, simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERRARA, L. A. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRARA, L. A. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Ed.USP, 1999.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do rei**: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

GERSON, B. **História das ruas do Rio**: e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GODKIN, M. Identidad y Lugar: aplicaciones clínicas basadas en las nociones de arraigo y desarrollo. In: RÁMON, M.D.G (org.). **Teoría y metodo en la Geografía Anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografia, 1985, p. 242-253.

GIBSON, J. **The perception of the visual world**. Boston: Hought Mifflin, 1950.

GUIMARÃES, S.T.L. **Paisagens**: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. Tese (livre-docência). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S.T.L. **Percepção, gestão e educação ambiental e a norma de responsabilidade social – ABNT NBR 16001**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2008. 13 slides: color. Slides gerados a partir do *software PowerPoint*.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 5, n. 1, maio/2005a, p. 202-219.

GUIMARÃES, S.T.L. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida..., **Revista GEOSUL**, Florianópolis, n.40, julho-dez/2005b, p. 7-26.

GUIMARÃES, S.T.L. **Percepção de riscos ambientais**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2003. 14 slides: color. Slides gerados a partir do *software PowerPoint*.

GUIMARÃES, S.T.L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental, **GEOSUL**, Florianópolis, vol.17, no. 33, jan-junho/2002, p. 117-141.

GUNDLACH, E; HAYES, M.O. Vulnerability of Costal Environments to Oil Spill Impacts. **Marine Technology Society Journal**, Columbia, v.12, n.4, 1978, p. 18-27.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, p. 125-141.

KEVORKIAN, J. L. **Guia turístico da Ilha de Paquetá**. Rio de Janeiro: Paquetur, 2003.

KNIGHT, D. Identity and Territory: geographical perspectives on nationalism and regionalism. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, n.4, v. 72, pp.514-531.

LE GUIDES BLEUS. **Rio de Janeiro et ses environs**. Paris: Librairie Hachette, 1955.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITÃO, W. M. **Ilha de Paquetá: cotidiano e história social de um bairro carioca**. 2003. 227 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOWENTHAL, D. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. Rio Claro: Difel, 1985, p.103-141.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATOS, M. P. **O Rio de Janeiro das Escolas de Samba: lugar, identidade e imagem urbana**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2005.

MATOS, M. P. Da Praça XI à Praça da Apoteose: a luta pelo lugar do carnaval. **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro: FCS – UERJ, V.6, ano II, 2006, p. 47-57.

MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma Geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MORENO, S. **La valoración del paisaje por público y expertos: aplicaciones a la participación ciudadana en la gestión ambiental**. Madrid: Universidad Autónoma

de Madrid, Facultad de Ciencias, Departamento Interuniversitario de Ecología, 1998.

MUNÓZ-PEDREROS, Andrés. La Evaluación del Paisaje: una herramienta de gestión ambiental. **Revista Chilena de Historia Natural**, Santiago, n.77, 2004, p. 139-156.

OAKES, T. Place and the paradox of modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, n.87, v.3, 1997, pp. 509-531.

OLIVEIRA, L. Percepção do meio ambiente e geografia. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, v.1, n.2, 2001, p. 14-26.

OLIVEIRA, A. R. Silêncio na paisagem: a obra de Richard Long. **Arquitextos**, Texto Especial 119, março de 2002.

OSGOOD, C. E.; SUCI, G. J.; TANNENBAUM, P. H. **The measurement of meaning**. Urbana: University of Illinois Press, 1957.

PACHECO, S. M. M. O eixo Lapa-Passeio: interseção do urbano carioca. **Boletim GETER**. Rio de Janeiro, ano IV, n.5, 2002, p. 1-3.

POFFO, I. R.F. **A Percepção da Comunidade e a Reparação dos Danos Ambientais por Vazamentos de Óleo no Litoral Norte do Estado de São Paulo**. In: V Congresso Internacional de Direito Ambiental: o futuro do controle da poluição e da implementação ambiental. São Paulo, 2001, pp-433-446.

PREFEITURA DO RIO. **Paquetá**: memórias da ilha. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991.

PROJETO PRÓ-MEMÓRIA DA ILHA DE PAQUETÁ. Disponível em: <www.memoriapaquetaense.com.br>. Acesso em 11/05/2009.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.7, abr. 1979, p. 1-25.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

RELPH, E. Reflections on place and placelessness. **Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter**, Manhattan, v.7, n.3, out. 1996, p. 15-18.

RIBAS, J. Estudios de paisajismo. In: BOLÓS, M (org.). **Manual de ciencia del paisaje**: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

RICHARD LONG OFFICIAL WEB SITE. Disponível em: <www.richardlong.org>. Acesso em 30/01/2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SÃO PAULO. Principais vazamentos de óleo no litoral brasileiro (1960 – 2006). Disponível em: <www.cetesb.sp.gov.br>. Acesso em 20/03/2008.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-519.

SILVA, G. H. **Percepção ambiental da atuação da indústria de petróleo no litoral brasileiro**. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 1996.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

THE INTERNATIONAL TANKER OWNER POLLUTION FEDERATION LIMITED. Major Oil Spills. Disponível em: < <http://www.itopf.com/information-services/data-and-statistics/statistics/index.html#major>>. Acesso em 05/09/2009.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Expert panel on project 13**: perception of environmental quality. Final Report. Programme on Man and Biosphere (MAB). Paris: UNESCO, 1973.

VERÍSSIMO, F. **Arqueologia da memória paquetaense**. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1998.

WILSON, E. O.; KELLERT, S.R. (Ed.). **The biophilia hypothesis**. Washington: Island Press/Shearwater Books, 1993.

APÊNDICE I - FICHA DE CAMPO

Nome do Local: _____

| ATIVIDADES ECONÔMICAS | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| 1. Turismo | |
| 2. Pesca | 3. Comércio relacionado ao mar |
| IMPORTÂNCIA HISTÓRICA | |
| 4. Fatos Históricos | 5. Monumentos e Marcos |
| 6. Local Citado em Literatura | |
| LOCAL DE LAZER | |
| 7. Atividades voltadas para o mar | |
| 8. Local de shows, comícios | 9. Acessibilidade |

FOTOS DO LOCAL

| |
|--|
| |
|--|

FOTOS DO LOCAL

| |
|--|
| |
|--|

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO

| DADOS DO ENTREVISTADO | |
|--|---|
| 1. Nome | |
| 2. Sexo <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | 3. Idade |
| 4. Profissão | 5. Local de trabalho |
| 6. Estado Civil <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado/União estável <input type="checkbox"/> Separado/divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo | |
| 7. Naturalidade | |
| 8. Grau de Instrução <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Pós Graduação | 9. Moradia <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Outro tipo _____ |

| RELAÇÃO ENTREVISTADO E LUGAR – USO SOCIAL |
|---|
| 10. Há quanto tempo você mora em Paquetá? |
| 11. Onde morava antes? |

| |
|---|
| 12. Qual o motivo da vinda? |
| 13. Em média, com que frequência você sai de Paquetá? Por qual(s) motivo(s)? |
| 14. Onde costuma fazer compras? |
| 15. Qual o seu lugar preferido de Paquetá? |
| 16. Qual o lugar que você não gosta em Paquetá? |
| 17. O que faz nos tempos livres? |
| 18. Você moraria em algum outro lugar do Rio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____ |
| 19. Você tem vontade de se mudar da ilha? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por que? _____ |

RELAÇÃO ENTREVISTADO E LUGAR – PERCEPÇÃO AMBIENTAL**20. O que é Paquetá?**

- Bairro Distrito Cidade

21. Como você avalia Paquetá em relação aos demais bairros da cidade?**22. Qual a primeira palavra que vem a sua cabeça quando falamos em Paquetá?****23. Qual o principal problema da ilha?**

- Transporte Educação Habitação
 Segurança Poluição do Mar Turismo
 Saúde Limpeza Outro: _____

24. O que você pensa sobre o incentivo ao turismo em Paquetá?

- Excelente Bom Ruim Péssimo Indiferente

25. Você considera a ilha de Paquetá um local vulnerável a vazamentos de óleo?

- Muito vulnerável Um pouco vulnerável Nada vulnerável

26. Você possui conhecimento de algum grande vazamento de óleo nas praias de Paquetá? Se sim, quando aconteceu e quem foi o responsável?**27. Qual a praia de Paquetá que você mais gosta?**

- Tamoios Covanca Catimbau Lameirão Coqueiros
 São Roque Moreninha José Bonifácio Manoel Luiz
 Imbuca, Moema e Iracema das Gaivotas Grossa Não respondeu

28. Qual a praia de Paquetá que você menos gosta?

- Tamoios Covanca Catimbau Lameirão Coqueiros
 São Roque Moreninha José Bonifácio Manoel Luiz
 Imbuca, Moema e Iracema das Gaivotas Grossa Não respondeu

29. Por que você considerou a Praia __ como a que você mais gosta?

30. Por que você considerou a Praia __ como a que você menos gosta?

31. No caso de um grande vazamento de óleo na ilha, qual a praia que você julga ser a mais importante para ser protegida? Por que?

- Tamoios Covanca Catimbau Lameirão Coqueiros
 São Roque Moreninha José Bonifácio Manoel Luiz
 Imbuca, Moema e Iracema das Gaivotas Grossa

32. No caso de um grande vazamento de óleo na ilha, qual a praia que você considera ser a de menor prioridade para proteção? Por que?

- Tamoios Covanca Catimbau Lameirão Coqueiros
 São Roque Moreninha José Bonifácio Manoel Luiz
 Imbuca, Moema e Iracema das Gaivotas Grossa

| | | | | | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|---|---|-------------|
| 33. Se você soubesse que acabou de ocorrer um grande vazamento de óleo em uma determinada praia da ilha, como você se sentiria se fosse na... | | | | | | | | | |
| Praia dos Tamoios | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia da Covanca | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia do Catimbau | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia do Lameirão | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia dos Coqueiros | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia de São Roque | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia da Moreninha | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia José Bonifácio | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia Manoel Luiz | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia Imbuca, Moema e Iracema | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia das Gaivotas | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| Praia Grossa | Triste | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | Indiferente |
| 34. Quando você pensa em um momento triste da sua vida em Paquetá, qual local desta ilha aparece na sua mente? | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| 35. Quando você pensa em um momento feliz da sua vida em Paquetá, qual local desta ilha aparece na sua mente? | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| DADOS DA ENTREVISTA | |
|------------------------------|----------------------------|
| Nome do entrevistador | |
| | |
| Data da entrevista | Local da entrevista |
| | |